



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

DANIELLE REBOUÇAS SÁ

**AUTOAJUDA, TRABALHO E NOVAS SUBJETIVIDADES EM TEMPOS DE
INCERTEZA: ANÁLISE DO DISCURSO DE O MONGE E O EXECUTIVO E
SEJA LÍDER DE SI MESMO**

**FORTALEZA
2013**

DANIELLE REBOUÇAS SÁ

**AUTOAJUDA, TRABALHO E NOVAS SUBJETIVIDADES EM TEMPOS DE
INCERTEZA: ANÁLISE DO DISCURSO DE O MONGE E O EXECUTIVO E
SEJA LÍDER DE SI MESMO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Cultura e subjetividades contemporâneas.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Idilva Maria Pires Germano.

**FORTALEZA
2013**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

S112a Sá, Danielle Rebouças.
Autoajuda, trabalho e novas subjetividades em tempos de incerteza: análise do discurso de o monge e o executivo e seja líder de si mesmo / Danielle Rebouças Sá. – 2013.

129 f. , enc. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza, 2013.

Área de Concentração: Culturas e subjetividades contemporâneas.

Orientação: Profa. Dra. Idilva Maria Pires Germano.

1.Trabalho – Aspectos sociais. 2.Trabalho – Aspectos psicológicos. 3. Técnicas de autoajuda análise do discurso. 4. O contemporâneo 5. Subjetividade. I. Título.

CDD 158.7

DANIELLE REBOUÇAS SÁ

**AUTOAJUDA, TRABALHO E NOVAS SUBJETIVIDADES EM TEMPOS DE
INCERTEZA: ANÁLISE DO DISCURSO DE O MONGE E O EXECUTIVO E
SEJA LÍDER DE SI MESMO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Aprovada em: ____/____/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Idilva Maria Pires Germano (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dr.^a Ariane Patrícia Ewald
Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)

Prof.^a Dr.^a Luciana Lobo Miranda
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

À minha família pelo carinho, paciência e incentivo.

A minha professora orientadora do Mestrado Idilva Maria Pires Germano, que vislumbrou minha ideia e com maestria conduziu o desenvolvimento deste trabalho.

As professoras Ariane Patrícia Ewald e Luciana Lobo Miranda, componentes da banca, por terem aceitado o convite e pelas contribuições para o aprimoramento do trabalho.

A professora Kadma Marques Rodrigues pela sua participação na banca e pelas contribuições que me deu na qualificação do projeto.

A Capes PROPAG, que tornou possível a realização desta pesquisa através do financiamento de uma bolsa de estudos.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, pelos conhecimentos compartilhados e pelos desafios colocados à minha disposição, possibilitando-me o crescimento alcançado.

Ao Luiz Saulo Rolim de Sousa pelo amor, cumplicidade, paciência, respeito e incentivo, traduzidos em palavras e atitudes durante toda essa trajetória.

Às minhas três avós, Teresa Paula Rebouças, Raimunda Gomes e Maria Amélia Oliveira Sá pelo amor e por serem fonte de admiração e inspiração.

À Tereza Gláucia por me mostrar que o caminho do conhecimento e da docência era possível.

Aos amigos que fazem da minha vida sempre me ajudando e incentivando. Especialmente à amiga Jossiênia Macêdo, pela amizade, carinho e escuta sempre presente.

Ao Helder Hamilton, pela disponibilidade e atenção que sempre dispensa a todos nós mestrandos do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC.

RESUMO

A sociedade contemporânea é marcada por grandes e constantes mudanças. Vivemos num mundo veloz, fluido e dinâmico, onde as certezas herdadas da tradição e da primeira modernidade dão lugar às incertezas, aos riscos e à imprevisibilidade. São mudanças socioeconômicas, tecnológicas e culturais que implicam novas formas de o indivíduo pensar, sentir, agir, viver. Tais mudanças ocorrem de modo singular na vida laboral, acompanhando as transformações no modo de produção capitalista. O novo estágio do capitalismo pós-industrial produz novas ideologias e ordens de discurso que interpelam fortemente as subjetividades. Essas ideologias e ordens de discurso são materializadas e disseminadas em manuais de autoajuda e outros gêneros híbridos, que tendem a favorecer certas representações do trabalho, da empresa e do trabalhador, e também a inculcar certos modos de ser e agir dentro e fora do âmbito laboral. Esta pesquisa investigou como esse tipo de literatura fornece recursos que pretendem habilitar o sujeito a lidar com a nova configuração do trabalho hoje e também com os dilemas existenciais decorrentes desse novo cenário. Assumindo aqui a linguagem como prática social, nosso objetivo geral foi investigar como os livros autoajuda estão relacionados com o sentimento de incerteza que marcam a experiência contemporânea do trabalho e de outras esferas da vida. Para tanto utilizamos o enfoque da Análise de Discurso Crítica (ADC) com o intuito de identificar os principais investimentos ideológicos do discurso de autoajuda, tal como se apresentam em dois livros do gênero: *O monge e o executivo*, de James Hunter (2004) e *Seja líder de si mesmo*, de Augusto Cury (2004). A análise revelou que as obras estudadas tendem a disseminar certas representações de problemas atuais (por exemplo, o trabalho precário e instável, as dificuldades da liderança) como problemas de natureza pessoal e subjetiva, da exclusiva alçada do indivíduo. Ambas deslocam as questões e problemas sociais para a esfera da interioridade, propondo teorias sobre o funcionamento da mente e técnicas de intervenção para o desenvolvimento pessoal e para a mudança de comportamentos e hábitos. Ao representarem esses problemas como questões da interioridade e das relações interpessoais, as obras tendem a responsabilizar a pessoa pela solução de tais problemas e pela busca e alcance de seu sucesso e felicidade. Afim a uma sociedade de consumo despolitizada e frágil na crítica ao sistema e às macroestruturas sociais e econômicas, o discurso da autoajuda dirige sua “crítica” ao indivíduo. Este se vê obrigado a voltar-se para si mesmo e intervir em suas próprias atitudes, sentimentos e condutas para gerar mudança e alcançar êxito. O discurso da autoajuda, nesse contexto, atende às novas demandas e exigências da ordem capitalista vigente: de pessoas empenhadas no constante autoexame e auto-regulação e dispostas a se reorganizarem diante da incerteza e do risco que fazem parte de sua vida. Os manuais de autoajuda contribuem para a constituição de novas subjetividades e para a inculcação do “novo espírito do capitalismo”, com novos modos de ser, agir e interagir que se adequam às novas realidades laborais e à ordem capitalista em vigor.

Palavras-chave: Discurso da autoajuda. Trabalho. Incerteza. Novas subjetividades. Contemporaneidade.

ABSTRACT

Contemporary society is marked by large and constant changes. We live in a fast, fluid and dynamic world, where the inherited certainties of tradition and first modernity give place to uncertainties, risks and unpredictability. Changes are socioeconomic, technological and cultural involving new forms of individual thinking, feeling, acting, and living. Such changes occur singularly in working life, accompanying the changes in the capitalist production mode. The new stage of post-industrial capitalism produces new ideologies and orders of discourse that strongly challenge subjectivities. These ideologies and orders of discourse are materialized and disseminated through self-help manuals and other hybrid types, which tend to favor certain representations of work, the company and the employee, and also to inculcate certain ways of being and acting inside and outside of the workplace. This research investigated how this type of literature provides resources that claim to enable the individual to cope with the new work configuration nowadays and with the existential dilemmas arising from this new scenario. Assuming here the language as a social practice, our main objective was to investigate how the self-help books are related to the sense of uncertainty that characterize the contemporary experience of work and other spheres of life. For this we use the approach of Critical Discourse Analysis (CDA) in order to identify the main ideological investments of self-help speech, as presented in two books of the genre: *The Monk and the executive*, James Hunter (2004) and *Be the leader of yourself*, Augusto Cury (2004). The analysis revealed that the works studied tend to disseminate certain representations of current problems (for example, unstable and precarious work, the difficulties of leadership) problems as personal and subjective nature, the exclusive purview of the individual. Both take issues and social problems to the sphere of interiority, proposing theories about how the mind works and intervention techniques for personal development and for changing behaviors and habits. To represent these problems as issues of interiority and interpersonal relationships, the works tend to blame the person for the solution of such problems and the pursuit and achievement of your success and happiness. In according to a consumer society depoliticized and fragile in criticizing the system and the social and economic macrostructures, the discourse of self-help drive its "critical" to the individual. This individual feels forced to turn to himself and to interfere on their own attitudes, feelings and behaviors to create change and achieve success. The discourse of self-help in this context meets the new demands and requirements of the existing capitalist order: people engaged in constant self-examination and self-regulation and willing to reorganize while facing uncertainty and risk that are part of their lives. The self-help manuals contribute to the formation of new subjectivities and the inculcation of the "new spirit of capitalism", with new ways of being, acting and interacting that adapt to new labor realities and to the capitalist order in force.

Keywords: Discourse of self-help. Job. Uncertainty. New subjectivities. Contemporaneity.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADC -	Análise de Discurso Crítica
CNTSS -	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social.
CQC -	Círculos de Controle de Qualidade
CUT -	Central Única dos Trabalhadores
DCD -	Duvidar, Criticar, Determinar
EUA -	Estados Unidos da América
LSF -	Linguística Sistêmica Funcional
OIT -	Organização Internacional do Trabalho
TOC -	Transtorno Obsessivo Compulsivo
UnB -	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Ponto de partida: risco e incerteza na contemporaneidade	11
1.2 Análise de discurso crítica como perspectiva metodológica	23
2 O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA E OS NOVOS MODOS DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE	35
2.1 Do fordismo-taylorismo ao toyotismo: rumo à configuração flexível do trabalho	42
2.2 Toyotismo: acumulação flexível e produção subjetiva: moldando o novo trabalhador	49
3 LITERATURA DE AUTOAJUDA NA REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO CAPITALISTA	59
3.1 Definição e contexto de surgimento da literatura de autoajuda na sociedade industrial moderna	59
3.2 A literatura de autoajuda depois de 1980: a pedagogia do capital no Brasil e no mundo	72
4 PRESCRIÇÕES E TECNOLOGIAS DO AUTOCULTIVO NO TRABALHO E NA VIDA	80
4.1 O discurso pastoral gerencial em <i>O monge e o executivo</i>	80
4.2 O discurso do autogoverno e da responsabilidade individual em <i>Seja líder de si mesmo</i>	97
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS	125

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se propõe a pensar alguns aspectos da constituição do sujeito contemporâneo. A experiência de minha prática profissional, especialmente a prática clínica e a vivência do dia a dia, me colocaram diante do problema e me despertaram o interesse para a atual configuração social que estamos vivendo e reproduzindo.

Na minha prática clínica, vários clientes chegam angustiados com a vida que estão (ou não) levando; o sentimento de incerteza e incapacidade toma conta deles a ponto de não conseguirem se perceber de outra forma a não ser como insatisfeitos, imperfeitos, incompetentes e impotentes.

Podemos perceber que essa não é uma questão individual e isolada ou de algumas dezenas de sujeitos; a incerteza, a insatisfação consigo mesmo e o sofrimento decorrente de uma trajetória sentida como insuficiente parecem um discurso constante na sociedade contemporânea, relacionado à forma de constituição do sujeito na atualidade (BAUMAN, 1998, 2001, 2007; BERGER; LUCKMANN, 2004; GIDDENS, 1991, 2002).

Buscando aprofundar a discussão sobre a constituição do sujeito na contemporaneidade, e refletir sobre as práticas e mecanismos que criamos para lidar com as questões trazidas pelas mudanças do mundo, essa pesquisa tem como objetivo geral investigar a produção e o consumo de manuais de autoajuda na perspectiva de práticas sociais que lidam, especialmente, com o sentimento de incerteza e a falta de sentido pessoal que marcam a constituição contemporânea da subjetividade. Como objetivos específicos, buscamos: analisar os modos de subjetivação da contemporaneidade à luz de formulações sobre os rumos da modernidade e a cultura do capitalismo, com foco nos problemas da incerteza, risco e produção de sentido existencial, e discutir como os manuais de autoajuda participam da produção discursiva da sociedade contemporânea com efeitos importantes sobre as subjetividades. Mediante análise do discurso de dois manuais de autoajuda de grande vendagem, é nosso interesse analisar a relação entre, de um lado, a incerteza e a insegurança que marcam a vida contemporânea no trabalho e noutras esferas da vida e, de outro, o consumo dos manuais de autoajuda.

Deste modo, procuramos discutir primeiramente o processo de reestruturação capitalista e os novos modos do trabalho na contemporaneidade,

debatendo como os novos cenários laborais produzem (ao mesmo tempo em que são produzidos por) novas configurações subjetivas alinhadas ao “novo espírito do capitalismo” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). São abordados nesse momento a transição do fordismo-taylorismo à configuração flexível do trabalho e discute-se o papel da acumulação flexível (cujo modelo é o toyotismo) na moldagem do novo trabalhador. Em seguida, discutiremos a literatura de autoajuda a partir das transformações ocorridas no mundo laboral, trazendo um panorama desse gênero literário e relacionando-o às formas contemporâneas de constituição subjetiva. Por fim, sob inspiração da Análise de Discurso Crítica (ADC), analisamos o discurso de *O monge e o executivo* (HUNTER, 2004) e *Seja líder de si mesmo* (CURY, 2004), explorando principalmente as representações de liderança aí construídas e suas prescrições de autogoverno e responsabilidade do sujeito por sua felicidade e sucesso.

Procuramos assinalar como tais discursos são ideologicamente investidos contribuindo para forjar novas formas de ser e sentir que se adequam à nova ordem do capitalismo pós-industrial e ao trabalho precário que dela resulta. Concluimos essa dissertação tecendo algumas considerações sobre as relações entre trabalho, autoajuda e novas subjetividades contemporâneas.

1.1 Ponto de partida: risco e incerteza na contemporaneidade

A sociedade contemporânea é marcada por grandes e constantes mudanças. Vivemos num mundo veloz, fluido e dinâmico, onde as certezas e os processos institucionalizados deram lugar às incertezas, aos riscos e à imprevisibilidade. São mudanças de paradigmas, mudanças culturais, socioeconômicas e de valores que implicam necessariamente de novas formas onde o indivíduo se posicione em relação ao mundo e a si mesmo.

Reconhece-se que essa nova configuração do mundo, iniciada na modernidade, transformando-se e intensificando-se em sua fase tardia, se por um lado, significou maior liberdade para o sujeito, abrindo-lhe espaço para as novas possibilidades de vida, por outro lado, também imputou ao sujeito o ônus da responsabilidade, além de maior fragmentação e desencaixe das identidades pessoais, angústia e sofrimento:

O sentimento dominante, agora, é a sensação de um novo tipo de incerteza não limitada à própria sorte e aos dons de uma pessoa, mas igualmente a respeito da futura configuração do mundo, a maneira correta de viver nele e os critérios pelos quais julgar os acertos e erros da maneira de viver (BAUMAN, 1998, p. 32).

Nas sociedades tradicionais, o sentido da existência e a maneira como o homem vivia sua vida eram determinados pelas grandes instituições produtoras de sentido sem grandes questionamentos ou crises. Mas, com o surgimento da modernidade, as grandes instituições tradicionais perdem seu papel central na relação com o sentido geral da conduta da vida (BERGER; LUCKMANN, 2004).

Assim, se não contamos mais com a força de instituições totais e inquestionáveis que possam nos dar um sentido geral e orientar univocamente nossa vida, ainda temos instituições que nos orientam para funções em áreas específicas de atuação.

De fato, a sociedade moderna criou uma série de instituições especializadas na produção e comunicação de sentido:

[...] a sociedade moderna “inventou” novas instituições de produção de sentido – diferentes tendências da psicoterapia, aconselhamento sexual e profissional (a começar já na escola), cursos especiais, seminários para a educação de adultos, secretarias de Estado para o bem-estar social, chefes de pessoal com formação psicológica [...] e, *last but not least*, os meios de comunicação em massa. [...] Ou podemos ir a uma livraria e escolher entre os muitos livros de autoajuda aquele que mais diz respeito às nossas necessidades atuais, sejam elas externas e principalmente internas (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 67-68).

Esse novo contexto - onde proliferam tecnologias de si como os manuais de autoajuda - está relacionado a um aspecto essencial da sociedade contemporânea: o risco. Com o risco, o planejamento a longo prazo, o sentimento de segurança e um sistema de estar social se enfraquecem. Quando falamos de modernidade tardia estamos nos referindo a uma etapa do desenvolvimento capitalista, que se define, na contemporaneidade, pelo risco.

Beck (2010) vincula a sociedade do risco à modernidade reflexiva, afirmando que a desintegração da sociedade industrial não se dá pelo efeito desencadeado da luta de classes, mas pelo processo normal da contínua modernização. Para ele, a modernidade reflexiva desintegra e substitui as suposições culturais das classes sociais por formas individualizadas de desigualdade social. No entanto, isso não significa o desaparecimento das classes sociais, mas o

aprofundamento da desigualdade que já não fica mais subscrita a nenhuma classe em particular, mas que é disseminada temporal, espacial e socialmente.

Beck (2010) assinala ainda que essa passagem da lógica da distribuição de riqueza na sociedade da escassez para a lógica da distribuição de riscos está ligada a, pelo menos, duas condições:

Em primeiro lugar [...], quando e na medida em que, através do nível alcançado pelas forças produtivas humanas e tecnológicas, assim como pelas garantias e regras jurídicas e do Estado Social, é objetivamente reduzida e socialmente isolada a autêntica carência material. Em segundo lugar, essa mudança categorial deve-se simultaneamente ao fato de que, a reboque das forças produtivas exponencialmente crescentes no processo de modernização, são desencadeados riscos e potenciais de autoameaça numa medida até então desconhecida (BECK, 2010, p. 23).

“Tudo é possível!” Essa parece ser a máxima da modernidade tardia. Tudo é possível e só depende do esforço e das escolhas de cada um. No entanto, vale ressaltar que esse destino, agora criado pelo próprio sujeito, está imerso no perigo, no risco, não tendo como dele escapar. Não existem mais regras predeterminadas, elas evaporam e se desfazem assim como as certezas: “é a violência do perigo, que suprime todas as zonas de proteção e todas as diferenciações da modernidade” (BECK, 2010, p. 7).

No entanto, nem todos os riscos aos quais estamos expostos são tratados e validados como riscos em potencial, pois os mesmos precisam ser fundamentados pelos sistemas especializados de conhecimento, que se apoiam na mídia para tal missão. Entre os aspectos que parecem ser inerentes a essa sociedade está a globalização dos riscos; agora, ninguém está livre deles, nem mesmo aqueles que o produziram ou o mantêm. Além disso, o risco é objeto de comércio e lucro. Basta pensar nos seguros, sejam os de carro, imóveis ou de vida, que surgem da tentativa de gerar segurança para quem o compra, mas que só se mantém pela constante sensação de insegurança e incerteza que vivemos; ou na guerra, por exemplo, que mantém a indústria bélica, um dos maiores negócios mundiais.

A sociedade contemporânea, mais especificamente, o capitalismo contemporâneo funciona a partir do medo, da incerteza, da ideia de uma vida sem fronteiras, do risco e seu enfrentamento. Na base da vida contemporânea estão os paradoxos, as contradições e polaridades, incitando o sujeito a encontrar maneiras de se adaptar e de enfrentar as condições impostas por essa nova configuração. Apesar das muitas estratégias e produtos que a sociedade atual negocia a fim de contornar os

riscos, a promessa continuamente ofertada de bem-estar, poder, segurança, prazer e divertimento para o indivíduo é, continuamente, frustrada.

A partir desse novo contexto, surge uma nova geração que é socializada no risco e que é solicitada a centrar-se sobre si mesma:

É a geração que cresceu inteiramente sob o microscópio do *marketing*. Foram aqueles com comerciais em suas salas de aula; assaltados na *Internet* por pesquisadores de mercado vorazes; com subculturas jovens totalmente compradas e vendidas; ouviram que sua maior aspiração devia ser tornar-se um milionário ponto-com aos 18 anos; e aprenderam que, em vez de ser um cidadão, eles deviam aprender a ser o presidente da Eu Inc., ou, como no slogan do momento, “uma Marca Chamada Você” (KLEIN, 2003, p. 63).

A mídia aparece com um papel importante na validação e criação de modelos e na divulgação de marcas a serem consumidas. O consumo aparece como um grande mediador da constituição das subjetividades contemporâneas. As grandes marcas, os programas de TV, a indústria musical e derivados, as grandes cadeias de *fast-food* “estão criando nossa iconografia mais poderosa, são elas que constroem nossos monumentos utópicos, são elas que articulam nossa experiência para nós: não religiões, intelectuais, poetas ou políticos” (KLEIN, 2003, p. 60).

Nesse cenário, a figura do especialista como aquele que detém o conhecimento autorizado sobre um ramo de ciência, arte ou prática, ganha cada vez mais espaço, tornando o conhecimento também uma mercadoria. Numa sociedade fragmentada e sedenta por *experts* que possam dizer o que e como fazer, os especialistas tornam-se os grandes sábios e para quem nos voltamos em tempos difíceis. Com um número infinito de especialidades, cada aspecto da natureza e da vida humana ramifica-se num campo e uma área de estudo. Os autores de manuais de autoajuda apresentam-se como especialistas, como aqueles que sabem mais e possuem experiência maior em determinado assunto e/ou situação, sendo assim gabaritado para auxiliar o próximo. Nesse sentido, vemos que muitos autores de autoajuda tematizam direta ou indiretamente os dilemas impostos ao cidadão pelo novo quadro de incerteza que se estabelece no campo do trabalho e que se dissemina para outras áreas da sua vida.

No contexto da contemporaneidade, com todas suas contradições e paradoxos, reconhece-se que o trabalho continua sendo referência central para o sujeito, não só em sua dimensão econômica, mas também na esfera psicológica,

cultural e simbólica: “O ato de produção e reprodução da vida humana realiza-se pelo trabalho. É a partir do trabalho, em sua cotidianidade, que o homem torna-se ser social, distinguindo-se de todas as formas não humanas” (ANTUNES, 1998, p. 121). O trabalho encarna ideários, fantasias, desejos, enfim, diversos sentidos na vida do sujeito e as condições que afetam a vida laboral afetam, conseqüentemente, outros domínios da existência.

O trabalho como estratégia digna para garantia da sobrevivência, o trabalho como ferramenta indispensável à autonomia pessoal, a dignidade do homem ligada ao trabalho, o sucesso no trabalho como consequência do esforço pessoal, da competência e da qualificação continuada são alguns dos valores embutidos no imaginário de parte da população. O trabalho figura como o termômetro da autonomia e da segurança existencial, da autoconfiança e da competência do sujeito.

São muitas as mudanças ocorridas no âmbito do trabalho a partir das últimas décadas do século XX: mudanças organizacionais, na produção, nos tempos e espaços de trabalho. Mudanças estas que criam novos imperativos e influenciam na construção subjetiva do trabalhador. Esse novo mundo do trabalho demanda, particularmente, a necessidade de flexibilidade das pessoas e organizações.

No século XIX até a primeira metade do século XX nos países capitalistas desenvolvidos, tínhamos um contexto que se caracterizava pela intervenção do Estado na economia, onde a proteção aos trabalhadores era considerada dever do Estado, mas essa situação mudou e, hoje, estamos imersos em discursos (e práticas) que celebram a flexibilidade e autorregulação. O discurso a favor da flexibilidade se estrutura em torno das supostas vantagens tanto para os donos do capital como para os trabalhadores. Sustenta-se na ideia da competitividade e do aumento da produtividade, juntamente com a redução dos custos e afirma conferir maior autonomia e controle ao trabalhador. Esse discurso hoje embasa a empresa, a gerência de pessoal e o conjunto das relações entre trabalhador e capital.

Diante da mudança sofrida no mundo laboral e de sua reconfiguração, sentimentos como a incerteza, insegurança e o medo tornam-se mais comuns. Cada vez mais corroídos pela precarização do trabalho, pelo desemprego, terceirização e volatilidade dos empregos, os sujeitos, mais vazios e sozinhos, buscam soluções prontas que funcionam como anestesia ou pílulas da felicidade. Resulta que nossa sociedade, mais do que nas anteriores, parece mostrar-se uma sociedade da adição, da superficialidade, das desigualdades e das diferenças.

O valor do trabalho encontra-se associado ao valor que ele tem na cultura, como também na relação que se estabelece entre a organização do trabalho vigente e a subjetividade do trabalhador. O trabalho pode ser fonte de prazer ou sofrimento a depender de suas condições de organização, das relações socioprofissionais estabelecidas e do modo como o indivíduo enfrenta as demandas cotidianas, dentre outros fatores. Essa relação dinâmica e contraditória entre prazer e sofrimento que o trabalho envolve pode produzir diversos efeitos, inclusive o adoecimento e os transtornos agudos e/ou crônicos que comprometem não somente o emprego, mas toda a vida do indivíduo. Isso dependerá de como o trabalho se apresenta para o sujeito e da relação que o indivíduo manterá com seu trabalho.

Com a finalidade de manter o equilíbrio, o trabalhador está sempre num movimento dinâmico para manter sua saúde, para buscar o prazer e evitar o sofrimento nas atividades laborais. Para tanto, o trabalhador lança mão de instrumentos e mecanismos que possam auxiliá-lo nessa empreitada. Hoje, mais que nunca, os livros de autoajuda parecem representar uma alternativa para as angústias e impasses do trabalhador contemporâneo. E a investigação desse tipo de material se faz cada vez mais interessante para compreender o trabalhador atual, uma vez que as transformações que ele experiencia são em parte produzidas discursivamente. Como afirma Negri (2003): “Na produção pós-fordista, a linguagem tornou-se, ela mesma, uma força produtiva. Todo aparato de signos foi confiado à criatividade do trabalho vivo: isto é o que constitui a forma criadora dominante em nossa sociedade” (p. 81).

De fato, o sistema capitalista vai além de produzir mercadorias, bens e serviços, ele incide sobre os corpos dos indivíduos buscando conformá-los aos padrões e valores hegemônicos, influenciando na formação e socialização do homem. Incide sobre corpos e almas, e de forma significativa, mediante tecnologias discursivas (FONSECA, 2003).

Com a reestruturação produtiva do capital, a ferramenta principal da nova ordem passa a ser o próprio sujeito trabalhador, ou seja, a própria vida passa a ser objeto de regulação. Com isso, o trabalho “não pode ser reduzido a aspectos operatórios, pois inclui equívocos, limitações, variabilidade, criação, transgressões e também mobilização subjetiva. É ato de transformação do mundo e do sujeito” (FONSECA, 2003, p. 8).

Os aparatos de controle do trabalho têm agora que ir além de disciplinar corpos, eles precisam mais do que nunca controlar as almas dos trabalhadores, suas

vontades e autonomia e fazem isso tornando os trabalhadores seus próprios gestores, através do autocontrole.

Segundo Fonseca *et al.* (2008) as constantes transformações que caracterizam o trabalho atual são impulsionadas, principalmente, por duas tendências: as transformações macropolíticas e econômicas e as transformações dos processos de produção. O capital se internacionaliza e escapa do controle das comunidades políticas nacionais ganhando autonomia e maior capacidade para impor seus interesses aos Estados, com isso, o capital não precisa mais fazer concessões que viabilizam o Estado de Bem Estar Social. Em relação às transformações dos processos de produção, os mesmos modificaram profundamente o processo de trabalho com a introdução das novas tecnologias.

Este cenário possibilitou a implantação das políticas neoliberais e de novas formas de precarização do trabalho orientadas pelo modelo de produção flexível. Assim, perante estas mudanças, surge um novo trabalhador supostamente mais dinâmico e com maior autonomia, responsabilidade e autocontrole no trabalho. Com isso, as atenções e os investimentos passam a ser na alma do trabalhador, nas “produções do espírito, como o conhecimento, a criatividade, a inteligência, o engajamento subjetivo, a responsabilidade” (FONSECA *et al.*, 2008, p. 505).

Trabalho precário, alta rotatividade, baixa remuneração, ausência de expectativa de crescimento profissional, além da ofensa física ao corpo do trabalhador e da grande tensão psicológica são as características do mundo do trabalho enfrentadas pelos trabalhadores atuais.

O cenário de trabalho brasileiro caracteriza-se por um modelo híbrido, com elementos do taylorismo-fordismo e do toyotismo, com flexibilização de vínculos empregatícios, terceirizações e precarização das condições laborais. Ainda é comum uma empresa com organização taylorista. Por exemplo, a área do *telemarketing*, que consiste no uso do telefone para atrair clientes, vender produtos e medir sua satisfação, e que emprega vários jovens em busca do seu primeiro emprego, funciona segundo o molde taylorista. A ênfase é na excelência e no desempenho dos trabalhadores, na divisão fragmentada do trabalho, hierarquia vertical, repetição de tarefas, com gestos simplificados, repetitivos, mecânicos, controle pré-determinado do tempo, posição estática, sem criatividade e autonomia, e sem investimentos em qualificação e padronização dos procedimentos.

No Brasil e noutras partes do mundo, o trabalho consome cada vez mais nossa vida e, aos poucos, o sujeito transforma-se no que trabalha. Ao assumir a profissão de costureira ou advogada, por exemplo, sua identidade também será construída de acordo com o que estes trabalhos exigem ou condicionam: modo de vestir, se expressar, relacionar, reconhecimento social, determinado estilo de vida. Decisões cotidianas, a rotina, as relações que você mantém, a escolha sobre onde morar, como viver, todas estas decisões passam pelo âmbito do trabalho, criando, assim, modos específicos de ser e estar no mundo, bem como sofrimentos e angústias resultantes desses modos. O que eu sei passa pelo que eu faço e o que eu sou passa pelo que tenho.

Se tudo se torna mercadoria, tudo pode ser oferecido para a venda, troca e para o consumo de quem quiser e puder pagar. Com isso, relações, interações, conhecimento, informações, passam a ser relações monetárias, relações de negócios e transações financeiras feitas a partir do mercado.

Observa-se com isso a expansão da pessoa como mercadoria, redutível a preço, possuindo valor de troca e valor de uso. Assim, o próprio sujeito trabalhador, agora mais uma mercadoria no sistema capitalista, toma a si mesmo como objeto de intervenção para melhor se adaptar e continuar participando do mundo do trabalho. O medo de tornar-se descartável faz com que busque qualificações, o desenvolvimento de habilidades consideradas essenciais e conhecimentos úteis à sua empregabilidade.

Nesse sentido, a indústria da autoajuda aparece então como uma das alternativas para o trabalhador se aperfeiçoar e cumprir as exigências do mercado instável, competitivo e flutuante. Assim, até mesmo as profissões vistas muitas vezes como avessas ao capital (especialmente no campo artístico-intelectual) estão à mercê do mercado e do capital, sendo também organizadas para a obtenção do lucro.

A vida hoje flutua entre a incerteza e o desconforto, entre os desejos e possibilidades infinitas, entre a destruição e o vazio do niilismo, fundindo-se para formar o que chamamos de sujeito contemporâneo. Nesse quadro, acompanhamos uma profunda modificação no discurso das empresas, mas também no senso comum, que veiculam novos critérios e novas maneiras de ter sucesso ou fracassar, agora, mais centrados no potencial do indivíduo, na interioridade e nas relações interpessoais.

Com isso, o gênero da autoajuda parece se encaixar muito bem como um instrumento de regulação que serve à nova ordem, enquanto promete auxiliar o sujeito a tomar decisões, supervisionar a si e aos outros e fazer-se por conta própria.

Se transforman las tecnologías de gobierno del desempleo, y con éstas, se promueve un cambio en las técnicas dirigidas a regular las formas de conocimiento del mismo. La noción de utilidad social se impone a la de justicia social, el usuario pasa a ser cliente, el desempleo, desempleabilidad y la protección social pasa a concebirse como una política pasiva. Estas lógicas toman forma en la legislación, en las técnicas de investigación y conocimiento del desempleo y en las tecnologías de intervención (CRESPO; SERRANO, 2011, p. 256).

De uma forma geral, em todos os tempos, as pessoas sempre tiveram um cuidado especial consigo mesmas e exerceram o cultivo de si que, “basicamente, significa cultivar potencialidades para uma melhor forma de viver tanto intelectual quanto fisicamente” (FONSECA, 2009, p. 329). No entanto, nas últimas décadas esse cultivo se intensificou e passou a configurar-se como uma obrigação do sujeito.

O autogoverno e a autorregulação passam a ser uma prática obrigatória para o sujeito contemporâneo. Esse é incitado a voltar-se constantemente para si mesmo e se indagar sobre sua postura, seus gostos, suas decisões, refletir sobre quem é, sobre seus sonhos, de onde veio e para onde vai. E, mais ainda, a criar e desenvolver recursos para melhor viver, se aperfeiçoar, se qualificar, se cuidar física e psiquicamente. O autogoverno e a autorregulação tornam-se palavras de ordem, atitudes a serem incorporadas em nossos hábitos e práticas diárias. Assim, as atividades e intervenções cotidianas como trabalhar, fazer exercícios, obter informações e conhecimento, cuidar da saúde e outras são atravessadas pelo imperativo do autogoverno.

A crença numa subjetividade auto-contida, largamente difundida nos saberes psi – que leva à admissão de que somos dotados de uma essência individual profunda e única - parece nos tranquilizar e nos posicionar em um local seguro. Mas, também é uma crença ilusória, pois nossos sentimentos, pensamentos e a forma como nos organizamos são socialmente estabelecidas e “intensivamente governadas” (ROSE, 1988, p. 30).

A relação entre público e privado, entre interior e exterior se configura uma linha tênue, cada vez mais invisível, ainda mais quando o autogoverno passa a ser algo cada vez mais incorporado na esfera pública, como alvo de tecnologias de

massa. Capacidades pessoais e subjetivas passam a matéria de governamentalidade e são lançadas como objeto de regulação no mundo laboral e no poder público.

O empreendedorismo, a capacidade de você ser empreendedor de si mesmo, de ser ativo e criar oportunidades e fazer melhores escolhas para sua própria vida passa a ser o grande objetivo dos programas do governo, especialmente, com jovens e pessoas em situações de vulnerabilidade social, sejam estes programas na área da saúde, assistência social ou educação. O empreendedorismo e outras características como autonomia, criatividade, dinamicidade tornam-se essenciais para sobreviver no mercado de trabalho, e para fomentá-los, é criada uma indústria poderosa de autogoverno, com treinamentos, cursos e intervenções nessa área.

De fato, como afirma Rose¹ (1988), a subjetividade faz parte dos planos dos governos e partidos que tem formulado políticas, estabelecendo burocracias, investindo fortemente e promovendo iniciativas para regular a conduta dos cidadãos através de uma ação sobre suas capacidades e propensões mentais.

A subjetividade, portanto, passa a ser problema central a ser monitorado e solucionado por governos, empresários e educadores. A administração da subjetividade, para o homem comum e para os especialistas, torna-se o elemento-chave da constituição e organização da vida na contemporaneidade, principalmente a partir da nova reestruturação produtiva do capital onde “a vida organizacional adquiriu um matiz psicológico” (ROSE, 1988, p. 32).

Surge, assim, toda uma indústria voltada para o governo da subjetividade, seu controle e aprimoramento, ganhando cada vez mais força e criando um discurso formador do eu. Vários profissionais como psicólogos, educadores, terapeutas e assistentes sociais, além de programas, cursos e treinamentos surgem e se intensificam criando um repertório de conhecimentos autorizados sobre a subjetividade. Especialistas convertem-se em engenheiros da subjetividade, identificando os problemas e necessidades das pessoas, motivando-os, tornando-os ativos e aptos a tomarem decisões corretas. Podemos incluir James Hunter e Augusto Cury como exemplos de profissionais cujas obras participam dos atuais mecanismos de intervenção da subjetividade.

Las políticas de activación se traducen en dispositivos dirigidos a la promoción de competencias, cuyo eje nuclear sería la capacidad de

¹ Ressaltamos que Nikolas Rose tem grande influência de Foucault (1926-1984) em sua obra.

gobernarse uno mismo.[...] Estas prácticas van dirigidas al reforzamiento terapéutico del sujeto, a fin de facilitar las capacidades de intervención sobre sí mismo (CRESPO; SERRANO, 2011, p. 258).

Tornamos-nos profundamente subjetivos, modificamos nossas relações e a forma com que lidamos com nossos filhos, chefes e amigos a partir do que os especialistas e o discurso científico nos dizem que é correto. Deixamos de comer determinado alimento, passamos a praticar esportes, evitamos determinadas práticas consideradas perigosas e/ou erradas, reproduzimos modelos, enfim,

Nossos mundos mentais têm sido reconstruídos: nossas formas de pensar e falar sobre nossos sentimentos pessoais, nossas esperanças secretas, nossas ambições e decepções. Nossas técnicas para administrar nossas emoções têm sido remodeladas. A própria ideia que temos de nós mesmos tem sido revolucionada (ROSE, 1988, p. 32).

Ao tornar a subjetividade calculável, transformamos o homem num objeto ao qual eu posso intervir, mexer, remodelar, refazer. E, essa intervenção será principalmente do próprio homem sobre si mesmo. Ao se autogovernar e ao ser incentivado a fazê-lo, o homem é educado e persuadido a tomar para si a responsabilidade não só de sua vida, mas das questões sociais e institucionais que o cercam.

Deste modo, diversas formas de intervir sobre o homem vão sendo criadas e intensificadas. Estas intervenções estão presentes em todas as esferas da vida do sujeito, desde a arquitetura e o planejamento das cidades, até o conhecimento teórico especializado da psicologia e da área da saúde.

A reconhecida tendência contemporânea à interiorização da vida social materializa-se, entre outros meios, na produção, distribuição e consumo de produtos vinculados à poderosa indústria da autoajuda, especialmente os livros do gênero, cada vez mais lidos em todo o mundo.

A cultura da autoajuda, com sua retórica do pensamento positivo, psico-religiosa e terapêutica, é instituída simbólica e materialmente nas redes articuladas de práticas sociais em que se dá a sociabilidade contemporânea. Veiculando o discurso de que cada pessoa possui dentro de si todos os recursos para obter sucesso e ter uma vida feliz e que está em suas mãos fazer boas escolhas, os livros de autoajuda integram o conjunto de instituições, organizações e práticas sociais que promovem a auto-observação e autorregulação, ou seja, o autogoverno.

Esse conjunto amplo engloba de forma heterogênea outras atividades, relações sociais, crenças e instrumentos, tais como os programas educativos, palestras, consultorias e cursos nos mais variados campos especializados, os procedimentos estéticos, o empreendedorismo e as formas de psicoterapia e aconselhamento.

Desprezados muitas vezes como literatura menor, sem valor acadêmico ou estético, e tratados com desconfiança na crítica, os livros classificados genericamente como autoajuda (incluindo seus subgêneros fronteiriços), contudo, não param de alimentar um mercado bilionário, nem de difundir sua retórica individualista e “positiva” em praticamente todas as esferas da vida social. (RÜDIGER, 1996; WOOD JR; DE PAULA, 2006; WOODSTOCK, 2007). Especialmente a partir da década de 80, o discurso da autoajuda vem revelando um crescente foco na espiritualidade e numa noção mais íntima e pessoal de religiosidade. O “eu interior” passa a ser *locus* de valor moral e verdade, bem como de sabedoria e poder transformador.

Com efeito, o discurso híbrido de espiritualidade, psicologia positiva² e motivação que certos *best-sellers* vêm apresentando também se faz presente nas obras que abordam o trabalho e os negócios. Como mostram pesquisas recentes, obras populares sobre gerência, muitas vezes escritas por celebridades no campo da administração, ajudam a disseminar valores, princípios e modas que podem influenciar significativamente futuras iniciativas para a mudança organizacional. Considerando a penetração de tais obras, é importante discutir os efeitos de subjetivação dessa retórica híbrida e seus investimentos ideológicos (TEN BOS; HEUSINKVELD, 2007; HEUSINKVELD; BENDER, 2012).

Diante dessa demanda e da necessidade de um apoio para lidar com a vida, os manuais de autoajuda aparecem como resposta a esse sentimento de incerteza e incapacidade que ronda as pessoas. Como manuais para a vida, eles tentam dar ao sujeito a sensação de pró-atividade, autonomia diante de sua vida, enquadrando-a numa receita, num guia já pronto para encarar e lidar com diversas situações da vida;

² Psicologia Positiva é um movimento na Psicologia contemporânea que procura adotar uma perspectiva mais apreciativa sobre as capacidades, potenciais e motivações humanas e que enfatiza o estudo de fenômenos e contextos que podem estimular o desenvolvimento saudável, evitando a tendência comum de focalizar as patologias e desordens (SELIGMAN ;CSIKSZENTMIHALYI, 2000).

ou seja, para cada aspecto da vida cotidiana há uma publicação especializada para aconselhar o sujeito.

Assim, os leitores do gênero de autoajuda buscam conceitos, conhecimentos específicos e valores, para, de alguma forma, manter um sentimento de segurança e continuidade diante da fluidez e dinamismo da sociedade contemporânea. Buscam quem possa orientar sobre como proceder, quem ser e que tipo de vida levar. E os discursos científicos, religiosos, médicos e sociais, perpetuados através de vários meios, cumprem seu papel de responder a essas indagações existenciais: “Todos os homens monitoram continuamente as circunstâncias de suas atividades como parte do fazer o que fazem, e esse monitoramento sempre tem características discursivas” (GIDDENS, 2002, p. 39).

Reconhecendo o trabalho tanto em seus aspectos de sobrevivência numa sociedade capitalista, quanto em seus aspectos existenciais, constitutivos da identidade pessoal, bem como sua importância para o funcionamento social e bem-estar individual, optamos, por privilegiar livros de autoajuda que abordassem, direta ou indiretamente, as novas demandas do mundo laboral para a discussão da problemática aqui proposta.

Esta pesquisa busca investigar como tal gênero literário fornece recursos para habilitar o sujeito para lidar com as transformações e novas configurações laborais e também com os dilemas existenciais decorrentes desse cenário. De fato esses manuais sinalizam que buscam desenvolver competências, habilidades e atitudes – como liderança, autocuidado, autogestão, relacionamento social, flexibilidade e outras – que ajudam a forjar um novo tipo de trabalhador, mais adaptado às exigências da contemporaneidade.

Para efetivamente compreender as mudanças ocorridas no mundo do trabalho e as redes de práticas que forjam um novo modelo de homem e trabalhador e agem na sua constituição subjetiva, é interessante levar em conta a sugestão de Nardi (2006, p. 52), quando ele defende que

as relações entre o sujeito e o trabalho devem ser analisadas buscando identificar os dispositivos que atuam nos processos de subjetivação, para, desta forma, compreender os parâmetros que balizam a reflexão ética dos trabalhadores em relação à vida em sociedade, ou seja, à decodificação das regras morais presentes no jogo das verdades próprio a cada época. Estes dispositivos compreendem sanções sociais que agenciam modos de ser.

1.2 Análise de discurso crítica como perspectiva metodológica

Assumindo aqui a linguagem enquanto prática, como modo de ação construído e regulado socialmente, buscaremos analisar como os textos *O monge e o executivo* (James Hunter) e *Seja líder de si mesmo* (Augusto Cury) configuram práticas discursivas que lidam, especialmente, com a incerteza e a perda de sentido pessoal decorrentes das transformações recentes do mundo produtivo.

Para tanto, utilizaremos o enfoque da Análise de Discurso Crítica (ADC) de origem britânica com o intuito de identificar os principais pontos de articulação desse discurso com os discursos dominantes da sociedade contemporânea. Assim, propomos discutir a produção de sentidos a partir de tais práticas discursivas e seus efeitos no indivíduo e na sociedade.

Wodak (2004) ao fazer um resumo da história e dos principais conceitos da ADC afirma que a abordagem surgiu no início da década de 90, após um simpósio em Amsterdã que reuniu diversos pesquisadores como: Fairclough, van Dijk, Wodak, entre outros. Este encontro estabeleceu “um começo institucional” (p. 227) para a ADC. A autora destaca o lançamento da revista *Discourse and Society* em 1990, editada por van Dijk, como uma contribuição importante para a formação da ADC. Outros marcos foram os livros *Language and Power*, de Fairclough (1989), *Language, Power and Ideology*, de Ruth Wodak (1989) e *Prejudice in Discourse*, de Teun van Dijk (1984). Desde então novos periódicos foram lançados, passaram a ocorrer simpósios anuais e cada vez mais estudiosos passaram a participar dessas conferências e a pesquisar em ADC.

No Brasil a ADC é principalmente introduzida pelo trabalho de Izabel Magalhães – Universidade de Brasília (UnB) (RESENDE; RAMALHO, 2009).

A perspectiva crítica da ADC tem suas origens na Linguística Crítica, e no diálogo com a Ciência Social Crítica, questionando os aspectos políticos e os problemas da sociedade. Como uma abordagem interdisciplinar que rompe as barreiras entre a Linguística e as Ciências Sociais, a ADC avança ao considerar a análise textual não apenas procedimento de análise dos aspectos internos, mas que deve atentar para os aspectos externos, isto é, suas relações com outros eventos, práticas e estruturas sociais. Assim, a ADC ultrapassa as pesquisas de orientação estritamente linguística que não levam em consideração as questões sociais e as

pesquisas influenciadas pelas Ciências Sociais que deixam de lado os aspectos textuais.

A ADC desenvolve-se a partir do diálogo com o Realismo Crítico de Roy Bhaskar, onde o mundo é entendido como um sistema aberto, em constante mudança e constituído por diferentes domínios – potencial, realizado e empírico -, e por diferentes estratos – físico, biológico, social etc. Os domínios potencial e realizado só podem ser acessados através do empírico, ou seja, da mediação de nosso conhecimento, experiências, crenças e atitudes. Isso implica dizer que toda pesquisa se constitui através do olhar do pesquisador. A partir de suas experiências, seus pressupostos e conhecimentos, “surge” seu objeto de estudo (RAMALHO, 2007).

No entanto, é importante ressaltar que isso não significa que o mundo seja constituído apenas pelo nosso domínio empírico. É a partir dos princípios oriundos do Realismo Crítico, que a ADC concebe a linguagem como um dos estratos da realidade, que, através de seus mecanismos gerativos e poderes causais particulares, têm efeitos e internaliza traços de diferentes estratos (RAMALHO, 2007).

A ADC propõe uma abordagem crítica que explora problemas sociais que envolvem a linguagem e procura não ficar apenas no nível dos aspectos semióticos, mas sim, acessar níveis mais profundos. A ADC enfoca a linguagem como prática social; o interesse da ADC não se volta exclusivamente para a estrutura social ou para questões discursivas, mas, sim, para a conexão e interdependência desses dois âmbitos. Assim, “análises discursivas críticas não podem ser pautadas apenas no aspecto discursivo das práticas sob o risco de se perder de vista a relação dialética entre os momentos da prática e o potencial do discurso para a compreensão de outros aspectos da prática” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 35-36).

Essas implicações teórico-metodológicas do Realismo Crítico são algumas das características que contribuem para distinguir a ADC de outras vertentes de análise de discurso.

Thompson (1995) ajuda a fundamentar essa perspectiva crítica, apontando cinco modos gerais de operação da ideologia³, ligados a estratégias típicas de construção simbólica. São eles: a legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação.

³ O conceito de ideologia trabalhado nessa pesquisa segue a referência de Norman Fairclough, que sofre influência de Max Weber (1864-1920) na construção deste conceito.

A legitimação - onde relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas pelo fato de serem representadas como sendo justas e dignas de apoio - apresenta três estratégias típicas de construção simbólica: a racionalização, a universalização e a narrativização. A racionalização consiste em utilizar uma cadeia de raciocínio com fundamentos racionais e apelos à legalidade para defender ou justificar relações assimétricas de poder. Na universalização, representações particulares que servem aos interesses de alguns indivíduos são colocadas como de interesse geral, universal. E a narrativização, consiste em reproduzir histórias que contam o passado e tratam o presente como parte de uma tradição eterna e aceitável, servindo para criar e legitimar relações de dominação (THOMPSON, 1995).

Um segundo modo geral de operação da ideologia é a dissimulação, que consiste em ocultar, negar ou obscurecer relações de dominação e tem como estratégias de construção simbólica o deslocamento, a eufemização e o tropo. O deslocamento é quando um determinado objeto ou pessoa é usado para se referir a um outro, onde as conotações positivas ou negativas de um termo são transferidas para outro objeto ou pessoa. Na eufemização, ações, instituições ou relações sociais são representadas com uma valoração positiva. O tropo refere-se ao uso figurativo da linguagem voltado para criar, ocultar e negar, relações assimétricas de poder, tendo como suas formas mais comuns a metonímia, a metáfora e a sinédoque (THOMPSON, 1995).

O terceiro modo de operação da ideologia, a unificação, consiste na construção simbólica de uma forma de unidade que interliga indivíduos numa identidade coletiva, independentemente das diferenças e divisões que possam separá-los. Como estratégias de construção simbólica, temos a padronização, onde formas simbólicas são adaptadas a um referencial padrão que é proposto como um fundamento partilhado, e a simbolização da unidade, que envolve a construção de símbolos de unidade, identidade e identificação coletivas (THOMPSON, 1995).

O quarto modo de operação da ideologia, a fragmentação diz respeito à segmentação de indivíduos ou grupos que possam ser capazes de se transformar num desafio real aos grupos dominantes. Neste modo, temos como estratégias a diferenciação, que consiste na ênfase que é dada às distinções, diferenças e divisões entre pessoas e grupos, apoiando características que os desnudem e impeçam sua constituição, e o expurgo do outro, que envolve a construção de um inimigo

(indivíduos ou grupos que possam apresentar ameaças ao poder hegemônico) a ser combatido (THOMPSON, 1995).

O último modo de operação da ideologia, a reificação, consiste na retratação de uma situação transitória como permanente, natural e atemporal, e possui quatro estratégias de construção simbólica: a naturalização, onde um estado de coisas que é criação social e histórica pode ser retratado como um acontecimento natural; a eternalização, onde fenômenos sócio-históricos são representados como permanentes; a nominalização, quando sentenças, descrições de ações e dos participantes nelas envolvidos são transformadas em nome, e a passivação, quando verbos são colocados na voz passiva (THOMPSON, 1995).

Através desses modos de operação da ideologia e de suas estratégias de construção simbólica, Thompson (1995) chama atenção para as estratégias e maneiras através das quais o sentido pode ser construído e difundido no mundo social, podendo servir para criar e sustentar relações de dominação. No entanto, o próprio autor coloca que é importante ressaltar que as estratégias particulares de construção simbólica não são ideológicas em si mesmas, sendo assim importante fazer o exame do contexto específico no qual estas estratégias e formas simbólicas são produzidas, utilizadas e transmitidas.

A ADC desenvolveu o estudo da linguagem como prática social. Com foco na relação entre o mundo social e a linguagem, a “ADC estuda textos e eventos em diversas práticas sociais, propondo uma teoria e um método para descrever, interpretar e explicar a linguagem no contexto socio-histórico” (MAGALHÃES, 2005, p. 3).

A análise dos textos selecionados de Hunter (2004) e Cury (2004) está fundamentada principalmente no quadro teórico-metodológico da Teoria Social do Discurso, uma vertente da ADC proposta por Fairclough (2003; 2008).

A ADC mostra-se apropriada como método de abordagem à problemática aqui proposta, uma vez que se assenta no campo da pesquisa social crítica sobre as práticas discursivas na modernidade tardia, “período em que a linguagem ocupa o centro do modo de produção do capitalismo” (RESENDE; RAMALHO, 2009, p. 23).

Com a acentuação do processo de reflexividade institucional, onde a constituição da subjetividade está diretamente associada às práticas de conhecimento disponíveis, tornam-se cada vez mais relevantes os estudos críticos em linguagem, já

que as “questões sociais são, em parte, questões do discurso” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. vii).

As práticas discursivas envolvem os processos sociais de produção, distribuição e consumo textual, exigindo referência aos ambientes econômicos, políticos e institucionais particulares nos quais o discurso é gerado. A prática discursiva contribui tanto para reproduzir a sociedade como para transformá-la. A vertente de ADC proposta por Fairclough e colaboradores contribui particularmente para compreender como as transformações de processos sociais e culturais mais amplos na atualidade estão dialeticamente ligadas a mudanças nos usos da linguagem.

A análise do processo discursivo baseia-se no modelo tridimensional de discurso: texto, prática discursiva e prática social. A última dimensão, mais abrangente, inclui as demais, de modo que as práticas discursivas mantêm uma relação mediadora entre texto e práticas sociais. A ADC considera o texto um momento das práticas sociais mais amplas. Como parte de práticas discursivas, o texto é dialeticamente entendido como produto dessas práticas sociais (que também envolvem elementos não discursivos) e também como produtor dessas. O significado de um texto deriva não apenas das palavras que ele contém, mas de como essas palavras são usadas, seu uso estratégico, de sua referência a ambientes particulares em que são geradas e dos sentidos políticos e ideológicos que elas veiculam em um contexto social particular.

Qualquer evento discursivo é considerado como simultaneamente, um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social (FAIRCLOUGH, 2008). Com isso,

na ADC britânica textos são concebidos como parte de eventos específicos, que envolvem, além de discurso, pessoas, (inter)ação, relações sociais e mundo material. Nessa perspectiva relacional/dialética, textos são materializações situadas de discurso que constituem crenças, valores, formas de ação e interação, relações sociais, mundo material, e, ao mesmo tempo, são constituídos por esses outros momentos de práticas sociais. (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 103).

Alguns conceitos serão fundamentais para a compreensão da proposta teórico-metodológica em ADC, como “discurso”, “poder como ideologia” e “ideologia” que fundamentam a concepção de linguagem como prática social e como instrumento de poder.

O conceito de discurso está ligado, ao mesmo tempo, aos estudos da linguagem e às ciências sociais, caracterizando a ADC como uma abordagem interdisciplinar que se insere na tradição da ciência social crítica, contribuindo para a compreensão das transformações e problemáticas da vida social contemporânea. A ADC considera o discurso moldado pelas práticas sociais, mas também, capaz de remodelar e reestruturar essas práticas. O discurso tem uma relação ativa com a realidade, participando da produção, transformação e reprodução dos sujeitos e objetos da vida social (FAIRCLOUGH, 2008).

Na perspectiva sociodiscursiva da ADC, a linguagem está presente em todos os níveis da vida social – desde as estruturas sociais mais estáveis aos eventos sociais mais flexíveis, passando pelo nível intermediário das práticas sociais –, o que pressupõe uma relação dialética entre linguagem e sociedade. Nas práticas sociais, a linguagem se manifesta como discurso, “como uma parte irreduzível das maneiras como agimos e interagimos, representamos e identificamos a nós mesmos, aos outros e a aspectos do mundo por meio da linguagem”(RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 15).

Além de sua característica interdisciplinar e de seu posicionamento perante os problemas sociais, outra característica das vertentes de análise de discurso crítica é a utilização de textos como método de pesquisa. Segundo Ramalho e Resende (2011, p. 21), o texto “carrega propriedades sociodiscursivas muito relevantes, resultantes de sua produção e circulação na sociedade e, ao mesmo tempo, constituinte dessa mesma sociedade”.

Como ciência crítica, a ADC se preocupa com os efeitos ideológicos que os textos podem ter sobre os conhecimentos, identidades, relações sociais, ações e interações, por isso a importância do conceito de “poder como hegemonia”. Este conceito implica uma inerente temporalidade e instabilidade, pois o poder nunca será total e definitivo, sendo, assim, passível de mudança e superação.

Segundo Ramalho e Resende (2011, p. 24): “A luta hegemônica travada no/pelo discurso é uma das maneiras de se instaurar e manter a hegemonia. Quando o abuso de poder é instaurado e mantido por meio de significados discursivos, está em jogo a ideologia”. Assim, para superar essas relações assimétricas de poder, é necessário desvelar as ideologias que constituem o discurso.

Fairclough (2008, p. 117) aponta a luta ideológica como uma dimensão da prática discursiva: “as ideologias embutidas nas práticas discursivas são muito eficazes quando se tornam naturalizadas e atingem o status de senso comum”.

Por isso, a importância de se fazer uma análise crítica da literatura de autoajuda que se configura como uma importante prática de cultivo de si na sociedade contemporânea e que intermedia a constituição do sujeito, visto que “a ideologia investe a linguagem de várias maneiras, em vários níveis” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 118).

Em seu livro *Analysing Discourse: textual analysis for social research* (2003), Fairclough avança e amplia o diálogo teórico entre a ADC e a Linguística Sistêmica Funcional (LSF) de M.A.C. Halliday, sugerindo três principais tipos de significado do discurso: o significado acional, o significado representacional e o significado identificacional. Fairclough propõe esses três significados do discurso a partir da articulação entre as macrofunções de Halliday e os conceitos de gênero, discurso e estilo.

O discurso figura dialeticamente e simultaneamente nas práticas sociais de três modos, como modo de (inter)agir, de representar e de identificar-se. Esses três modos correlacionam-se a três momentos de ordens de discurso: gêneros discursivos, discursos e estilos que se ligam respectivamente a três significados do discurso: significado acional, significado representacional e significado identificacional.

Segundo Ramalho e Resende (2011, p. 44):

Gêneros discursivos são, portanto, maneiras relativamente estáveis de agir e interagir discursivamente na vida social. Discursos são maneiras relativamente estáveis de representar aspectos do mundo, de pontos de vista particulares. Estilos, por fim, são maneiras relativamente estáveis de identificar, discursivamente, a si e a outrem.

Gêneros referem-se a modos relativamente estáveis de (inter)ação por meio do discurso, assim, gêneros pressupõem relações com os outros, bem como modo de ação sobre os outros. Por isso, os gêneros serão muito importantes na manutenção da estrutura social, pois “possibilitam e controlam não só discursos, mas práticas sociais como um todo” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 61).

Por isso, Fairclough (2003) destaca a relação entre gênero e poder como relevante ao se fazer uma análise de discurso.

Ao falarmos de gêneros na contemporaneidade, onde temos modos de ação discursiva desencaixados no tempo e no espaço, estamos falando de relações e discursos que mesclam diferentes gêneros, como, por exemplo, a literatura de autoajuda que reúne gêneros textuais dos campos psicoterápicos, espiritual-religiosos, de áreas especializadas como medicina, negócios e direito. Essa característica facilita o exercício do poder e a naturalização de discursos particulares como verdades universais.

O significado acional focaliza o texto como modo de (inter)ação em eventos sociais, validando ou questionando relações sociais; o significado representacional enfatiza a representação de aspectos do mundo em textos; o significado identificacional, refere-se à construção e à negociação de identidades no discurso.

Ao realizarmos uma análise de discurso crítica de um texto em termos de gênero, o objetivo é examinar como o texto figura na (inter)ação social e como contribui para ela em eventos sociais concretos. Nesta pesquisa, onde trabalharemos com textos de autoajuda, caracterizados por seu hibridismo, analisaremos o desdobramento desse tipo de literatura ao se configurar como uma prática, uma ação que constitui a subjetividade num contexto de rápidas transformações.

Ao analisar o significado acional do discurso, além da estrutura genérica, podemos analisar os textos por meio de categorias analíticas relacionadas à maneira de (inter)agir discursivamente nas práticas sociais como, por exemplo, a intertextualidade.

O significado representacional está relacionado ao modo de representação de aspectos do mundo, onde:

Diferentes discursos não apenas representam o mundo “concreto”, mas também projetam possibilidades diferentes da “realidade”, ou seja, relacionam-se a projetos de mudança do mundo de acordo com perspectivas particulares (RESENDE; RAMALHO, 2009, p. 70-71).

Com isso, ao analisarmos os textos de Hunter (2004) e Cury (2004) podemos observar que esses podem encarnar certo modelo de homem e de trabalhador investido ideologicamente no sentido de privilegiar as habilidades relacionais, o empreendedorismo de si mesmo e uma valorização da mente. Essas ideologias não se restringem ao campo do trabalho, pelo contrário, elas colonizam diversas áreas da vida social, com consequências morais e existenciais profundas.

O significado identificacional relaciona-se à maneira de identificar a si mesmo e aos outros e está associado aos estilos. Os estilos, segundo Resende e Ramalho (2009, p. 76), “constituem o aspecto discursivo de identidades, ou seja, relacionam-se à identificação de atores sociais em textos”.

Neste sentido, um aspecto importante de se analisar são as lutas hegemônicas na construção das identidades. Entre as categorias relacionadas ao significado identificacional estão a modalidade, a avaliação e a metáfora. Esta última será uma importante categoria ao analisarmos os livros de autoajuda aqui sem estudo.

Um aspecto importante para ser observado ao discutirmos os modos de identificar a si e aos outros por meio do discurso é o processo de mercadologização (ou comodificação) de práticas discursivas em princípio desvinculadas da economia (como já foi observado no tratamento da educação e da arte como “serviço”, “produto” e “investimento”). De modo geral, as práticas envolvem cada vez mais processos de tecnologização do discurso:

As tecnologias discursivas estabelecem uma ligação íntima entre o conhecimento sobre linguagem e discurso e poder. Elas são planejadas e aperfeiçoadas com base nos efeitos antecipados mesmo nos mais apurados detalhes de escolhas linguísticas no vocabulário, gramática, na entonação, na organização, no diálogo, entre outros, como também a expressão facial, o gesto, a postura e os movimentos corporais. Elas produzem mudança discursiva mediante um planejamento consciente (FAIRCLOUGH, 2008, p. 265).

A contemporaneidade trouxe novas práticas discursivas, entre elas as disseminadas pelos manuais de autoajuda. Fairclough (2008) afirma que o destaque cada vez maior do discurso nas transformações sociais relaciona-se com uma preocupação para controlar o discurso, causar mudanças nas práticas discursivas como parte da engenharia da mudança social e cultural, que ele chama de tecnologização do discurso: tecnologias discursivas são sistematicamente aplicadas a uma variedade de organizações por tecnólogos profissionais que pesquisam, redesenham e fornecem treinamento em práticas discursivas.

Assim, podemos enquadrar os manuais de autoajuda como uma dessas tecnologizações do discurso na medida em que esse tipo de literatura busca um controle sobre várias instâncias de nossas vidas, podendo ser caracterizada como:

O conjunto de relatos e manuais que ensina como conduzir a vida, sobrepujar a depressão, manejar com pessoas, exercer a sexualidade, parar de fumar, enriquecer etc., pertence, sem dúvida, a esse acervo de

textos, constituindo um formidável veículo de subjetivação criado por nossa cultura (RÜDIGER, 1996, p. 9).

Embora os três significados do discurso sejam diferentes e abordem aspectos distintos, eles estão dialeticamente relacionados, assim, cada um internaliza o outro. Os três tipos de significado sempre estão presentes nos textos, no entanto, a análise e a investigação de determinado significado dependerão do objeto de estudo do pesquisador.

Ramalho e Resende (2011) afirmam que a análise da prática social se dá pelo texto e, através deste exploram-se as estruturas de dominação, as operações de ideologia e as relações sociais. Assim, na medida em que a vida social é cada vez mais mediada pela linguagem e que, a partir de suas interações com os textos, indivíduos e grupos criam sentidos para suas práticas e suas vidas, faz-se pertinente a análise documental de manuais de autoajuda mediante seleção de um corpus textual específico.

O Monge e o executivo: uma história sobre a essência da liderança, de Hunter (2004) e *Seja líder de si mesmo: o maior desafio do ser humano*, de Cury (2004) formam o nosso corpus textual, tendo sido selecionados por abordarem as novas demandas do mundo laboral e prescreverem modos individualizados e autogeridos de enfrentá-las. Esses textos foram escolhidos a partir de um levantamento da produção e consumo dos livros de autoajuda mais vendidos no ano de 2011 (seguindo *ranking* da revista *Veja* sobre os livros de autoajuda e esoterismo do ano). O livro de Hunter (2004) chamou atenção, pois figura há quase dez anos na lista dos livros de autoajuda e esoterismo mais vendidos e o de Cury (2004) também já encabeçou essa lista. Mas, a eleição pelo livro de Cury se deu também pelo fato de eu querer trabalhar com um autor brasileiro e, por na minha prática clínica alguns clientes trazerem seus livros para o processo psicoterapêutico. Na graduação, quando iniciei meu estágio na clínica escola de psicologia, a primeira pessoa que atendi – um homem de quase 50 anos - me deu de presente um exemplar do livro *Inteligência Multifocal* do Augusto Cury, sendo este meu primeiro contato com esse autor, mas certamente não o último.

Esses livros propõem apresentar as ferramentas necessárias para a pessoa se tornar um líder de sucesso, ser líder de si mesmo, autor de sua própria história,

fazer de sua vida um grande espetáculo, ter sucesso e ser feliz, adotando certos hábitos.

A eleição dessas obras se deve ao fato de esclarecerem sobre as atuais práticas de autogoverno, como a necessidade de trabalhar e desenvolver aspectos relacionados ao corpo, à mente, às habilidades e atitudes na direção do homem empreendedor e líder de si mesmo.

A ADC não está interessada em descrever um texto, mas sim em apontar as características textuais relevantes que constroem versões de realidade a partir de uma perspectiva crítica. A ADC adequa-se à investigação do gênero de autoajuda como fenômeno tardo-moderno, uma vez que permite compreender como suas características textuais e sua utilização em certos contextos se articulam a formas contemporâneas de reprodução bem como de transformação social. Entendemos que a análise textual é inevitavelmente seletiva, assim, as dimensões que foram aqui privilegiadas não esgotam as possibilidades de análise do corpus investigado.

Por fim, visando compreender, nos textos de autoajuda, a constituição subjetiva do sujeito contemporâneo, especialmente do novo trabalhador, como problema sócio-discursivo, julgamos que nossa fundamentação teórica oferece ferramentas úteis, pois permitem investigar potenciais sentidos ideológicos e também mapear conexões entre discurso e momentos não discursivos implicados na problemática.

2 O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA E OS NOVOS MODOS DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE

“Um homem se humilha
Se castram seu sonho
Seu sonho é sua vida
E vida é trabalho...
E sem o seu trabalho
O homem não tem honra
E sem a sua honra
Se morre, se mata...”

(GONZAGINHA, Um homem também chora - guerreiro menino).

Falar de vida é falar de trabalho. Enquanto vivermos numa sociedade produtora de mercadorias, o trabalho continuará central e vital para a continuidade da sociedade. Fica assim impossível pensarmos e discutirmos o sujeito hoje sem levarmos a dimensão do trabalho em consideração, pois, participando ou não direta e ativamente do processo produtivo, o trabalho perpassa o sujeito e sua forma de ser, sendo parte importante de sua constituição. Por isso, a discussão sobre o trabalho, sua reestruturação e as diversas formas em que se apresenta na contemporaneidade se faz fundamental quando nos propomos a realizar uma reflexão sobre o sujeito contemporâneo.

O mundo é criado pelo trabalho e esse trabalho sempre será explorado enquanto houver capitalismo. Estes dois pressupostos da ontologia marxista ainda vigoram e se intensificam, ganhando novos contornos, instrumentos e características no atual estágio do modo de produção capitalista.

No seio de uma sociedade cada vez mais inquietante e de um mundo inconcluso, uma nova forma de estar no mundo foi se construindo na contemporaneidade globalizada e plural, tendo como um dos sintomas mais aparentes a insegurança, na sua melhor expressão, a incerteza. Podemos dizer que o ponto principal da crise de incerteza que vivemos hoje é a desorganização da vida em relação ao trabalho, pois é o trabalho que ainda sustenta a maior parte da vida social, conferindo ao sujeito identidade e um sentido social.

Nas sociedades pré-modernas, o sentido da existência e a forma como o indivíduo levava a vida eram determinados pelas grandes instituições produtoras de sentido que mantinham uma relação determinista e unilateral com o sujeito. O

sentido da ação em áreas específicas e individuais estava diretamente ligado ao sentido geral da conduta de vida que era disseminado, sem grandes questionamentos ou crises, pelas instituições que mantinham a ordem do sentido em concordância com a vida prática (BERGER; LUCKMANN, 2004).

A falência das formas de vida regulares e seguras pela tradição e obediência às autoridades faz com que o indivíduo perca suas referências estáveis e a ordem que o governava. Com o advento das sociedades modernas e tardo-modernas, o homem ganha mais liberdade, mas, em contrapartida, perde o caminho seguro por onde se guiar.

Segundo Giddens (2002, p. 16):

A falta de sentido pessoal – a sensação de que a vida não tem nada a oferecer – torna-se um problema psíquico fundamental na modernidade tardia. Devemos entender esse fenômeno em termos de uma repressão de questões morais que a vida cotidiana coloca, mas às quais nega respostas.

Na verdade, essa falta de sentido pessoal surge também das milhares de possibilidades ofertadas para o sujeito que passa a ter a responsabilidade de fazer escolhas e construir e reconstruir novos caminhos em sua vida. Com isso, diante do desconhecido e da insegurança em que vive – sem sistemas de valores e instituições bem definidas -, a incerteza torna-se uma constante em sua vida.

Com a rapidez das transformações da contemporaneidade, o viver para o amanhã deixa de ser a atitude seguida pelos homens. O futuro transforma-se em “futuros” e é “continuamente trazido para o presente por meio da organização reflexiva dos ambientes de conhecimento” (GIDDENS, 2002, p. 11).

O imediatismo e o *carpe diem* tornaram-se o modo de vida do sujeito, que busca viver toda sua liberdade, todas as suas possibilidades o mais rápido e sempre que possível. Como um paraquedista, o homem tem que lançar-se no inesperado em busca da emoção, em busca da vida, sempre acompanhado da incerteza do que o aguarda.

As mudanças socioeconômicas e culturais que ocorreram na transição das sociedades pré-modernas para as sociedades modernas e contemporâneas alteraram radicalmente a vida social e diversos aspectos da nossa existência. Essas nos colocaram numa situação paradoxal onde, embora vivamos em contexto social globalizado, temos que lidar com esse contexto de forma pessoal e localizada. Questões sociais e macroestruturais passam a serem processadas no âmbito pessoal e

o “eu” tem que ser construído “reflexivamente” numa condição de incerteza constante.

A reestruturação do sistema produtivo a partir do pós-fordismo remodelou e desestabilizou a sociedade em todas as suas dimensões – inclusive nas relações afetivas-, trazendo uma nova configuração social apoiada na individualidade, no consumo e no hedonismo. Assim, a sociedade contemporânea é a sociedade das tecnologias, da informação, dos novos conhecimentos, da nova ciência, mas também do descarte, da substituição, do novo e do eterno instante, onde, por conta e risco próprios, o sujeito tem que constituir sua história e viver sua vida.

O avanço do capitalismo, a aceleração do desenvolvimento tecnológico e as relações virtuais modificaram o modo de nos relacionarmos e vivermos hoje. O advento de máquinas que trabalham por nós e substituem a força de trabalho humana, os avanços da ciência na área médica e o prolongamento da vida colocando os homens numa posição de quase deuses, a facilidade de comunicação, especialmente com a internet, o impacto global de ações individuais e sociais fazem com que sejamos indivíduos do mundo; nossas referências agora são globais.

Estamos apoiados num chão sem fronteiras, mas de areia movediça, onde ao mesmo tempo em que criamos cada vez mais formas de aperfeiçoarmos o mundo e a nós mesmos, estamos cada vez mais sós na busca de dar sentido às nossas ações. Deslocados e desencaixados da segurança ofertada por um mundo linear e fechado, nos encontramos cada vez mais imersos na incerteza de um mundo global e infinito, onde temos que olhar para dentro para encontrarmos respostas, felicidade e sentido.

O investimento passa a ter que ser constantemente em si mesmo para acompanhar a volatilidade do mundo contemporâneo. Vivemos num terreno incerto, regido pela autocrítica, autocensura e autoexame: “A vida líquida alimenta a insatisfação do eu consigo mesmo. A crítica é auto-referente e voltada para dentro” (BAUMAN, 2007, p. 19).

Exige-se cada vez mais do sujeito: que possua especializações, competências, qualificações, que seja espiritualizado, positivo, que tenha um corpo atlético. Tudo isso esperando um retorno futuro em termos de maiores ganhos e satisfações pessoais. O sujeito está o tempo todo tendo que olhar para si, rever e se modificar para bem viver nessa sociedade. Ele dedica sua vida e investe constantemente em si. Com isso, “[...] O capital, desta vez, concretiza-se não em dinheiro, mas em atributos humanos; o capital é investido de formas humanas”

(LÓPEZ-RUIZ, 2007, p. 184). As habilidades, destrezas e aptidões próprias do homem adquirem valor de mercado e se apresentam como forma de capital.

A sociedade contemporânea, particularmente nas últimas décadas, presenciou fortes transformações que acarretaram grandes mudanças na estruturação e nas relações de trabalho: avanço tecnológico, novas profissões e conhecimento cada vez mais especializado, desemprego elevado, desrespeito aos direitos sociais, terceirização, precarização do trabalho, crescimento do trabalho informal e da procura por cargos públicos (em busca da desejada estabilidade), além da disseminação de uma lógica do desenvolvimento pessoal e do empreendedorismo de si mesmo.

Essas são algumas das novas configurações do mundo laboral que incidem sobre os modos de subjetivação hoje. A reestruturação produtiva do capitalismo foi tão intensa que “a classe-que-vive-do-trabalho sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser” (ANTUNES, 1998, p. 15).

As mudanças trazidas pela reestruturação do capitalismo afetaram não somente a organização e as formas de instituição do mundo laboral, mas causou, principalmente, uma mudança no homem que trabalha e que vive do trabalho, penetrando sua “alma” e, obrigando-o a buscar recursos externos que reverberem internamente e o ajudem na reformulação contínua da sua forma de ser.

Li uma matéria num site que trazia o perfil do novo e atualizado trabalhador. Nela descreviam o trabalho e um pouco da rotina de três pessoas: a primeira prestava consultoria para grandes empresas na área de recursos humanos, atuando com treinamento e seleção de pessoas; o segundo trabalhava em casa com mídia alternativa, desenvolvendo sites e fazendo divulgação virtual de produtos e negócios; e o terceiro administrava seu próprio negócio, uma loja de descartáveis. Além de falarem das “profissões do futuro”, todos assinalaram o fato de poderem “fazer o próprio salário” e de não terem chefes diretos como vantagens de seus trabalhos, no entanto, todos lembraram também a incerteza do mercado como algo com que precisavam lidar constantemente.

Após anunciar uma série de características desejáveis ao profissional nesse novo contexto de trabalho – criatividade, estar atento às mudanças e acompanhar o mercado – o texto encerra com a pergunta/provocação: “E você, está

preparado?”. A pergunta final parece ser o questionamento latente dos trabalhadores de hoje, remetendo ao vazio incessante diante do dinamismo e da incerteza do capitalismo globalizado. Assim, para fazermos uma discussão sobre o sujeito e trabalhador contemporâneo, primeiramente faremos uma explanação geral de como chegamos a esse novo contexto e dinâmica laboral.

Neste capítulo, falaremos um pouco sobre como ocorreu à reestruturação do capital, com suas consequências em termos de estruturação e organização laboral, bem como seus efeitos no sujeito trabalhador. Para tanto, buscaremos uma articulação teórica com autores como Alves (2005), Antunes (1998, 2001, 2007), Sennett (2008, 2011), Negri (2003), Boltanski e Chiapello (2009), dentre outros.

As promessas da modernidade e do capitalismo, entre elas a de segurança, justiça social e emancipação do indivíduo, em parte realizadas no Estado de Bem-Estar Social, não puderam se concretizar plenamente e, o indivíduo, trabalhando no atual momento do capitalismo, se vê destituído das garantias, antes asseguradas, e inseguro quanto ao futuro, precisando satisfazer suas necessidades e seus desejos por si mesmo. E, é a partir dessa realidade que devemos pensar o sujeito.

Diante desse novo contexto e de novas estruturas, o trabalho vai ganhando novas práticas e novos significados, alterando a relação que as pessoas estabelecem no campo laboral. Se antes o trabalho seguia um modelo tripartite linear (preparação escolar - atividade profissional -aposentadoria), conferindo sentido e segurança no curso da vida, hoje, cada vez mais, as pessoas se veem envoltas em mudanças e a novos começos. Na esteira do desemprego, precarização laboral e instabilidade da economia mundial, fortalecem-se discursos que prescrevem novos modos de ser e trabalhar apropriados ao novo cenário.

Como afirma Sennett (2011, p. 9), pede-se aos trabalhadores “que sejam ágeis, estejam abertos a mudanças a curto prazo, assumam riscos continuamente, dependam cada vez menos de leis e procedimentos formais”.

Atualmente, o trabalho e o modelo de trabalhador – no contexto de globalização, alta tecnologia e capital financeiro – são governados por imperativos de flexibilidade, agilidade, dinamicidade, abertura às mudanças e ao novo, curto prazo, aceitação de riscos e autonomia. O próprio significado do trabalho e do trabalhador transforma-se, acompanhando os novos valores, crenças, atitudes e sensibilidades solicitados ao profissional hoje.

O mercado passa a ser dinâmico, rápido e volátil e essa dinamicidade e a capacidade de mudança passam a ser demandadas aos serviços e trabalhadores. O retorno do investimento precisa ser rápido, exigindo cada vez mais novos meios de aumentar a produtividade e os ganhos.

Segundo Sennett (2011, p. 24) o princípio de que “não há longo prazo” – que “corrói a confiança, a lealdade e o compromisso mútuo” – passa a disseminar-se e orientar implicitamente as relações do trabalhador no mundo do trabalho e até na vida privada:

O que é singular na incerteza hoje é que ela existe sem qualquer desastre histórico iminente, ao contrário, está entremeada nas práticas cotidianas de um vigoroso capitalismo. A instabilidade pretende ser normal. [...] “Não há mais longo prazo” desorienta a ação a longo prazo, afrouxa os laços de confiança e compromisso e divorcia a vontade do comportamento (SENNETT, 2011, p. 33).

Pode-se dizer que é comum a crescente incerteza, ansiedade e desconforto das pessoas diante de um cenário em constante modificação e pleno de riscos. Tal cenário demanda qualidades e disposições especiais às pessoas que levam ao seu engajamento no projeto reflexivo do eu. O sujeito contemporâneo, então, vê-se sem segurança para chegar a uma certeza, só com a liberdade – mesmo que ilusória e limitada – de escolher, entre as diversas possibilidades e caminhos, um estilo de vida no qual possa assentar sua vida.

Se anteriormente a incerteza e a insegurança eram causadas pelos perigos iminentes de uma peste, guerra ou desastre natural, hoje, esses sentimentos parecem ser dominantes, governando as pessoas (SENNETT, 2011).

É nesse modo de vida tipicamente inseguro que vivemos e, é a partir dele que buscamos construir nossa história e enfrentar os desafios da vida, mesmo que essa história mais pareça episódios entrecortados sem começo, meio e fim bem definidos.

Uma mudança fundamental da vida contemporânea que faz parte do novo mundo do trabalho são as novas maneiras de organizar o tempo, que deixa de ser linear e ligado a um local específico, passando, assim como o espaço, a ser “desencaixado” (GIDDENS, 2002).

Para Giddens (2002), um dos elementos-chave que define a modernidade tardia é a relação direta que esta assume com o risco cotidiano, que vai influenciar diretamente a maneira como os sujeitos organizam sua vida e constituem suas

identidades. Ele descreve a vida social tardo-moderna através do processo de “desencaixe”, que reorganiza o tempo e o espaço. No desencaixe, tempo e espaço adquirem um papel totalmente diferente do que tinham nas sociedades tradicionais, onde o tempo estava atrelado ao espaço. Na modernidade tardia, o tempo e o espaço estabelecem experiências que tendem a dispersar as ações sociais, as quais não se encontram mais ligadas especificamente a uma situação e/ou a um contexto. As práticas sociais são cada vez mais determinadas por relações entre sujeitos à distância, implicando uma infinidade de possibilidades de mudança dos hábitos e experiências locais.

Os mecanismos de desencaixe são caracterizados por fichas simbólicas, os “meios de troca que têm um valor padrão, sendo assim intercambiáveis numa pluralidade de contextos”, e pelos sistemas especializados, que “põem entre parênteses o tempo e o espaço, dispondo de modos de conhecimento técnico que tem validade independente dos praticantes e dos clientes que fazem uso deles” (GIDDENS, 2002, p. 24).

Tais mecanismos liberam as relações sociais da influência de locais específicos, recombinao-os através de amplas distâncias espaços-temporais. Ou seja, desalojam as relações sociais de seus contextos locais de interação e as reestruturam em indefinidos intervalos espaços-temporais.

Podemos dizer que essa separação entre tempo e espaço colabora para a exploração e dominação do trabalhador, pois, com o tempo transformado em produto e em serviço os trabalhadores assalariados vendem sua força de trabalho e seus serviços a partir do tempo que dedicam à determinada atividade, surgindo, assim, um poderoso meio de regulação e dominação do mercado sobre o trabalhador. Contribuindo para esse cenário, na modernidade tardia temos os novos tipos de trabalhos, meios de comunicação e as novas tecnologias como internet, celulares, programas de computadores, *home work* etc., que ampliam o tempo dedicado ao trabalho e invadem o tempo privado, submetendo crescente e, muitas vezes, imperceptivelmente o trabalhador. O trabalho passa a fazer cada vez mais parte da vida privada, num entrelaçamento que vai perdendo seus contornos e transformando o trabalho em atividade de tempo integral que governa as demais instâncias da vida.

Atualmente, ocorre uma expansão na relação do homem com o trabalho que não se limita mais ao local de trabalho ou à produção propriamente dita. As novas tecnologias alteram as relações que o trabalhador na modernidade mantinha

com sua atividade laboral e desorganiza a usual separação entre espaço público e espaço privado.

Isso provoca sérias e radicais mudanças nas relações da organização do trabalho e cria uma vida de “momentos”, onde tudo é passado e vivido no curto prazo como se iniciasse já esperando o seu fim. Os produtos já não têm mais a qualidade de duráveis, ao contrário, tornam-se cada vez mais descartáveis; as qualificações tem prazo de validade e você precisa estar sempre se atualizando como os programas de computador; a ideia de uma carreira e/ou um emprego para toda uma vida desvanece, bem como, as relações afetivas. Tudo é colocado como passageiro e a regra agora é saber lidar com essas constantes mudanças, é ter a capacidade de se adaptar, de ir em frente e se reinventar.

Com isso, os trabalhos temporários, as consultorias, a terceirização e a contratação de serviços, não mais de empregos, vão se intensificando. Essa experiência do tempo – um “horizonte temporal comprimido” – configura-se uma das principais marcas da vida contemporânea, afetando as trajetórias dentro e fora do trabalho (LECCARDI, 2005).

Quando transposto para a esfera da vida particular, o imperativo do curto prazo tende a esvaziar as relações sociais. Para Sennett (2011, p. 27), “o capitalismo de curto prazo corrói o caráter dele (trabalhador), sobretudo aquelas qualidades de caráter que ligam os seres humanos uns aos outros, e dão a cada um deles um senso de identidade sustentável”.

A partir da busca pela sobrevivência no trabalho instável, a subjetividade do indivíduo vai se construindo e reconstruindo a partir dos princípios que guiam a sociedade capitalista pós-industrial e sua dimensão de risco. Esses princípios passam a tomar conta da vida como um todo, não se restringindo à esfera do trabalho.

Para compreendermos a reestruturação do capitalismo e seus desdobramentos na vida social e nas relações laborais em particular, discutiremos, primeiramente, o fordismo-taylorismo e sua posterior crise que abriu caminho para a instauração do toyotismo como modelo predominante de produção capitalista.

2.1 Do fordismo-taylorismo ao toyotismo: rumo à configuração flexível do trabalho

O binômio taylorismo e fordismo - expressão do sistema produtivo e de seu respectivo processo de trabalho - vigorou durante a grande indústria ao longo de quase todo o século XX e, baseava-se, fundamentalmente, na produção em massa.

Negri (2003) divide o período da “grande indústria” em duas grandes fases: uma que vai de 1870 à Primeira Guerra Mundial, e outra que vai da Primeira Guerra Mundial a 1968. Na primeira fase, o operário se torna parte da maquinaria, a força de trabalho – explorada ao máximo- é anexada ao ciclo produtivo e se qualifica inserida no processo de produção, permitindo, assim, certo conhecimento do ciclo laboral. É a fase do operário profissional. Em relação aos modelos de regulação, “O Estado se desenvolve em direção a níveis cada vez mais rígidos de integração institucional com o capital financeiro e reconhece no desenvolvimento dos monopólios e na consolidação imperialista sua base e seu cenário político” (p. 62).

Na segunda fase, o operário perde o conhecimento do ciclo laboral que detinha na primeira fase da grande indústria e a força de trabalho passa a ser abstrata, “no sentido de que é abstraída de qualquer qualidade concreta e anexada, como tal, ao processo industrial, nas formas de taylorismo” (NEGRI, 2003, p. 64). Essas formas tayloristas inserem milhares de trabalhadores sem qualificação em processos de trabalho altamente alienantes. Nesta fase, além da constituição do fordismo, com um modelo de Estado intervencionista, surgem diversas conquistas em favor da classe trabalhadora.

O fordismo tem como características a produção em massa e em série, o controle do tempo, o trabalho parcelar, a fragmentação das funções e a separação entre elaboração e execução no processo de trabalho, com a consolidação do operário-massa (ALVES, 2005; ANTUNES, 1998, 2007; NEGRI, 2003; SENNETT, 2008, 2011).

No capitalismo industrial, a rotina era considerada algo positivo; ela trazia aprendizado e aperfeiçoamento da tarefa pela repetição incessante da atividade, bem como ordem tanto ao ambiente de trabalho como ao próprio sujeito que tinha seu lugar muito bem definido e sabia quem era e o que tinha que fazer. Essa ordem bem definida das coisas e dos papéis proporcionava ao indivíduo uma segurança e uma fundamentação na construção da sua biografia e no planejamento de seu futuro. O capitalismo industrial envolve também a separação do ambiente de trabalho (público) da vida privada, desgarrando o trabalho da vida particular do sujeito e criando um ambiente específico para as atividades laborais.

O capitalismo industrial intensifica-se com o fordismo, conforme diz Sennett (2011, p. 44):

Antes de Ford criar fábricas modelos como Highland Park, a indústria automobilística se baseava no artesanato, com trabalhadores altamente qualificados fazendo muitos serviços complexos num motor ou numa carroceria de automóvel no curso de um dia de trabalho. Esses trabalhadores gozavam de grande autonomia, e a indústria de automóveis era na verdade um conjunto de lojas descentralizadas.

Ao industrializar o processo de produção, Ford intensifica o emprego dos trabalhadores especializados em relação aos artesãos, dividindo o trabalho, fazendo com que o trabalhador vá perdendo o controle que tinha em relação ao seu trabalho, e transformando o tempo em produto. Se até certo ponto, essa ordem trazida pela rotina e papéis bem definidos garante uma segurança para o trabalhador, tal ordem pode se tornar destrutiva na medida em que ele é afastado de qualquer decisão em relação ao produto de seu trabalho.

A organização fordista, portanto, traz consequências paradoxais: “A rotina pode degradar, mas também proteger; pode decompor o trabalho, mas também compor uma vida” (SENNETT, 2011, p. 49).

A crítica feita ao trabalho rotineiro é principalmente sobre o aspecto repetitivo do trabalho, produzido sem criatividade e sem o conhecimento do operário sobre a totalidade do produto ou serviço em elaboração.

Com o aumento da concorrência e dos riscos, a crise do fordismo se instala a partir do excedente da produção em massa, sua principal característica. Com o objetivo de incrementar a acumulação do capital, torna-se necessária uma nova via de racionalização do trabalho e dos novos padrões de concorrência, mais adequada às novas condições do capitalismo mundial em forte crise nos anos 70. A necessidade de superar os limites impostos pelo taylorismo-fordismo leva, portanto, ao desenvolvimento de novos padrões de gestão, a partir de inovações organizacionais, institucionais e relacionais.

Antunes (2001, p. 39) elenca 4 elementos centrais para a crise do mundo do trabalho que afetaram “a materialidade da classe trabalhadora, a sua forma de ser, quando a sua esfera mais propriamente subjetiva, política, ideológica, dos valores e do ideário que pautam suas ações e práticas concretas”: primeiro, a crise estrutural do capital que se abateu no conjunto das economias capitalistas a partir especialmente do início dos anos 70 que acentuou os traços destrutivos do capital;

segundo, o desmoronamento do Leste Europeu que teve enorme impacto no movimento operário; terceiro, o desmantelamento da esquerda tradicional com um processo político e ideológico de social-democratização e sua atuação subordinada à ordem do capital; quarto, o neoliberalismo que passou a ditar o ideário e o programa a serem implementados pelos países capitalistas.

Diante dessa nova configuração, o modelo Toyota japonês destaca-se, atingindo uma escala mundial. Entre as razões que contribuíram para a propagação do toyotismo podemos destacar: a necessidade de a empresa responder à crise financeira, aumentando a produção sem aumentar o número de trabalhadores, a introdução, na indústria automobilística japonesa, da experiência do ramo têxtil em que o trabalhador precisa operar simultaneamente várias máquinas, e a importação das técnicas de gestão dos supermercados dos Estados Unidos da América (EUA), que deram origem ao método *Kanban*. Baseando-se no modelo de reposição dos produtos somente após sua venda, comum nesses supermercados, e, buscando atender a mercados internos que solicitavam produtos diferenciados e em menores quantidades, dadas as condições mais adversas do pós-guerra, o toyotismo alastra-se e passa a se configurar como o modelo predominante do capitalismo em escala mundial (ANTUNES, 1998).

Entre as características básicas do toyotismo, podemos citar: a demanda do mercado como determinante do que será produzido, uma produção variada, diversificada e pronta para atender a demanda de consumo, criando assim o estoque mínimo, com uma produção voltada para a demanda e um melhor aproveitamento possível do tempo de produção. Para Antunes (1998, p. 16): “O cronômetro e a produção em série e de massa são “substituídas” pela flexibilização da produção, pela “especialização flexível”, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação à lógica do mercado”.

Ocorre, assim, uma descentralização industrial buscando-se novos padrões de gestão da força de trabalho. Com a globalização, desenvolve-se a acumulação flexível e, conseqüentemente a flexibilidade como a maior característica desse novo contexto do mundo do trabalho:

A flexibilidade torna-se, no sentido geral, um atributo da própria organização social da produção. Ela surge como uma abstração geral, posta pelo “sujeito” capital em diversos níveis do complexo de produção de mercadorias, assumindo, assim, uma série de particularizações concretas, com múltiplas (e ricas) determinações (ALVES, 2005, p. 24).

No Brasil, essa mudança acentua-se com a política neoliberal dos anos 90, a partir do governo Collor, que impulsionou uma maior integração do capitalismo brasileiro à globalização do capital. Com isso, houve um salto qualitativo no processo de reestruturação produtiva que atingiu os principais polos industriais do país (ALVES, 2005).

Com a crise do capital que atingiu os principais países capitalistas a partir do início dos anos 70, se deu, principalmente nas décadas de 80 e 90, uma série de mudanças sócio-históricas que fez surgir um novo complexo de reestruturação produtiva e alcançou as mais diversas esferas do ser social.

Tal reestruturação, segundo Alves (2005, p. 16): “Busca constituir um novo patamar de acumulação capitalista em escala planetária e tende a debilitar o mundo do trabalho, promovendo alterações importantes na forma de ser (e subjetividade) da classe dos trabalhadores assalariados”. Essas transformações decorrem da necessidade que o capitalismo tem de se reconstituir para se manter.

As derrotas históricas da classe trabalhadora dos anos 70 e 80, bem como a ascensão de políticas neoliberais nos principais países capitalistas – que promoveu a liberalização comercial, desregulamentou a concorrência, fez surgir políticas anti-sindicais -, contribuíram para instaurar uma nova configuração no mundo do trabalho com novos patamares de flexibilidade e, conseqüentemente, um novo poder do capital sobre o trabalho assalariado:

Os anos 80 podem ser considerados a “década das inovações capitalistas”, da flexibilização da produção, da “especialização flexível”, da desconcentração industrial, dos novos padrões de gestão da força de trabalho, tais como *just-in-time/kanban*, CQC's e Programas de Qualidade Total, da racionalização da produção, de uma nova divisão internacional do trabalho e de uma nova etapa da internacionalização do capital, ou seja, de um novo patamar de concentração e centralização do capital em escala planetária (ALVES, 2005, p. 18).

Após a crise estrutural iniciada nos anos 70, o toyotismo e outros mecanismos de desregulamentação e flexibilização do trabalho têm marcado o mundo capitalista mais intensamente, fazendo crescer assustadoramente o número de desempregados e subempregados em todo o mundo.

Antunes (2007, p. 200) diz que:

Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), hoje, mais de 1 bilhão de homens e mulheres que trabalham estão ou precarizados,

subempregados – os trabalhadores que o capital usa como se fosse uma seringa descartável – ou encontram-se desempregados.

O desemprego é uma consequência inevitável do sistema capitalista – podemos até dizer que o desemprego é inerente ao capitalismo - e da substituição, cada vez mais abrangente, do trabalho vivo pelo trabalho morto, gerando uma situação contraditória já que o avanço tecnológico – ou seja, o avanço do trabalho morto – tende a reduzir o tempo de trabalho que, ao mesmo tempo é o que gera valor com a produção do excedente.

No entanto, é impossível o desaparecimento do trabalho vivo no processo de produção de mercadorias já que somente o trabalhador cria valor por meio da produção de excedentes. Essa característica é exclusiva do homem trabalhador, pois nenhuma máquina, por mais sofisticada que seja, cria valor e, com isso, no sistema capitalista, o trabalho vivo torna-se, nesta nova fase da produção capitalista, mercadoria que possui um valor e que vende a si próprio para manter-se viva.

A ameaça constante de exclusão e rejeição do mercado de trabalho e, conseqüentemente, do desemprego, produz um sentimento de insegurança. O desemprego não atinge trabalhadores apenas de um setor, mas ameaça trabalhadores de todos os setores, com isso, observamos o aumento da precarização do trabalho e de suas relações, da flexibilização e da informalidade, sem falarmos das práticas ilegais como pirataria, contrabando, tráfico, etc.. Essas práticas apresentam-se como respostas e conseqüências desse novo cenário marcado pelo individualismo, competitividade e indiferença onde as pessoas têm que buscar soluções e dar respostas individuais para problemas produzidos socialmente.

Surgem, assim, algumas tendências no mundo do trabalho hoje: a redução do operariado manual, fabril, estável, típico da fase taylorista e fordista, o aumento da precarização do trabalho em paralelo com a redução dos empregos estáveis, o aumento em larga escala do número de trabalhadores temporários, bem como do trabalho feminino, a exclusão de jovens e velhos do mercado de trabalho e a expansão dos assalariados médios nos setores de serviços em geral (bancos, supermercados, turismo, etc.). Para Antunes (2007, p. 203), esses “são os novos proletários, no sentido de presenciarem um assalariamento e uma degradação intensificada do trabalho”.

Em paralelo ao crescente desemprego e com o aumento do assalariamento, temos um aumento da precarização do trabalho que passa a atingir até mesmo postos

cada vez mais altos e pessoas com muita qualificação. Os números de vagas e a oferta de emprego continuam, em países como o Brasil, crescendo e alimentando as estatísticas da economia, mas estas ofertas têm em comum a precariedade do emprego e da remuneração, as péssimas condições de trabalho e o não cumprimento dos direitos sociais dos trabalhadores, que passam a serem contratados como temporários, consultores, em regimes *part time* ou como prestadores de serviços.

Segundo Antunes (1998, p. 53):

No que se refere à despecialização dos operários profissionais em decorrência da criação dos “trabalhadores multifuncionais”, introduzidos pelo toyotismo, é relevante lembrar que esse processo também significou um ataque ao saber profissional dos operários qualificados, a fim de diminuir seu poder sobre a produção e aumentar a intensidade do trabalho.

Sem salário ou contrato fixo, o sujeito depende exclusivamente de si mesmo para construir o próprio salário e esta responsabilidade pesa cada vez mais, afetando a saúde do trabalhador, com aumento de casos de estresse, síndrome de *burnout*, depressão, ansiedade, acidentes de trabalho, etc. Segundo dados da Previdência Social, no período de janeiro a março de 2012 foram 511.564 auxílios-doença concedidos, representando pouco mais de 10 mil pedidos ante o total do mesmo período do ano passado mostrando os efeitos desse novo contexto laboral na vida do trabalhador (CNTSS/CUT, 2012).

Assim, a globalização do capitalismo apresenta novos desafios para o mundo do trabalho que emerge ainda mais complexo, fragmentado e heterogêneo (ANTUNES, 1998).

E, nesse contexto, como afirma Alves (2005, p. 42) a flexibilidade será determinante na produtividade:

Os nexos contingentes do toyotismo instauram uma “flexibilidade interna”, constituída no coletivo de trabalho, no espaço (e na cadeia) de produção, capazes de contribuir para os ganhos de produtividade buscados pela nova gestão da produção. [...] O que demonstra que a operação da subsunção da subjetividade operária pela lógica do capital é algo posto – e reposto – pelo modo de produção capitalista. Só que é com o toyotismo que a captura da subjetividade operária adquire o seu pleno desenvolvimento, um desenvolvimento real e não apenas formal.

A subsunção da subjetividade do trabalhador ao capital se intensifica a partir do toyotismo, onde a exploração do capital sobre o homem torna-se mais envolvente e mais sutil, mediante a valorização das habilidades comportamentais,

como a capacidade de comunicação, trabalho em grupo, iniciativa, autonomia, dinamicidade, além das capacidades cognitivas e do conhecimento teórico, em detrimento das habilidades manuais. Assim, controlar atitudes e comportamentos torna-se a meta dos treinamentos empresariais e o caminho para mobilizar o trabalhador.

O consentimento operário, a adesão do trabalhador ao sistema e o compromisso do mesmo em relação à produção sempre foram a maior questão a ser desenvolvida pelos capitalistas e sempre gera questionamentos, pois, afinal, o que leva as pessoas a consentirem diante daquele sistema? Uma coisa podemos afirmar: esse consentimento não é algo relacionado apenas ao retorno financeiro, ele tem a ver também com a sujeição da pessoa ao sistema, tem a ver com sua subjetividade.

2.2 Toyotismo, acumulação flexível e produção subjetiva: moldando o novo trabalhador

É a partir da globalização do capital que se dá a reestruturação produtiva, com grandes impactos estruturais e relacionais no mundo do trabalho, fazendo surgir novos modos de constituição subjetiva.

Taylor e Ford procuraram resolver a questão do consentimento operário - ou de como romper a resistência operária - por meio da especialização e repetitividade do trabalho. O toyotismo propõe uma nova captura da subjetividade operária pela lógica do capital, pela desespecialização dos trabalhadores qualificados por meio da instalação da polivalência e plurifuncionalidade dos homens e das máquinas, articulando coerção capitalista e consentimento operário (ALVES, 2005).

Assim, segundo Antunes e Alves (2004, p. 346) “é sob o toyotismo que a captura da subjetividade operária adquire o seu pleno desenvolvimento, um desenvolvimento real e não apenas formal” que visa apropriar-se da dimensão intelectual, das capacidades cognitivas do trabalhador, procurando envolver mais forte e intensamente a subjetividade operária.

É a partir do toyotismo com sua proposta de *lean production*, considerado o momento predominante do complexo de reestruturação produtiva, que podemos compreender o surgimento de um novo (e precário) mundo do trabalho, a fragmentação de classe e a crise do sindicalismo. Surgem, assim, uma nova lógica de

produção e novos princípios de administração da produção capitalista e gestão (ANTUNES, 1998, 2007; ALVES, 2005; ALVES; ANTUNES, 2004; SENNETT, 2008, 2011; BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

Apesar de não romper totalmente com o taylorismo-fordismo, numa relação de continuidade-descontinuidade em que o fordismo ainda absorve boa parte da mão de obra, o toyotismo “realiza um salto qualitativo na captura da subjetividade operária pela lógica do capital, o que o distingue, pelo menos no plano da consciência de classe, do taylorismo-fordismo” (ALVES, 2005, p. 31).

Vale ressaltar que, apesar de ter origem no Japão, o toyotismo não se reduz ao modelo japonês. Ele foi ganhando novos elementos e adaptações ao expandir-se:

Ao desenvolver-se e assumir uma dimensão universal, as novas práticas gerenciais e empregatícias, tais como *just-in-time/kanban*, controle de qualidade total e engajamento estimulado, levado a efeito pelas corporações japonesas, assumiram nova significação para o capital, não mais se vinculando às suas particularidades concretas originárias. Elas surgem como nova via original de racionalização do trabalho, centrada na *lean production*, adequada a uma nova etapa do capitalismo mundial (ALVES, 2005, p. 32).

Por meio do trabalho qualificado, da inteligência como elemento essencial no trabalho, da auto-gerência e participação ativa, o toyotismo reconstitui a captura da subjetividade operária, dessa vez, de forma muito mais profunda. Ao privilegiar as habilidades cognitivo-comportamentais, o toyotismo é obrigado a infiltrar-se ainda mais na subjetividade do trabalhador, tendo que flexibilizar a rígida lógica de produção do fordismo-taylorismo.

No entanto, em relação à perspectiva política, o toyotismo permanece limitado, especialmente se comparado aos sistemas anteriores; ele não tem a pretensão de se alastrar além da fábrica:

Acontece que a exacerbação da racionalidade intrafirma contrasta, como salientamos, com a irracionalidade social, o “dualismo” do mercado de trabalho, o desemprego estrutural, a “produção destrutiva” que permanece como a lógica dominante do sistema produtor de mercadorias (ALVES, 2005, p. 50).

Just-in-time, terceirização, inovações tecnológicas, autoavaliação e a polivalência operária são alguns dos instrumentos e mecanismos organizacionais da nova racionalização do trabalho. Surge a necessidade de um novo perfil operário, agora polivalente, funcional e flexível.

O modo como se estrutura o sistema capitalista gera no trabalhador uma série de contradições, ao inseri-lo, de um lado, num ambiente de trabalho marcado por extrema racionalização, autonomia e polivalência, e de outro, num ambiente social marcado por padrões rígidos que limitam suas potencialidades, favorecem o individualismo e manipulam aspectos fundamentais para a subjetividade humana através de ideologias que favorecem os discursos dos grandes capitalistas.

Assim, o próprio sujeito é convocado a resolver as difíceis questões trazidas pelo novo cenário, para as quais não tem respostas. Como afirma Alves (2005, p. 53), o toyotismo: “apenas desenvolveu, com seus protocolos de emulação individual, notadamente pelos novos sistemas de pagamento e, até mesmo, pelo trabalho em equipe, um “meio refinado e civilizado” de exploração da força de trabalho”.

Após os anos 70, tem-se a sujeição real da sociedade ao capital, assim, o mundo da vida como um todo passa a ser pautado e organizado, de forma geral, a partir das necessidades do capitalismo. Segundo Negri (2003), o capitalismo torna-se triunfante como sistema vital. Ou seja, o poder capitalista acomete a sociedade subsumindo-a, investindo na qualidade da vida, nas suas dimensões e articulações. Com isso, o indivíduo não é atingido apenas na sua capacidade de trabalhar ou consumir, mas também na sua capacidade de imaginar, se comunicar, de amar.

Ao contrário do fordismo e taylorismo, que podemos compreender como processos de trabalho predominantes durante um século na grande indústria capitalista, o capitalismo toyotista se alastra e amplia sua atuação e seus efeitos tomando toda a vida do sujeito. Ou seja, com a sujeição real instaurada pelo toyotismo, este se dissemina nas várias esferas da vida individual e coletiva, deixando de se apresentar apenas como um processo de trabalho (ANTUNES, 1998).

Esse controle e apreensão da vida do sujeito como um todo não é feito mais diretamente, ele é aprimorado e, “na fase pós-fordista o controle passa mais através da televisão do que através da disciplina de fábrica, através do imaginário e da mente, mais do que através da disciplina direta dos corpos” (NEGRI, 2003, p. 105).

A mídia e todo seu aparato ajudam na manipulação e apreensão da subjetividade do trabalhador, salientando a necessidade dos indivíduos consumirem um conjunto de novos produtos e novas competências através de cursos, palestras, literatura, aparelhos tecnológicos e diversos objetos, alimentando sutilmente a

ideologia de que apenas o indivíduo é responsável e, em última instância, culpado pelo seu fracasso no mercado de trabalho.

Essa ideologia individualista que prescreve comportamentos, atitudes e competências como parte do conjunto das novas qualificações exigidas pelo mundo do trabalho faz parte da nova organização produtiva nas condições da acumulação flexível que se constitui e se afirma por meio da captura da subjetividade do trabalho.

O toyotismo como nova ideologia organizacional do capital nas condições do capitalismo global traz uma nova organização capitalista flexível e difusa, caracterizada por uma produção terceirizada e com o domínio dos processos de informática. A flexibilidade é uma característica dessa nova organização da produção, mas é também uma característica demandada aos indivíduos que vivem neste cenário, contribuindo para a apreensão da vida do sujeito como um todo. A flexibilidade indica uma capacidade de adaptar-se às mais diversas situações, de transformar-se, sendo a força maior de uma sociedade sem âncoras e instituições “totais”.

A ideia de flexibilidade está ligada a ideia de liberdade, pois na medida em que o ser humano é capaz de mudança e de adaptação às mais variáveis situações, ele possui a liberdade de ser e estar no mundo de diferentes formas, ou seja, ele é livre porque é capaz de mudar. No entanto, paradoxalmente, o imperativo de flexibilidade hoje implica controle.

Para Sennett (2011, p. 54), “a repulsa à rotina burocrática e a busca da flexibilidade produziram novas estruturas de poder e controle, em vez de criarem as condições que nos libertam”, gerando, assim, mecanismos muito mais eficazes de poder e controle, já que sutis e despercebidos.

Para o autor, os sintomas de poder que se escondem nas formas modernas de flexibilidade consistem em três elementos: reinvenção descontínua de instituições, especialização flexível de produção e concentração de poder sem centralização (SENNETT, 2011).

Com a reinvenção descontínua de instituições, a organização e a estrutura institucional desligam-se cada vez mais do passado, dos hábitos e rotinas. O sistema torna-se descontínuo e fragmentado. A ideia central é a de uma empresa mais aberta e “*clean*”, sem tantos entraves e cada vez mais enxuta, estando mais disponível a acompanhar o mercado e as mudanças do que nas hierarquias piramidais, redefinindo

constantemente sua estrutura. E, para acompanhar essas mudanças, surge a necessidade de um novo modelo de trabalhador.

A empresa passa a terceirizar e externalizar etapas da produção trabalhando num sistema de rede e instaurando um novo patamar de flexibilidade e integração mais adequada à lógica instável do capitalismo mundial. O processo produtivo fragmenta-se criando “uma nova hegemonia do capital na produção, capaz de permitir um novo salto de acumulação capitalista” (ALVES, 2005, p. 59-60).

As mudanças frequentes do mercado e as demandas crescentes do consumidor produzem o segundo elemento dos regimes flexíveis, a especialização flexível de produção que, numa permanente inovação, varia de acordo com as demandas do mercado externo, e modifica, por isso, a estrutura interna das instituições, sempre que necessário.

No âmbito da organização laboral, o poder descentraliza-se, dando às pessoas mais controle sobre suas atividades, numa estrutura que não se configura mais com a clareza do esquema piramidal, sendo dessa forma mais complexa. Porém, numa rede de relações desiguais e instáveis, embora o trabalho seja fisicamente descentralizado, o poder sobre o trabalhador torna-se mais direto. Um exemplo da concentração de poder sem centralização é o sistema de metas e prazos em que o trabalhador ou a unidade de trabalho têm a liberdade de cumprir, da maneira que achar mais adequada, o objetivo proposto (SENNETT, 2011).

Assim, o sistema tende a instaurar um ambiente de pressão e estresse já que, normalmente, essas metas e prazos não são fáceis de cumprir. Tanto no trabalho autônomo, como no esquema de metas e comissão, onde o trabalhador tem que fazer o seu próprio salário, a pressão e o estresse da responsabilidade pode desorganizar significativamente o sujeito, causando sofrimento em níveis patológicos.

Surge assim, a necessidade de o sujeito aceitar a fragmentação:

Na revolta contra a rotina, a aparência de nova liberdade é enganadora. O tempo nas instituições e para os indivíduos não foi libertado da jaula de ferro do passado, mas sujeito a novos controles do alto para baixo. O tempo da flexibilidade é o tempo de um novo poder. Flexibilidade gera desordem, mas não livra das limitações (SENNETT, 2011, p. 69).

Com as novas e avançadas tecnologias, essa configuração se intensifica gerando, além de uma nova forma de poder sobre o trabalhador e uma nova estrutura institucional, uma nova relação entre trabalhador e o trabalho, mais distante, indiferente e, em algumas situações, sem significado, onde os trabalhadores não

entendem mais o que estão fazendo, só reproduzem atividades coordenadas por máquinas e/ou programas, intensificando ainda mais a instrumentalização humana iniciada no fordismo-taylorismo. O resultado disso é um ambiente de trabalho com baixo nível de solidariedade, confiança, falta de apego a determinadas tarefas e, onde as circunstâncias materiais são traduzidas em questões de caráter pessoal.

No entanto, mesmo descaracterizado, o trabalho ainda carrega algo do sujeito, algo pessoal, pois o trabalho envolve um sentido e uma significação que está ligada à construção da sua identidade social.

O peso da relação homem-trabalho na constituição de nossa identidade é tão forte que basta pensarmos nas primeiras perguntas que fazemos ao conhecermos uma pessoa: Como é seu nome? O que você faz? Onde você trabalha? O trabalho encarna mais que a atividade propriamente executada pelo trabalhador. Está revestido de status, significado e valores e, mesmo diante de uma atividade que exclua o trabalhador das decisões em relação ao processo produtivo, o trabalho terá um aspecto pessoal importante, principalmente no atual cenário da organização produtiva do capital.

Com isso, diante de tamanha flexibilidade, é difícil traçar um perfil e definir as qualidades pessoais e um modelo de trabalhador para atividades e cenários cada vez mais versáteis, onde as tecnologias, os computadores e os sistemas de produção vem enfraquecendo continuamente a identidade com o trabalho. Esse ambiente governado por máquinas e sistemas de programação vai transformando, aos poucos, o ambiente de trabalho em algo descaracterizado, “nosso compromisso com o trabalho se torna superficial, uma vez que não entendemos o que fazemos” (SENNETT, 2011, p. 88).

As consequências dessa nova estruturação são enormes, pois isso permite à empresa contratar trabalhadores com salários mais baixos e sem qualificações, já que qualquer pessoa pode realizar esse trabalho. A compreensão do trabalho é superficial e a identidade como trabalhador é rasa, onde Sennett (2011, p. 84) diz:

Em todas as formas de trabalho, desde esculpir a servir refeições, as pessoas se identificam com tarefas que as desafiam, as tarefas difíceis. Mas nesse local de trabalho flexível, com seus trabalhadores políglotas sempre indo e vindo, e ordens radicalmente diferentes a cada dia a maquinaria é o único verdadeiro padrão de ordem, e por isso tem que ser fácil para qualquer um, não importa quem, operar. A dificuldade é contraprodutiva num regime flexível. Por um terrível paradoxo, quando diminuimos a dificuldade e a resistência, criamos as condições mesmas para a atividade acrítica e indiferente por parte dos usuários.

Assim, não é só em relação ao trabalho que o homem vai perdendo a criticidade e o compromisso e se tornando cada vez mais indiferente, isolado, sem sentido. Essas experiências e sensações se tornam disseminadas nas demais esferas da vida humana. A sensação de estar perdido e a incerteza perante a vida não são somente em relação ao mundo, mas, também, em relação a si mesmo. Falarmos de nós mesmos, nos conhecermos passa a ser mais difícil numa sociedade como a atual. Para Sennett (2011, p. 88):

As imagens de uma sociedade sem classes, com uma maneira comum de falar, vestir e ver, também podem servir para esconder diferenças mais profundas; numa determinada superfície, todos parecem estar num plano igual, mas abrir a superfície pode exigir um código que as pessoas não têm. É o que elas sabem sobre si mesmas é fácil e imediato, talvez seja demasiado pouco.

O esfacelamento de relações de trabalho sólidas, a falta de continuidade e linearidade na organização laboral, a constante cobrança e a pressão de um mundo globalizado e fluido têm repercussões internas no sujeito, na forma como ele se coloca no mundo e na forma como ele irá criar discursos a seu respeito.

Sentir-se constantemente em teste e em risco é o sentimento recorrente: “A própria instabilidade das organizações flexíveis impõe aos trabalhadores a necessidade de trocar de vasos, isto é, correr riscos, com seu trabalho” (SENNETT, 2011, p. 94).

Sem nunca saber exatamente em que posição está, o sujeito encontra-se num estado de desamparo quase que constante, onde o risco deve ser enfrentado diariamente. Sempre num novo começo, tendo que se testar e provar todo dia, o sujeito permanece em constante ambiguidade e incerteza, onde fixar-se é sinal de fracasso, sinal de incapacidade de acompanhar a evolução, o movimento, a mudança.

A flexibilização do trabalho dispôs o trabalhador numa posição de prestador de serviços, diminuindo seus vínculos profissionais, emocionais e sociais, alterando seu período de trabalho, exigindo uma formação mais compatível com a nova organização laboral, destituindo os direitos trabalhistas.

Determinadas características do trabalho contemporâneo fazem com que o ambiente laboral hoje seja cada vez mais causador de sofrimento. Muitas patologias relacionadas ao trabalho são atribuídas especialmente ao indivíduo que não consegue

produzir com eficácia e/ou não exhibe as competências pessoais e os estilos de vida para funcionar bem nos novos cenários profissionais.

No discurso da promoção da saúde, o imperativo é que cada pessoa gerencie seu estilo de vida, adotando hábitos saudáveis que prolonguem sua vida útil e garantam sua empregabilidade. A responsabilidade da saúde física e mental do trabalhador parece ser agora, exclusivamente, do empregado/do sujeito.

O individualismo e a competitividade acentuam a pressão e a cobrança que são internalizadas pelos próprios trabalhadores, operando sobre si mesmos e sobre os outros. Não é mais imprescindível a figura tradicional do chefe ou supervisor vigilante; os próprios trabalhadores se encarregam dessa função, agindo de forma “pró-ativa”. Trata-se da produção de modos de ser adequados ao atual momento do capitalismo, que segundo Alves (2005, p. 54-55):

Surge um “estranhamento pós-fordista”, com o toyotismo, que possui uma densidade manipulatória maior do que em outros períodos do capitalismo monopolista. Não é apenas o “fazer” e o “saber” operário que são capturados pela lógica do capital, mas a sua disposição intelectual-afetiva que é constituída para cooperar com a lógica da valorização. O operário é encorajado a pensar “pró-ativamente”, a encontrar soluções antes que os problemas aconteçam [...] Cria-se, conseqüentemente, um ambiente de desafio contínuo, em que o capital não dispensa, como faz o fordismo, o “espírito” operário.

Respondendo à necessidade de instaurar mecanismos de integração e de controle do trabalho, o toyotismo refina os meios de racionalização e da captura da força do trabalho, atingindo não apenas a dimensão prática de execução das tarefas, mas uma dimensão subjetiva mais profunda, o próprio ser do trabalhador. O toyotismo adota uma nova forma de organização da produção, onde o trabalhador, agora polivalente, será responsável por tarefas de execução e de controle de qualidade, sendo destituído de um posto onde possuía uma qualificação específica.

Agora, o trabalhador pode executar e desenvolver diversas funções que antes se encontravam sob responsabilidade de outros trabalhadores e/ou setores e, estas funções podem modificar-se de acordo com a demanda da produção. Para Alves (2005, p. 55):

O toyotismo, ao contrário, por meio da recomposição da linha produtiva, com seus vários protocolos organizacionais (e institucionais), procura capturar o pensamento operário, integrando suas iniciativas afetivo-intelectuais nos objetivos da produção de mercadorias. É por isso que, por exemplo, a auto-ativação centrada sobre a polivalência, um dos nexos contingentes do toyotismo, é uma iniciativa “educativa” do capital, é –

entre outros – um mecanismo de integração (e controle) do trabalho à nova lógica do complexo produtor de mercadorias.

Com o trabalhador sendo engajado no processo de produção, responsável por mais etapas e pelos bons resultados do processo produtivo, ocorre uma intensificação da exploração do trabalho com os trabalhadores atuando simultaneamente em diversas funções. Um dos dispositivos organizacionais mais conhecidos do toyotismo é o *just-in-time/kaban* – estoque mínimo-, onde a produção acontece de acordo com a demanda, buscando retirar todos os excessos e trabalhar com o mínimo de custos possíveis, “o seu objetivo é construir uma fábrica magra, transparente e flexível” (ALVES, 2005, p. 47).

Todas essas inovações e as novas organizações trazidas pelo toyotismo “não eliminam o antagonismo estrutural entre capital e trabalho assalariado, pelo contrário, significam uma nova forma de organizar (e de gerenciar) a exploração do ‘trabalho vivo’” (ALVES, 2005, p. 65).

Com a nova crise do capital nos anos 70, as políticas neoliberais, a nova concorrência e a reestruturação produtiva, a classe operária industrial declina, especialmente, nos países de capitalismo avançado, que passaram por um processo de desindustrialização. Essa contração da classe operária tradicional pode ser detectada, principalmente, a partir dos anos 80 e 90 – período de globalização do capital, quando tende a predominar a lógica da produção enxuta, mas quando há também uma grande expansão do trabalho assalariado:

A partir da enorme ampliação do assalariamento no setor de serviços; verificou-se uma significativa heterogeneização do trabalho, expressa também através da crescente incorporação do contingente feminino no mundo operário; vivencia-se também uma subproletarização intensificada, presente na expansão do trabalho parcial temporário, precário, subcontratado, “terceirizado”, que marca a sociedade dual do capitalismo avançado (ANTUNES, 1998, p. 41).

Cria-se um processo contraditório onde temos ao mesmo tempo uma superqualificação em alguns ramos e uma desqualificação em outros, ao mesmo tempo em que uma intelectualização do trabalho,

paralelamente à redução quantitativa do operariado industrial tradicional dá-se uma alteração qualitativa na forma de ser do trabalho, que de um lado impulsiona para uma maior qualificação do trabalho e, de outro, para uma maior desqualificação (ANTUNES, 1998, p. 47).

O trabalhador é deixado “livre” e sozinho com a tarefa de se adequar ao mercado volátil e desenvolver habilidades necessárias para sobreviver nesse contexto, abrindo espaço para as práticas de autoajuda se expandirem e irem ganhando espaço na constituição desse novo trabalhador e, do sujeito como um todo.

Neste contexto, a literatura de autoajuda aparece como uma estratégia que, sob o pretexto de atender as exigências do trabalhador, atende aos interesses do capital ao disseminar uma ideologia de conformação e responsabilidade ao trabalhador. Os textos de autoajuda contribuem, assim, para o controle e manipulação do trabalhador, buscando instituir numa relação de exploração – característica do capitalismo- valores como solidariedade, respeito, companheirismo e espiritualidade.

Os livros de autoajuda, especialmente os voltados para a temática financeira e laboral, apresentam, de forma geral, uma narrativa investida ideologicamente, tendendo a reforçar formas dominantes de autogestão e individualismo que responsabilizam os indivíduos por mudanças na relação trabalho-capital, reduzindo em termos “micro” questões e conflitos macroestruturais.

Ao se colocar como uma ferramenta de qualificação e ensino para o trabalhador se autogerir, os livros de autoajuda difundem valores como individualismo, interioridade, pensamento positivo, poder pessoal e qualidades de uma gerência pautada na relação horizontal e não mais linear. Com isso, ajudam a constituir um novo modelo de trabalhador: dinâmico, polivalente, capaz de se adaptar as adversidades e de se relacionar com diferentes pessoas e comunicativo.

3 LITERATURA DE AUTOAJUDA NA REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Quem ousaria hoje decidir entre o que é literatura e o que não o é, diante da irreduzível variedade de escritos que se lhe costuma incorporar, sob perspectivas infinitivamente diferentes?

(Tzvetan Todorov)

3.1 Definição e contexto de surgimento da literatura de autoajuda na sociedade industrial moderna

Antes de apresentarmos um breve histórico da literatura de autoajuda, é importante fazermos algumas considerações. É inegável a dificuldade de classificação dos diferentes textos produzidos na atualidade. No entanto, seguindo a classificação feita por Sodré (1988), podemos demarcar a diferença entre a “literatura culta” e a “literatura de massa”, procurando, desta forma, situar onde a literatura de autoajuda se encontra.

A literatura de massa, na qual aqui situamos a literatura de autoajuda, refere-se à literatura dita popular e designa o discurso considerado diferente e opositivo ao discurso literário culto reconhecido por algumas instituições (academias, escolas, círculos especializados). Trata-se de uma literatura não legitimada pela escola ou por instituições acadêmicas, mas pelo jogo do mercado.

A literatura de massas é assim entendida como a manifestação de um discurso específico e não uma utilização medíocre do discurso literário, sendo resultado das exigências da sociedade moderna. A diferença das regras de produção e consumo da literatura culta e da literatura de massa faz com que cada uma gere efeitos ideológicos diferentes (SODRÉ, 1988).

Caracterizando o estilo da literatura culta, Sodré (1988, p. 14-15) explica:

O estilo culto implica uma intervenção pessoal do escritor tanto na técnica romanesca como na língua nacional escrita. Isto quer dizer que o escritor de certo modo cria uma língua própria quando escreve. [...] Este encena uma língua (e aí está a primeira e grande ficção da literatura), em que não aparecem as contradições sociais implicadas nos diversos falares de um mesmo idioma. E tal encenação implica criar um mundo imaginário, com história própria e efeitos particulares (a fabulação ou diegese narrativa). O texto não é comandado, portanto, por fatos reais da história, por conteúdos

informativos ou pedagógicos que pretendem chegar como “verdadeiros” à consciência do leitor.

Já na literatura de massa o que importa são os conteúdos fabulativos destinados a mobilizar a consciência do leitor. Escritos para atingir um grande público, com uma linguagem simples e sem complexidade, recheados de clichês e fins previsíveis, os textos da literatura de massa não buscam problematizar a realidade da leitura, podendo até causar impacto social, mas não acrescentam nada à própria arte literária. Essa narrativa de massa não se restringe ao texto escrito, podendo estender-se a outros meios e canais, como rádio, cinema e televisão.

A função claramente normativa da literatura de massa é ajustar a consciência do indivíduo ao mundo, confirmá-lo como sujeito das variadas formações ideológicas. Por isto, a narrativa trabalha com formas já conhecidas (SODRÉ, 1988).

A produção do texto na literatura de massa é pautada pelo mercado. Com isso, o assunto, o formato e organização do texto, o público a ser direcionado, tudo é predeterminado com base no jogo da oferta e da procura, sendo decorrência da inserção da lógica capitalista na cultura. Desta forma, esses textos transmitem o discurso da classe dominante, levando o leitor a acreditar nele como sendo o mais correto, inibem a crítica, criam padrões e homogeneízam gostos e atitudes, sendo muito eficazes como instrumentos de dominação.

Essa literatura não pretende gerar questionamentos ou suscitar o senso crítico do sujeito. É uma literatura que não inova, tornando-se impotente, não permitindo ao leitor explorar novas visões de mundo, novas formas de interpretá-lo e interagir com ele (LIMA, 2010).

Na literatura culta o sujeito é apreendido em todas as suas variações, “não através de um discurso explicativo ou utilitário, mas de uma ficcionalização linguística que desestabiliza a língua-suporte das ideologias estabelecidas” (SODRÉ, 1988, p. 15).

Segundo Lima (2010, p. 562):

Um texto literário deve ter o poder de produzir questionamento sobre o mundo, o indivíduo, a sua história, a sociedade e a própria literatura. A literatura não traz respostas às dificuldades do mundo, aos sofrimentos; ela não é apaziguadora, muito pelo contrário, provoca no ser humano novos questionamentos e novas perguntas acerca da sua existência e de vários outros temas propostos.

A literatura de autoajuda, que teve seu início no século XIX, vem acompanhando as transformações da sociedade moderna e encontra-se hoje em seu apogeu. Conflituosa, exaltada por uns e rechaçada por outros, configura-se como um fenômeno global, sendo responsável, atualmente, por grande parte do mercado editorial mundial.

Com os mais variados temas e abordando assuntos comuns da vida cotidiana, essa literatura transmite conhecimentos e valores sob a forma de “receitas”, cujos conteúdos são, de um modo geral, totalitários, imperativos e miraculosos. Os temas envolvem os problemas e caminhos para o sucesso pessoal, profissional e financeiro, para o crescimento afetivo e espiritual, para a saúde física e mental, bem como a felicidade: *Os segredos da mente milionária; Seja líder de si mesmo; Dez leis para ser feliz; Deixe os homens aos seus pés; O monge e o executivo; Anticâncer; O poder do agora; O poder da paciência; Casais inteligentes enriquecem juntos; Não tenha medo de ser chefe* e tantos outros.

A preocupação com o bem-estar individual e a busca da felicidade e do sucesso, que tais obras exprimem, indicam mudanças significativas no âmbito da produção e consumo de livros que vem alterando as formas de recepção de textos literários, especialmente o que se busca quando se recorre às estantes. Mais que nunca se disseminam livros que parecem cumprir a função de guia para o bem-estar e recurso para o indivíduo na condução de sua vida.

Mas, como surge o interesse por essa literatura, e ainda a necessidade dela? O que a fez surgir, permanecer e se expandir ao longo dos anos, ganhando ímpeto na segunda metade do século XX, especificamente na década de 1990? Neste capítulo apresentamos um panorama geral da literatura de autoajuda, discutindo um pouco seu surgimento, sua reestruturação e sua expansão na contemporaneidade, e também como ela se configura hoje como um recurso para a manutenção do sistema de produção capitalista.

Quando surgiu, em meados do século XIX, a literatura de autoajuda enfatizava o cultivo dos bons traços de caráter, num universo moral especialmente afetado pela religião. Posteriormente a ênfase vai se deslocando da pregação das virtudes para o desenvolvimento das qualidades da personalidade. Ou seja, esses livros passam a fazer parte de uma rede disseminada de práticas de autoajuda, tendo

como objetivo levar as pessoas à autorrealização e ao alcance de certos objetivos culturalmente sancionados na vida contemporânea.

Para isso, esse tipo de literatura constrói e legitima certos objetos de conhecimento (por exemplo, o poder da mente) e certos modos de subjetivação (por ex. o indivíduo autocentrado, autônomo, responsável por si e capaz de se autoajudar):

O segredo foi revelado. O segredo é a Lei da Atração. Agora é só usar a Lei da Atração em sua vida. A Lei da Atração é a capacidade que temos de, com nossos pensamentos e nossas emoções, criar a realidade em que vivemos. Então, dependendo do que pensamos e sentimos, podemos atrair coisas boas ou... nem tão boas assim (BYRNE, 2007, p. 7).

Seu maior desafio é cuidar e liderar seu próprio ser. O território dos pensamentos e da sua emoção é seu tesouro. Se quiser viver dias felizes, cuide dele mais do que de seus bens (CURY, 2004, p. 18).

O modo de pensar determina as ações dos indivíduos e, conseqüentemente, os seus resultados (EKER, 2006, p. 12).

No século XIX, com a constituição da sociedade industrial moderna, instalam-se as condições para a emergência do indivíduo como um ser único, livre, autônomo, com interesses próprios e específicos, separado da sociedade e que pode dizer sobre si mesmo. Essas condições estabelecem as demandas e circunstâncias para as práticas de autorregulação e o cultivo de si mesmo. O triunfo do individualismo, que possibilita o surgimento e a manutenção da literatura de autoajuda, se estabelece a partir de dois momentos: primeiro, a expansão do capitalismo que liberou o indivíduo das estruturas tradicionais, resultando na formação do homem livre e igual no curso do século XVII e, segundo, a divisão técnica do trabalho a partir do novo modo de produção, caracterizando-se pela valorização da singularidade do indivíduo e o estabelecimento do culto à individualidade durante o século XIX (RÜDIGER, 1996).

Essa configuração só é possível com o desenvolvimento do capitalismo que proporcionou as condições socioeconômicas para que os indivíduos se desgarrassem das tradições e experimentassem uma existência com mais liberdade:

O capitalismo criou em seu progresso as condições para que os homens se liberassem da tutela dos poderes tradicionais e se diferenciasssem entre si: à sociedade burguesa pertence o período de florescimento do indivíduo, célula da economia de mercado. O sujeito surgiu no bojo do mesmo processo, porque se a categoria do indivíduo, por um lado constitui em princípio expressão de uma sociedade que se mantém viva em virtude da mediação do mercado livre, na qual uns indivíduos independentes e livres

se encontram para negociar, por outro a capacidade de refletir sobre si mesmo, representar plenamente a realidade para si e conduzir-se como único senhor de suas ações coincide com o conceito idealista de sujeito (RÜDIGER, 1996, p. 160).

Podemos ainda afirmar que isso se intensifica na segunda modernidade, com a reestruturação do modo de produção capitalista e suas características de globalização econômica, acumulação flexível, política neoliberal e profundas inovações tecno-científicas. Este cenário cria condições peculiares para a constituição de novas subjetividades.

Ser indivíduo se tornou a grande tarefa do ser humano ao longo da modernidade. No entanto, ser indivíduo hoje não é tarefa fácil: é preciso trabalhar para ser “você mesmo”, ser único, tomar decisões corretas, sem as grandes verdades-guia da tradição. O paradoxo é que, diante dos dilemas que enfrentamos ao nos tornarmos livres e responsáveis por nós mesmos, passamos a ter a necessidade (ou, melhor, somos construídos por discursos que forjam tais necessidades) de mecanismos e instrumentos que nos auxiliem nessa empreitada. O conhecimento e controle da própria alma torna-se um privilegiado objeto de saber e poder.

Como afirma o guru da autoajuda Cury (2003, p. 19), posicionando-se ambivalentemente no campo da ciência, da espiritualidade e da cultura de massas: “O seu maior desafio na vida não é liderar a Terra, mas seu próprio ser”.

A pergunta como conduzir a vida vem perseguindo o ser humano especialmente desde os antigos gregos. O que fazer? Como viver? Como ser? Sem respostas prontas para essas questões, o homem tem que buscar seus próprios caminhos, circunstâncias essas propícias à cultura da autoajuda:

Assim, o individualismo democrático moderno transformou a condução da vida e o bem viver numa possibilidade real para um conjunto crescente de indivíduos das mais diversas camadas sociais. Paralelamente, porém, privou-nos dos modelos com que podíamos defini-lo ao remetê-los à subjetividade lançando-nos numa situação moralmente confusa, através da qual o desfrute da liberdade individual vai se tornando cada vez mais problemático e na qual, realmente, parece cada vez mais necessária a prática da autoajuda (RÜDIGER, 1996, p. 36).

A valorização do individualismo na modernidade e sua intensificação na modernidade tardia trazem uma contradição, pois, se, por um lado, conferem ao indivíduo uma liberdade rara nas sociedades tradicionais, por outro, provocam cada vez mais seu isolamento dos outros – numa atitude “cada um por si” – e o

esvaziamento das relações sociais, imprimindo, com isso, a ideia de que cada pessoa só pode contar consigo mesma.

Essa mudança, que ocorre na esteira do enfraquecimento do Estado de Bem-Estar Social, acompanha as transformações da sociedade capitalista pós-industrial e as novas configurações ideológicas que levam o indivíduo a ser responsabilizado por seu próprio destino pessoal e a cultivar seus próprios recursos para adaptar-se e sobreviver nos novos tempos.

Atrelada à moderna crença de que o homem pode se fazer por si mesmo e que esse fazer depende do cultivo individual, está a crescente promoção de práticas de autoajuda, que envolve a produção sociocultural de diversos instrumentos e mecanismos, desde os manuais prescritivos de estilos de vida ao variado mercado de “desenvolvimento pessoal e interior” dos cursos, palestras, “retiros” e outros dispositivos educativos. Esses dispositivos ajudam a produzir sujeitos mais adaptados às mudanças do trabalho e demais esferas da vida contemporânea.

No quadro das transformações laborais das últimas décadas, a prática da autoajuda aparece como parte do movimento de intervenção na subjetividade do trabalhador trazida pelo novo cenário do mundo do trabalho. Assim, difunde-se a ideia de que o sucesso profissional e a ascensão material pressupõem conhecimentos, competências e habilidades para além daqueles aprendidos no exercício da prática e que envolvem “modos de ser” diferenciados, tornando necessário o constante aperfeiçoamento por parte do trabalhador para se manter atualizado e empregável, em condições de atender às novas demandas do mercado. A constante qualificação e reciclagem e o permanente cultivo de si viraram regras para não ser excluído do processo de produção do mercado:

A modernidade e a democracia deram origem à ideia de self-made man, mas o vazio moral em que nos lançou mostrou-nos sua insuficiência, projetando socialmente a necessidade de formar um novo tipo – o self-help man – que deverá tomar para si a tarefa de reconstruir os pilares morais da personalidade (RÜDIGER, 1996, p. 51).

Se anteriormente o indivíduo era certificado pela referência dos outros e de seus vínculos – família, classe, gênero, nacionalidade etc. -, atualmente ele passa a ser certificado pelo discurso que é capaz de criar e veicular sobre si mesmo, tarefa impulsionada pela literatura massificada de autoajuda:

Ser feliz não é uma fatalidade do destino, mas uma conquista de quem sabe viajar para dentro do seu próprio ser. Ser feliz é deixar de ser vítima dos problemas e se tornar um autor da própria história. É atravessar desertos fora de si, mas ser capaz de encontrar um oásis no recôndito da sua alma (CURY, 2003, p. 117).

Somos incentivados, dentro do imaginário individualista atual, a sermos felizes, saudáveis, bem resolvidos, espiritualizados e bem sucedidos. Os manuais de autoajuda prescrevem a felicidade como tema central e objetivo final da vida, ensinando técnicas de como obtê-la. E, numa sociedade pautada pela lógica capitalista, a medição desses aspectos se dá em termos mercadológicos.

O homem agora, supostamente livre, racional e autônomo, obrigado a perscrutar rotineiramente sua interioridade, tornou-se, ao mesmo tempo, desamparado e à deriva, tendo que constituir a si mesmo e ao mundo. É preciso desenvolver formas alternativas de estar no mundo diante das novas demandas da atualidade e do mal-estar delas resultante, isto é, novas estratégias para “superar as vulnerabilidades e as insuficiências humanas” (CHAGAS, 2002, p. 30).

A sociedade tardo moderna contribui, assim, para a disseminação de promessas de bem-estar e realização pessoal, proclamadas pelo atual mercado da felicidade.

O homem contemporâneo, não encontrando mais um mundo seguro e estável para chamar de seu, é obrigado a voltar-se para si e procurar forças interiores para se autoajudar. E, assim, os manuais de autoajuda vem anunciar as receitas para ser feliz e viver bem. Com isso, as terapias alternativas, cursos de desenvolvimento pessoal, de sucesso na vida e nos negócios, manuais de autoajuda, seitas esotéricas etc., tornam-se cada vez mais populares na busca pelo desenvolvimento pessoal:

Se esse emaranhado de promessas sedutoras que são encontradas hoje-espalhadas pelo social – são ilusões contemporâneas e se essa é uma das principais razões para que o homem possa sonhar e viver, logo, a identificação do indivíduo com essas produções discursivas – mediante sua insuficiência e seu desamparo constante – é uma das tentativas possíveis para o alívio de seu mal-estar (CHAGAS, 2002, p. 34).

Vivemos numa época de especialistas, dos restauradores da personalidade, do *personal stylist*, *personal trainer*, do *coach*. É a era do aconselhamento, dos guias, dos manuais de autoajuda. A incerteza faz surgir os especialistas, cujo papel de treinador é amainar as dúvidas e estimular a autoconfiança e a competência para agir:

Homens e mulheres assombrados pela incerteza de estilo pós-moderno não carecem de pregadores para lhes dizer da fraqueza do homem e da insuficiência dos recursos humanos. Eles precisam da reafirmação de que podem fazê-lo – e de um resumo a respeito de como fazê-lo (BAUMAN, 1998, p. 221).

Deste modo, a literatura de autoajuda, surgindo da dificuldade do homem de enfrentar os paradigmas do seu tempo, atua significativamente na produção e veiculação da crença no poder da mente como fenômeno da cultura de massa.

A literatura de autoajuda constitui uma das mediações através das quais as pessoas procuram construir um “eu” de maneira reflexiva, para então enfrentar os problemas impostos pela sociedade (RÜDIGER, 1996).

Configura-se como uma literatura de ensinamento e orientação que fala para um público homogeneizado. A contradição reside no fato de que, ao mesmo tempo em que essa literatura pretende dirigir-se ao indivíduo e orientá-lo pessoalmente, ela tende a tratar universalmente seus leitores, desconsiderando suas peculiaridades socioculturais, de classe, gênero e outras especificidades.

Acredita-se que os primeiros livros do gênero nasceram da pregação protestante, em meados do século XVIII, provavelmente escritos por pastores (LACERDA; VIALLI, 2005). O ponto de partida da literatura de autoajuda, segundo Rüdiger (1996), é o livro *Self-help* (1859) do médico escocês Samuel Smiles (1841-1904) que dá início a uma série de tratados sobre a conduta humana nas relações de trabalho. O livro é o resultado de uma série de palestras proferidas a jovens trabalhadores que buscavam o ensino mútuo. No livro, Smiles traz exemplos das virtudes de grandes homens de sua época que conseguiram sucesso com ações baseadas na superioridade moral e do caráter. No Brasil foi publicado sob o título “Ajuda-te”.

A obra de Smiles insere-se no contexto de surgimento de uma nova ordem social, marcada, no campo laboral, pelas grandes inovações industriais e pela substituição do artesanato pelo sistema fabril. O autor justifica a necessidade da autoajuda devido, principalmente, às consequências do processo de modernização advindas do desenvolvimento do capitalismo. As mudanças trazidas por essa modernização exigem que o indivíduo se autoajude para bem conduzir sua vida.

De acordo com Turmina (2009), Smiles justifica a prática da autoajuda como imperativo ético num tempo que lhe parecia carente de balizas morais: o caráter fortalecido pela ordenação dos valores morais “controlaria” o individualismo

crescente e ameaçador. Na década de 1840, sob os preceitos da doutrina liberal, Smiles começa a pensar na importância do aperfeiçoamento do caráter individual aplicado ao trabalho para o desenvolvimento de uma nação. Ele acreditava que as histórias de homens bem-sucedidos poderiam servir de estímulo para que outros chegassem ao mesmo patamar de sucesso.

Assim, realizava palestras divulgando suas ideias sobre o desenvolvimento do caráter pelo cultivo do hábito, da autoajuda, do valor da educação pelo trabalho e da importância das autobiografias como modelos a serem seguidos. Em sua concepção, competia ao homem a autonomia de condução de sua vida:

Desta forma, o movimento de autoajuda desencadeado por Smiles parte da crença no potencial realizador do indivíduo relacionado ao desenvolvimento de um caráter pautado na moralidade, funcionando como condicionantes para o progresso individual. Por tudo isto, o referido autor, contemporâneo de Marx, desconsidera a luta de classes, o antagonismo entre proletariado e burguesia, acreditando que a superação das diferenças se daria na dedicação ao trabalho, na disciplina da profissão, consolidando a importância da moral como determinante na organização social dos indivíduos. Sua visão consiste numa espécie de darwinismo social em que os mais fortes – referindo-se à força de vontade – superariam os mais fracos (TURMINA, 2009, p. 100).

É interessante ressaltar que nenhuma das personagens biografadas trazidas por Smiles provinha da atividade comercial, pois o mundo dos negócios não era visto com bons olhos pelo autor. Era difícil encontrar um bom modelo nesta área que “põe o caráter em maior perigo do que em qualquer outra profissão, e expõe a sérios ataques a honestidade, a abnegação, a justiça e integridade” (RÜDIGER, 1996, p. 40).

O objetivo de Smiles em *Self-help*, não era a realização ou prazer individual, mas o desenvolvimento de um bom caráter – que se ligava à prática do trabalho e ao cumprimento dos deveres – e a argumentação de que o bem-estar, a realização e a felicidade na vida dependem do próprio indivíduo e da disciplina que ele tem sobre si mesmo.

Smiles traz em seu livro a ideia de que o progresso social não é obtido através das instituições. O fundamental será a capacidade dos homens de se aperfeiçoarem eles mesmos pela ação livre e independente de sua vontade individual. Assim, a forma que o homem é governado não supera de modo algum a forma como ele próprio se governa (RÜDIGER, 1996).

De fato, a ideia de o homem ser o responsável por seu sucesso e pela prosperidade da comunidade, ou seja, de que está nele a verdadeira fonte de prazer ou sofrimento, sucesso ou fracasso, progresso ou retrocesso, já está presente na obra de Smiles, intensificando-se cada vez mais ao longo da modernidade, chegando ao seu ápice na contemporaneidade. Mas, em *Self-help*, o conceito chave não será o sucesso, e sim, o caráter. Seu livro consiste de fato em “conciliar o espírito do progresso pessoal, baseado no emprego da vontade, com a moralidade tradicional” (RÜDIGER, 1996, p. 37).

Smiles seguia assim a cultura da época que buscava aliar o princípio da liberdade individual com os deveres para com a sociedade, com isso, o sucesso na vida consistia no desenvolvimento do caráter:

O homem ainda é visto como um ser que, ao invés de desejos, tem deveres; que vence quando concretiza, ao longo de uma vida, uma existência laboriosa, e não quando obtém satisfação com êxitos parciais; cuja razão de viver não é a satisfação das necessidades imediatas, mas a formação e o desenvolvimento de um bom caráter (RÜDIGER, 1996, p. 39).

As conquistas materiais são vistas apenas como um meio para a formação do caráter, ou seja, estão a serviço da constituição do bom caráter. É assim que, apesar de a satisfação e a realização pessoal não serem os objetivos primeiros da proposta de Smiles, o sucesso, o retorno financeiro, o status e outros benefícios não serão recusados, pois eles são considerados os resultados de uma vida bem sucedida do ponto de vista moral, frutos colhidos do bom caráter e do cumprimento do dever.

Para Smiles, a formação do caráter depende dos bons hábitos que se desenvolve na vida ativa, pois “a consciência moral não se forma com o cultivo da interioridade, mas com a prática do trabalho nas várias esferas da vida social” (RÜDIGER, 1996, p. 43).

O trabalho será um dos principais educadores do caráter: é na transformação do trabalho em hábito que o caráter se formará:

Assim, verifica-se que o homem como sujeito que vive para satisfazer suas necessidades, o homem do desejo descoberto pelo pensamento psicológico moderno, é uma figura estranha a essa doutrina da autoajuda. [...] O homem do valor, por conseguinte, não é o homem que deseja, que vence ou que crê, mas o homem que labora e produz; que é cuidadoso com os pequenos detalhes de seu ofício; é o homem que procura excelência em tudo o que faz, preocupado apenas com a auto-realização, desprovido de interesse externo ou vontade de tirar proveito, porque é nessa excelência que se encontra a medida de uma vida bem sucedida (RÜDIGER, 1996, p. 44).

No texto de Smiles, o sentimento de realização pessoal tinha um sentido social e dependia de certos valores coletivos, como o bem comum, o respeito pelo outro, a utilidade, dedicação e esforço para a comunidade. De lá para cá, progressivamente, o individualismo ganha novos contornos em direção ao hiperindividualismo, contornos que se revelam na indústria de autoajuda das últimas décadas. Aos poucos, esse indivíduo foi sendo libertado da coletividade e convocado à autossatisfação, num quadro onde as estratégias de psicologização das relações sociais e certos modos de subjetivação encontraram terreno fértil para se desenvolverem.

Com o crescimento e a expansão da economia capitalista durante o século XIX, o sucesso pessoal passa a ser uma meta central a ser atingida e esse novo contexto abre espaço para a moldagem ideológica de que o sucesso pode ser alcançado através da potencialização do próprio sujeito. O conceito moral de autoajuda transformou-se em prática mentalista dependente da doutrina do sucesso. Virtudes como sinceridade, coragem, confiança, juntamente com as características pessoais, tornam-se aquilo que precisa ser trabalhado e cultivado.

Segundo Rüdiger (1996, p. 76-77) no final do século XIX,

o mentalismo começou a ser posto a serviço do racionalismo capitalista, na medida em que seus princípios, concebidos em caráter médico-religioso num primeiro momento, foram sendo reorientados no sentido de fundar um movimento de autoajuda voltado para o sucesso, a saúde, o poder, a posição e a popularidade. Noutros termos, seus princípios passaram a ser promovidos por um grupo de publicistas que, fazendo do conceito de autoajuda uma mercadoria de consumo, terminaram por transformar um conjunto sincrético de ideias sobre o poder curador da mente em base de um movimento cultural de massas: o Novo Pensamento.

A difusão e a valorização do poder da mente surgem e se desenvolvem a partir da transformação da autoajuda do *self-made* ao *self-help man* através do movimento conhecido como o Novo Pensamento e do nascimento da nova psicologia. O Novo Pensamento e a nova psicologia transformaram o poder da mente em verdade cotidiana e fortaleceram as práticas de autoajuda, contribuindo para que se transformassem em fenômeno de massa.

O Novo Pensamento configurou-se como um movimento que pretendia, através do poder do pensamento, que o homem desenvolvesse suas potencialidades e alcançasse pleno domínio de si mesmo. Tinha como principal finalidade “aumentar o

potencial do homem. A concepção de fundo era, portanto, utilitária e terapêutica, encontrando seu núcleo no que seus porta-vozes chamavam de nova psicologia” (RÜDIGER, 1996, p. 74). O Novo Pensamento, embasado na nova psicologia, tinha como proposta ser um método científico livre do misticismo, apesar de suas técnicas ainda serem muito parecidas com as praticadas por mágicos e charlatães. Entre seus principais autores figuram Phineas P. Quimby, Emma Curtis Hopkins, Myrtle Fillmore, Malinda Cramer, e Nona Brooks.

A nova psicologia tinha como princípio básico “a seguinte fórmula: o sucesso na vida pode ser mentalizado e colocado sob domínio do pensamento”, ou seja, os problemas seriam resolvidos pela transformação do pensamento, uma vez que o homem é aquilo que pensa (RÜDIGER, 1996, p. 88).

Se antes, na *self-culture*, a preocupação da pessoa consigo mesmo advinha de um mal-estar social cuja resolução exigia uma abordagem individual, neste novo contexto, o problema passa a ser o próprio indivíduo. A literatura de autoajuda hoje parece ter o próprio indivíduo como centro das atenções e focalizar a constituição subjetiva como programa. Para isso, tal literatura apresenta um caráter técnico, especializado, caracterizado por recomendações de exercícios mentais e fórmulas para educar o pensamento e fomentar o poder da mente.

No final do século XIX, a literatura clássica foi cedendo lugar a uma literatura mentalista apoiada em elementos da psicologia que tinham como objetivo o autodomínio. Passou-se a buscar a dominação total da vida através de diversos mecanismos, inclusive a literatura de autoajuda, numa busca infindável e incansável pela completude.

O Novo Pensamento, verdadeiro movimento de autoajuda, foi um fenômeno cultural de classe média, apoiado por formidável máquina de ensino e propaganda, que se propunha a desenvolver o chamado potencial humano e se originou da reinterpretação pragmática dos conceitos mentalistas postos em circulação no final do século passado por uma série de filósofos populares e publicistas, na esteira do surto de religiões mind-cure verificado no mesmo período (RÜDIGER, 1996, p. 72).

Apesar do Novo Pensamento não ter perdurado durante muito tempo, perdendo sua força como consciência cultural diferenciada na década de 20, o projeto em que se engajou não fracassou, ao contrário, sua ideia da prática de autoajuda como um caminho para se obter felicidade, sucesso e paz fica enraizada na mentalidade da população, desencadeando um conjunto de práticas como livros,

cursos, formações especializadas, treinamentos, conferências, etc., transformando, assim, a autoajuda numa mercadoria de consumo.

A reestruturação da prática da autoajuda a partir da nova psicologia traz algumas mudanças significativas para o modo de subjetivação contemporâneo. Rüdiger (1996, p. 95) elenca essas mudanças: 1) A preocupação em formar o caráter cedeu lugar ao objetivo de transformar o indivíduo em pessoa de sucesso. Com o capitalismo se estabilizando como sistema produtivo, o sucesso passou a ser o grande objetivo. Agora, com a mobilidade social, independente da classe, a riqueza e o sucesso foi sendo possível a todos. E o sucesso deixou de estar relacionado à salvação ou a ser consequência de uma vida virtuosa, para ser sinônimo de poder, riqueza e a concretização de tudo o que se quer da vida. 2) A obrigação com o cumprimento dos deveres foi substituída pela preocupação de satisfazer os desejos por meio da autossugestão. A vontade foi se tornando sinônimo do dever e suas características psicológicas passam a se confundir com as características morais do dever. 3) O fundamento da condução da vida transferiu-se do plano dos costumes para a dimensão do poder da mente e os critérios para condução da vida foram interiorizados. 4) “As valorações que distinguiam moralmente o caráter cederam lugar às valorações supramorais que devem constituir o poder e a harmonia da personalidade”. Ao mesmo tempo em que a construção do sujeito passa agora pelo próprio sujeito, começou-se um crescente mal-estar consigo mesmo.

Apesar de Smiles ter criado a literatura de autoajuda, o livro que é considerado por muitos o pioneiro deste tipo de literatura é *Como fazer amigos e influenciar pessoas* (1936), de Dale Carnegie que “Vê a personalidade não mais como fruto de um cultivo interior ou de uma mentalização positiva, mas como uma alteração interior orientada pela técnica, neste caso, pelas novas ciências das relações humanas e da comunicação” (BOSCO, 2001, p. 13).

Como fazer amigos e influenciar pessoas fez tanto sucesso que vendeu mais de seis milhões de livros em 1964, se tornando um dos maiores sucessos da história do mercado editorial. Antes de tornar-se um autor famoso na literatura de autoajuda, Dale Carnegie (1888-1955) foi catador de morangos e vendedor de jornais, mas a capacidade de oratória e a vocação para o magistério levou-o a dedicar-se ao ensino de comunicação, relações humanas e sucesso nos negócios, através da criação de centros e cursos de treinamento que se espalharam por diversos países (RÜDIGER, 1996).

Canergie foi o primeiro a articular o princípio de que a raiz da personalidade se encontra no desenvolvimento das relações humanas e no emprego de técnicas, devendo ser constituída de dentro para fora. Os ensinamentos de Carnegie se transformaram em uma rede internacional de treinamento profissional, espalhadas por mais de 70 países, inclusive o Brasil, oferecendo cursos, organizando palestras e vendendo diversos produtos.

3.2 A literatura de autoajuda depois de 1980: a pedagogia do capital no Brasil e no mundo

No Brasil, o mercado da literatura da autoajuda é expressivo, com diversos autores nacionais de destaque tendo suas obras traduzidas em várias línguas. Da década de 90 para cá esse mercado só cresceu e se expandiu. Hoje este segmento já responde por uma imensa parte do mercado literário mundial e, de acordo com as pesquisas de mercado, a tendência é continuar a prosperar. A vendagem deste tipo de publicação cresceu 700% desde 1994, contra um aumento de 35% do mercado de livros como um todo, onde mais da metade do público que consome este tipo de publicação pertence às classes B e C e, a cada dez leitores, sete tem no mínimo o ensino médio (MARTHE, 2002).

Brunelli (2008), em suas reflexões sobre a literatura de autoajuda, elenca alguns traços comuns a esse discurso, como a linguagem persuasiva e a utilização de frases imperativas, o discurso favorável à ideologia capitalista, a assertividade e objetividade, se configurando muito mais como um conjunto de orientações e direcionamentos do que um convite à reflexão. Envolve a propagação do discurso da certeza e nunca da dúvida, tom otimista e positivo e retórica da ação positiva (pensando positivo os homens conseguem a felicidade e o sucesso).

O manual de autoajuda costuma construir uma imagem genérica de que qualquer pessoa pode alcançar a felicidade e dar certo na vida, desde que conheça e realize seu potencial interno e faça escolhas responsáveis, sem culpar os outros por seus erros. Também oferece supostas receitas e segredos para solucionar problemas da vida cotidiana de maneira rápida, incisiva e objetiva. A confiança na técnica e a constituição aberta de uma individualidade, não associada a valores morais ou

comunais tradicionais, favorece o consumo de uma literatura popular destinada a solucionar os problemas pessoais (BOSCO, 2001, p. 22).

A partir da década de 80, a literatura de autoajuda passou a ser muito difundida no Brasil, ocupando cada vez mais espaço nas livrarias e cabeceiras. Dentre os autores brasileiros de destaque entre os anos de 1910 – 1992 temos Lair Ribeiro e Lauro Trevisan (RÜDIGER, 1996). Atualmente, além dos já citados, podemos destacar Augusto Cury, com mais de 18 milhões de livros vendidos.

Lair Ribeiro e Lauro Trevisan são considerados os dois expoentes da literatura de autoajuda nacional. Lair Ribeiro começou a ser conhecido no país com o seu primeiro livro *O sucesso não ocorre por acaso* (1992) e em pouco tempo tornou-se um fenômeno de vendas até os dias atuais, tendo sido traduzido em diversas línguas e alcançado destaque na mídia e no mundo empresarial. Assim como Ribeiro, Trevisan continua como destaque na literatura de autoajuda nacional sendo *O poder infinito de sua mente* (1980) seu livro mais conhecido, também sendo traduzido em diversas línguas (CHAGAS, 2001, 2002; RÜDIGER, 1996).

As obras desses autores são a expressão textual de um conjunto de práticas de autoajuda em curso, que se fundamenta no princípio de que cada pessoa tem dentro de si mesma os recursos necessários para obter sucesso, ser feliz, dependendo exclusivamente de si concretizar essa realidade. A mensagem é que os indivíduos precisam estar sempre atentos para, se for o caso, reprimir seus desejos e sentimentos, desenvolver controles sobre si mesmo e racionalizar sua ação. Assim, “seu maior desafio não é conquistar o mundo exterior, mas sair da plateia, entrar no palco e aprender a ser... o Ator principal do teatro da sua mente, o Ator da sua história, o Grande Líder de si mesmo” (CURY, 2004, p. 127).

Os movimentos de autoajuda impulsionados a partir da década de 90 fazem parte de um fenômeno que transformou os saberes sobre a personalidade e o *self*, disseminando-os de forma massificada, como tecnologia de aprimoramento do eu. Popularizados e inseridos na rede midiática de autoajuda, os livros nessa classificação produzem e vendem conhecimentos que, consumidos como verdades, estimulam as práticas de cultivo de si. A mídia foi se encarregando de reproduzir o discurso do poder da mente e da energia positiva, reproduzindo-o largamente.

Segundo Rüdiger (1996, p. 16) as práticas de auto-cultivo tornaram-se cada dia mais presentes nos meios de comunicação e no cotidiano, “difundindo um saber de cunho paracientífico, caracterizado nos catecismos sobre como conduzir a

vida, nas matérias sobre potencial humano, nos testes de autoconhecimento e nos desenhos de perfis psicológicos”.

De fato, especialmente na sociedade tardo moderna, as práticas sociais são constantemente reformuladas à luz da informação. O conhecimento e o discurso da ciência (particularmente das ciências psi), divulgados e apropriados nos mais diferentes contextos de recepção da autoajuda, repercutem diretamente sobre as condutas dos indivíduos no âmbito da família, do trabalho, na vida privada e pública. Nesse sentido, o discurso da autoajuda torna-se cada vez mais poderoso em seus efeitos de subjetivação na sociedade contemporânea.

Os manuais de autoajuda resultam em geral *best-sellers* e seus autores costumam ter o status de celebridades, exercendo como “gurus” grande influência sobre as pessoas, seus hábitos e costumes. Suas vendas são milionárias, como mostram, por exemplo, os dados dos autores do nosso corpus textual – James Hunter, Augusto Cury - com mais de 23 milhões de livros vendidos e traduzidos em vários idiomas. Esse tipo de livro cria um mercado milionário e rentável que envolve também outras atividades como palestras, DVD’s e programas de treinamento.

Independente do manual ou da prática de autoajuda, o princípio é o mesmo: possuímos dentro de nós os recursos necessários para solucionarmos todos os nossos problemas, mesmos aqueles problemas advindos de fatores sociais.

A literatura de autoajuda, é preciso esclarecer, compartilha com a literatura apenas o nome, e constitui um fenômeno desprovido de critérios internos de valor: basicamente, é um fenômeno da indústria cultural, caracterizado pelo sucesso de venda, a dependência aos esquemas de marketing e a repetição de fórmulas padronizadas, que suplantou as barreiras nacionais, conferindo a determinados publicistas e taste-makers da alma popularidade mundial semelhante à que se outorga aos escritores de *best-sellers* e celebridades criadas pelos meios de comunicação (RÜDIGER, 1996, p. 17).

Se a autoajuda sobreviveu durante séculos e ainda se expande largamente com profundo impacto no cotidiano, ela possui decerto uma substância real, uma relação importante com as questões que afligem o homem hoje e com suas condições de vida na sociedade capitalista pós-industrial. De fato, o discurso da autoajuda ganha força nas últimas décadas do século XX e vem atender a uma demanda do capital que precisou renovar seus mecanismos de funcionamento e se reestruturar para manter-se após a crise econômica dos anos 70. A literatura de autoajuda aparece como um instrumento desse novo contexto que surge a partir da reestruturação produtiva do capital, ajudando e auxiliando na disseminação de uma

ideologia de conformação e dominação do capital sobre o trabalhador para atender às novas demandas do mercado de trabalho.

De acordo com as novas formas de gestão oriundas do processo de reestruturação do capital, os trabalhadores precisam demonstrar domínio tanto na área técnica quanto na área “subjetiva” para competir num mercado de trabalho em constante mutação. E é nesse terreno que a funcionalidade da autoajuda nas relações de trabalho cresce e se alastra, transformando-se num discurso formador e pedagógico.

Para Turmina (2009, p. 95-96):

A subjetividade passa a ser valorizada à medida que converte habilidades socioafetivas em retorno produtivo à empresa. O capital percebe que, ao incorporar a subjetividade como força motriz aumenta sua capacidade de produção e estende o seu controle sobre a ‘alma’ do indivíduo.

Nesse contexto, tem-se a constante necessidade de se questionar: o que fazer? Como fazer? Pois, num mercado de trabalho cuja característica principal é a descartabilidade, é preciso rever comportamentos, atitudes, ações e relacionamentos:

Se nos concentrarmos em tarefas e não em relacionamentos, podemos ter transferências, rebeliões, má qualidade de trabalho, baixo compromisso, baixa confiança e outros sintomas indesejáveis (HUNTER, 2004, p. 37).

Permita-me enfatizar que a educação mundial está errada. Ela não nos prepara para atuarmos no território da psique. Apenas nos dá conselhos pouco eficientes (CURY, 2004, p. 123).

Incorporados ao mundo do trabalho os espaços e dispositivos de desenvolvimento pessoal, bem como intervenções na rotina de trabalho e nos processos de produção tornam-se parte do cotidiano do trabalhador que busca realização pessoal e profissional e pertencimento num cenário cada vez mais vulnerável. Todos estes instrumentos “pretendem ‘mudar’ a posição dos indivíduos na prática social, procurando interferir na forma como esses atuam nas relações sociais, em especial nas relações de trabalho” (TURMINA, 2009, p. 97).

Agora os conflitos e problemas são individuais e cabe ao indivíduo solucioná-los sozinho. As empresas se abstêm, cada vez mais, dos conflitos e das situações que surgem em seu interior e delegam ao sujeito a responsabilidade da questão e a tarefa de resolvê-la. Com isso,

a autoajuda configura-se como um novo mecanismo social, como uma estratégia de controle e de ‘qualificação’, instituindo ou reinstituindo a humanização numa relação que é caracterizada pela exploração e pela dominação. A operacionalização desta que se torna uma nova cultura de relacionamento entre empresários e trabalhadores se dá pela mediação dos gurus da autoajuda, considerados os ‘pedagogos’ do capital, já que visam educar para a (con)formação. A autoajuda media, assim, uma negociação sob uma fachada que consegue camuflar que o objetivo é a promoção de uma abertura ou trânsito do capital visando adentrar nas esferas da subjetividade do trabalhador (TURMINA, 2009, p. 95).

Os manuais de autoajuda incentivam o trabalhador a procurar em si mesmo a causa do seu fracasso e sua solução, incentivando-o a aplicar técnicas e fórmulas para a mudança, submetendo “o indivíduo a uma ordenação sentenciosa. Este, imaginariamente, cria a fantasia de que encontrou o segredo que, excepcionalmente, levá-lo-á ao êxito pelos objetos, pela riqueza” (CHAGAS, 2002, p. 37).

A literatura de autoajuda traz uma nova proposta de relacionamento entre trabalhadores e empresários/capitalistas, sendo um dos pilares que sustentam as práticas de gestão organizacional pautadas na flexibilidade da atualidade, em contínua expansão diante do constante sentimento de incerteza do mundo laboral e do medo do desemprego.

A ideologia de que o livre mercado oferece melhores possibilidades financeiras e mais oportunidades ao sujeito, criando mais empregos e melhores condições de trabalho – por conta das inovações tecnológicas -, tem-se arraigado na cultura e nos nossos valores de tal maneira que chegamos a um ponto de quase não questionarmos essa maneira de viver, buscando tão somente nos adaptarmos às demandas para não sermos excluídos.

Os ensinamentos e receitas veiculados pela literatura de autoajuda contemporânea reforçam o individualismo e enfraquecem as relações sociais, onde a vida social é cada vez mais deslocada para a vida individual. Para Turmina (2009, p. 107):

A pobreza de linguagem comum na literatura de autoajuda parece ser superada pela força ideológica dos argumentos utilizados. O discurso da empregabilidade e do empreendedorismo, da forma como é endereçado, encontra respaldo no mote das políticas neoliberais da concorrência individual e no sonho do progresso profissional tão presentes no imaginário social contemporâneo.

A literatura de autoajuda, especialmente aquela voltada para a prática financeira e as relações de trabalho, na atualidade, exerce um papel na manutenção da hegemonia capitalista, proferindo um discurso carregado das ideologias da autonomia, do individualismo e da autorresponsabilidade, revestidas de uma ideia de bem-estar e sucesso para o trabalhador.

Podemos articular esse argumento com o que Fairclough (2008) afirma sobre o aspecto constitutivo do discurso. Como parte de práticas sociais, o discurso colabora na construção das identidades sociais e posições do sujeito na sociedade, na construção das relações sociais entre as pessoas e na construção de sistemas de conhecimento e crença.

Considerando, com o autor, que os discursos são investidos ideologicamente e atravessados por lutas hegemônicas, destaca-se no discurso da autoajuda sua funcionalidade no campo de práticas sociais mais amplas que englobam a sustentação e transformação de formas dominantes de produção e consumo (FAIRCLOUGH, 2008).

“Nessa perspectiva, as palavras exercem um poder de coerção, funcionando de forma atrativa quando utilizadas com o intuito de convencer o trabalhador por meio de um discurso estruturado em tons de verdade” (TURMINA, 2009, p. 105).

A literatura de autoajuda sustenta-se na promessa ilusória de conceder através de seu discurso certeza e completude ao sujeito que nunca esteve tão incerto, inseguro e incompleto do que hoje, diante do fim das tradições e do fracasso das instituições.

Num discurso sem brechas, mas vazio ao mesmo tempo, a literatura de autoajuda constrói um mundo ideal – e um sujeito ideal -, que parecem só existir nas páginas de seus livros, longe dos imprevistos, da pobreza, da desigualdade e da peculiaridade de cada pessoa. E é essa promessa, nunca concretizada, que possibilita a manutenção e força desse discurso.

O saber da autoajuda apoiado na ilusão de que o sujeito teria a possibilidade de ter pleno e total domínio de si, alcançar a felicidade absoluta e o fim de todo e qualquer sofrimento e angústia, é um saber totalizante e imperativo, que conquista o leitor justamente pelo que falta na sua vida: segurança, certeza e autorrealização. Segundo Chagas (2002, p. 150):

O discurso de autoajuda, em linhas gerais, é um discurso persuasivo e sedutor. O escritor de livro de autoajuda demonstra segurança e determinação naquilo que diz e na maneira como diz. Dessa forma, engendra um sentido de certeza e convicção para atingir o leitor. Em suas proposições, subsiste a tentativa – sempre renovada – de induzi-los a um caminho – “prodigioso” – que aponta para a concretização de ideais. O leitor, por sua vez, influenciado pela (fé) crença, lança-se na busca da dádiva prometida, essa busca incessante, acredita-se, se estabelece pelo caminho da ilusão.

Pode-se dizer que o discurso da literatura de autoajuda é um discurso assistencialista, explorando aspectos pontuais, tomados isoladamente e desconsiderando o sujeito como um todo. Assim, como medida paliativa, a literatura de autoajuda continua tendo cada vez mais adeptos encantados com os resultados por ela proclamados.

Sustentando a ideia de que a igualdade entre os homens é possível e de que todos possuem os mesmos direitos e oportunidades, o discurso da literatura de autoajuda ajuda na manutenção do capitalismo. Esse gera, assim, o cultivo permanente de si mesmo, o autoinvestimento, a autovalorização e busca por realização pessoal, pois segundo Chagas (2002, p. 43): “O indivíduo precisa, então, ser autônomo; e para sua ‘sobrevivência psíquica’, necessita distinguir-se dos demais, ser alguém separado das outras pessoas, sendo que o sujeito moderno possui o desejo de ser único e o melhor de todos”.

Diante desta perspectiva, os livros de autoajuda carregam em si a promessa de autorrealização, felicidade e sucesso e um ideal de que o sujeito pode sustentar-se a partir de suas qualidades interiores e competências individuais.

Segundo Cury (2003, p. 13-14):

Ser feliz não é ter uma vida isenta de perdas e frustrações. É ser alegre, mesmo se vier a chorar. É viver intensamente, mesmo no leito de um hospital. É nunca deixar de sonhar, mesmo se tiver pesadelos. É dialogar consigo mesmo, ainda que a solidão o cerque. É sempre ser jovem, mesmo se os cabelos embranquecerem. É contar histórias para os filhos, mesmo se o tempo for escasso. É amar os pais, mesmo se eles não o compreenderem. É agradecer muito, mesmo se as coisas derem errado. É transformar os erros em lições de vida. Ser feliz é sentir o sabor da água, a brisa no rosto, o cheiro de terra molhada. É extrair das pequenas coisas grandes emoções. É encontrar todos os dias motivos para sorrir, mesmo se não existirem grandes fatos. É rir de suas próprias tolices. É não desistir de quem se ama, mesmo se houver decepções. É ter amigos para repartir as lágrimas e dividir as alegrias. É ser um amigo do dia e um amante do sono. É agradecer a Deus pelo espetáculo da vida.

Embora com enfoques diferentes, o discurso dos manuais de autoajuda são praticamente os mesmos, abordando temas universais para o ser humano (felicidade,

amor, sucesso) e fornecendo conselhos e técnicas para o homem aplicar no seu dia a dia, pois a intenção destes textos é que os discursos se transformem em ação. Os textos estão repletos de imperativos e convites para usufruto do leitor, para ele ler e se apropriar do livro.

Em seguida analisamos os livros *O monge e o executivo*, de James Hunter, e *Seja líder de si mesmo*, de Augusto Cury, procurando assinalar os investimentos ideológicos desses textos no que tange às atuais demandas do capitalismo a fim de ilustrar os efeitos de subjetivação que podem produzir como obras de autoajuda.

4 PRESCRIÇÕES E TECNOLOGIAS DO AUTOCULTIVO NO TRABALHO E NA VIDA

4.1. O discurso pastoral gerencial em *O monge e o executivo*

O Monge e o Executivo: uma história sobre a essência da liderança (cujo título original é *The servant: a simple story about the true essence of leadership*) é uma obra híbrida em termos de gênero, muitas vezes classificada como literatura de “autoajuda” e “esoterismo”, embora também integre a crescente linha editorial do gerencialismo para as massas, que alguns chamam de *pop-management* (CARVALHO; CARVALHO; BEZERRA, 2010).

É responsável pelo sucesso editorial do autor, James Hunter, onde só no Brasil vendeu 2,4 milhões de exemplares. Autor consagrado no gênero, com traduções em mais de doze línguas, James Hunter é ainda consultor da J.D. Associados LLC, empresa de consultoria de relações de trabalho e treinamento, em Michigan, nos Estados Unidos. Após o sucesso de *O Monge e o Executivo*, publicou *Como se tornar um líder servidor* (2006), que se propõe a resumir os princípios da liderança servidora e ser um guia para a aplicação dos princípios apresentados por ele em seu livro anterior. Além disso, desempenha atividades de instrutor e palestrante, principalmente na área de liderança funcional e organização de grupos comunitários, segundo seu *site* na internet (JAMESHUNTER, 2013).

O texto defende uma noção de liderança que se baseia em valores espirituais e morais, valorizando especialmente certos atributos pessoais do líder comprometido em servir outras pessoas. A noção de liderança “a serviço” sustenta que o objetivo primário da empresa deveria ser exercer um impacto positivo em seus empregados e comunidades, encorajando valores, tais como confiança, humildade, perdão, integridade, coragem, bondade, paciência, compaixão e alegria. Para Fry e Kriger (2009, p. 1681):

Liderança servidora consiste em ajudar as pessoas a descobrir sua alma interior, ganhando e mantendo a confiança dos outros, valorizando o serviço sobre o interesse pessoal e a modelagem do papel da escuta eficaz. [...] A liderança mais eficiente nesta visão não é fornecida por aqueles que procuram papéis de liderança, mas antes, por aqueles que têm uma visão e desejo prementes de servir os demais primeiro (FRY; KRIGER, 2009, p. 1681).

Adotando a forma romanesca, *O Monge e o Executivo* propõe uma nova cultura de liderança baseada na autoridade servidora – aquela que atende às “legítimas necessidades” dos subordinados - e não, no “velho paradigma” do poder. Na liderança servidora, o verdadeiro líder é a pessoa que serve aos subordinados, criando as condições para que eles deem o melhor de si de boa vontade, e não por coerção. Conquistar os corações e as mentes dos empregados implica abandonar um estilo de gerência punitiva, opressora e de intimidação, substituindo-a por uma atuação voltada para as necessidades dos liderados: de ser ouvido, ser apreciado, de ter limites. Essa mudança teria o poder de influenciar os subordinados a doar-se à organização.

A obra caracteriza-se por disseminar, por meio de uma narrativa ficcional e alegórica, os conceitos, teorias e técnicas organizacionais explorados pelo autor em sua longa experiência de consultoria e treinamento em Recursos Humanos. Nesse sentido, é um texto que serve a propósitos pedagógicos e doutrinários e não propriamente literários.

Estruturado em sete capítulos, o autor vai ao longo dos mesmos traçando o caminho para se chegar à “verdadeira” liderança. No primeiro capítulo é falado essencialmente às definições e as qualidades de um bom líder, como a servidão, humildade, compromisso, honestidade, responsabilidade, espiritualidade, respeito, onde todas estas qualidades são comportamentos a serem escolhidos e com esforço serem desenvolvidos. São colocados também alguns conceitos chaves como habilidade, influência e confiança.

O segundo capítulo apresenta o velho paradigma da liderança baseado no estilo piramidal de administração, onde no topo da pirâmide se encontra o chefe/presidente e, no final, os clientes. Para assim, no terceiro capítulo propor seu modelo de liderança - tendo como referência maior Jesus Cristo -, onde para liderar é preciso servir e suprir as necessidades das pessoas lideradas. Ou seja, a liderança se baseia em autoridade, que é obtida através de serviço e sacrifício. No quarto capítulo, Hunter (2004), após já ter trabalhado os princípios da liderança e especificado o comportamento que uma pessoa deve adquirir para se tornar líder, coloca o fator mais importante dentro da liderança: o amor ágape.

Nos capítulos cinco e seis, o autor debate o quanto não é fácil para o líder aplicar na prática todos esses conhecimentos, de modo que é necessário um ambiente

adequado e muita força de vontade, pois o caminho para a autoridade e a liderança começa com a vontade. As vontades são as escolhas que alguém faz para aliar as suas ações com as intenções. Assim, através da disciplina, as pessoas conseguem mudar o comportamento e fazer com que algo se torne um hábito. Para finalizar sua obra, o autor cita as recompensas que o líder terá em aplicar todos esses princípios para obter, através de muito esforço e trabalho, a satisfação e dedicação mútua de todos que convivem ao seu redor e, conseqüentemente ser feliz.

O texto relata o breve retiro espiritual do narrador, John Daily, um executivo em crise, a fim de aprender mais sobre liderança. O executivo, um “superocupado gerente-geral de uma grande indústria”, vem enfrentando problemas no trabalho, associados ao seu estilo de administrar, e também em casa, com os filhos e a mulher. No retiro, participam outras pessoas com diferentes profissões, mas todas em cargos de liderança: um ministro batista, uma diretora de escola, um sargento do Exército, uma treinadora de equipe esportiva, e uma enfermeira-chefe de hospital. No mosteiro, o narrador e os demais participantes são instruídos por Simeão, um frade que havia sido um executivo famoso (Leonard Hoffman) nos círculos empresariais por sua capacidade de motivar equipes e dirigir várias companhias ao sucesso. A narrativa centra-se nos diálogos conduzidos por Simeão, levando o narrador e os participantes a rever suas idéias e atitudes sobre liderança.

Nossa análise do texto volta-se especialmente para a mescla de gêneros que caracteriza a obra, seus aspectos de intertextualidade, sua representação da liderança e do líder como “servidores” e como tal discurso está vinculado a uma nova ordem discursiva mais ampla que marca o atual estágio de desenvolvimento do capitalismo. Entendemos que a análise textual é inevitavelmente seletiva; as dimensões aqui privilegiadas, longe de esgotarem as possibilidades de análise do texto investigado, contribuem para elucidar o modo como uma literatura situada entre a autoajuda e o gerencialismo favorece certos modos de ser, agir e nomear no campo laboral.

Os sentidos sobre a administração no texto são parcialmente produzidos mediante efeitos de intertextualidade. O texto é pródigo nas citações diretas e indiretas que amparam as muitas argumentações sobre o novo paradigma de liderança proposto. Segundo Fairclough (2001), a categoria intertextualidade refere-se basicamente à característica que os textos têm de ser cheios de fragmentos de outros

textos, podendo ser delimitados explicitamente ou misturados e que o texto pode assimilar, contradizer, ecoar ironicamente, e assim por diante.

Como argumentam Resende e Ramalho (2009, p. 67), a representação de outros textos ou vozes não é mera questão gramatical, mas um “processo ideológico cuja relevância deve ser considerada”, uma vez que pode produzir efeitos valorativos ou depreciativos.

Ao longo de todo o livro há uma profusão de afirmações dos campos da economia, administração, filosofia e ciências sociais em geral, bem como menção à religião, histórias de vida de personalidades, meios midiáticos e ditos populares. Em geral as citações na história e nas epígrafes funcionam para corroborar as teses sobre a liderança servidora. De fato, o recurso às vozes legitimadoras opera retoricamente para convencer o leitor, que ocupa uma função de receptor semelhante aos personagens aprendizes do guru:

Não está clara para mim a diferença entre poder e autoridade. Ajude-me a entender.

Com prazer, John. – Simeão respondeu. – Um dos fundadores da sociologia, Max Weber, escreveu há muitos anos um livro chamado *The Theory of Social and Economic Organization* (A teoria da organização econômica e social). Nesse livro, Weber enunciou as diferenças entre poder e autoridade, e essas definições ainda são amplamente usadas hoje. Vou parafrasear Weber o melhor que eu puder.

[...] *Poder*: É a faculdade de forçar ou coagir alguém a fazer sua vontade, por causa de sua posição ou força, mesmo que a pessoa preferisse não o fazer (HUNTER, 2004. p. 29).

De fato, a presença de personagens em conversação trazendo seus pontos de vista e citando direta ou indiretamente outras vozes confere uma aparência dialógica ao texto, lembrando o cenário que Fairclough (2003, p. 41) define como “abertura para a diferença, sua aceitação, reconhecimento; uma exploração da diferença, como no ‘diálogo’ no sentido mais rico do termo”.

Na relação entre o produtor do texto e seus destinatários, o autor posiciona o leitor potencial como alguém que pode opinar contrariamente às teses defendidas, inclusive se identificar com os personagens mais céticos ou relutantes e, ao final da leitura, ser persuadido a repensar seus conceitos. Contudo, o exame textual revela que o grau de dialogicidade reduz-se, mostrando outros cenários em que certas diferenças entre as vozes são ora apagadas na direção do consenso, ora colocadas entre parênteses para construir solidariedade.

Entre os três tipos de significados analisados na vertente de ADC aqui adotada está o significado representacional, isto é, aquele próprio da representação textual de aspectos do mundo físico (“seus processos, objetos, relações, parâmetros espaciais e temporais”), mental (“pensamentos, sentimentos, sensações”) e social (FAIRCLOUGH, 2003, p. 134).

De um modo geral, o texto constrói uma versão acerca das transformações do mundo do trabalho mediante uma estratégia de polarização entre o “velho” e o “novo paradigma”. Como demonstra a crítica ao atual gerencialismo, os textos de *pop-management* adotam muitas vezes uma linguagem simplista e orientada pela oposição reducionista “velho-novo”. *O monge e o executivo* não é exceção e o faz explicitamente. No lado do “velho paradigma”, dispõe-se uma lista de termos: “invencibilidade dos EUA, administração centralizada, Japão = produtos de má qualidade, gerenciamento, eu penso, apego a um modelo, lucro a curto prazo, trabalho, evitar e temer mudanças, está razoável”. Ao lado, na lista do “novo paradigma”, incluem-se: “concorrência global, administração descentralizada, Japão= produtos de boa qualidade, liderança, causa e efeito, melhoria contínua, lucro a curto e a longo prazo, sócios, a mudança é uma constante, defeito zero” (HUNTER, 2004, p. 48).

Essa lista bipolar sumariza a doutrina propagada no texto, revelando seu papel na reprodução do novo imaginário laboral em operação na empresa pós-fordista e nos seus poderosos mecanismos de subjetivação do trabalhador. De fato a narrativa funciona como mais um dispositivo para difusão de certos ideais de empresa, de trabalho e de trabalhadores, valorizando o empreendedorismo, a flexibilidade, o autogoverno, o compromisso com a excelência e com a satisfação do cliente, a adaptação às mudanças e a aprendizagem contínua, entre outros imperativos (STECHER, 2011).

O sistema de oposições define, por um lado, o certo e o bom no campo do trabalho, e por outro, o polo da alteridade a ser repudiado como ultrapassado, inadequado ou irracional. Entre os “outros” rechaçados, distribuem-se, de forma mais ou menos visível no texto, o trabalhador que negocia coletivamente com seu empregador (portanto, adotando postura conflitiva) e o próprio sindicato, este retratado menos como legítima instituição representativa da força de trabalho, e mais como estorvo para a negociação individualizada e “pacífica”. Excluídas dos textos estão as militâncias políticas no campo do trabalho, bem como os movimentos

políticos de enfrentamento violento; os movimentos realçados como modelo são aqueles que se referem à luta anticolonialista (por exemplo, na menção a Ghandi), racial (mencionando Martin Luther King) e outros notoriamente de orientação pacifista como Madre Teresa de Calcutá.

Noutros momentos, a associação Ford - gerência autoritária *versus* Japoneses - nova liderança surge ilustrando a necessidade de redução dos mecanismos de controle direto dos trabalhadores e sua substituição por formas de autogoverno e autorregulação. Na narrativa, John Daily relata o episódio de um supervisor da Ford que, ao aplicar seus métodos disciplinares na nova parceria da empresa com a Mazda, é advertido polida e eficazmente por um gerente japonês. Enquanto na Ford as pessoas “gritavam, xingavam e se zangavam umas com as outras” e os supervisores “humilhavam publicamente os empregados”, na nova parceria, o supervisor desavisado pôde mudar seu próprio comportamento, a partir de um novo tipo de liderança (HUNTER, 2004, p. 111).

Os termos que ocupam as duas colunas opostas são de fato espaço de luta simbólica, exprimindo conflitos mais amplos do atual estágio de desenvolvimento da economia capitalista. Os significados das palavras, investidos política e ideologicamente, são disputados de forma a valorizar certos conjuntos de práticas, atores sociais e valores em detrimento de outros. Sintomático da mudança na ordem social do discurso gerencial é a própria relexicalização que sofre a noção de “gerência”, explicada pelo Irmão Simeão, alter-ego de Hunter em seu papel de consultor bem-sucedido.

Num dos encontros pedagógicos para aprender sobre liderança, um dos personagens observa:

Eu notei que você usa muito as palavras *líder e liderança* e parece evitar *gerente e gerência*. É de propósito?

Boa observação, Lee. Gerência não é algo que você faça para os outros. Você gerencia o seu inventário, seu talão de cheques, seus recursos. Você pode até gerenciar a si mesmo. Mas você não gerencia seres humanos. Você gerencia coisas e lidera pessoas (HUNTER, 2004, p. 28).

Um dos aspectos que chama a atenção do leitor de *O Monge e o Executivo* é seu caráter híbrido em termos de gênero. Os gêneros referem-se ao “aspecto especificamente discursivo de modos de ação e interação que se dão no curso de eventos sociais” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 65).

Correspondem ao que o autor chama de significado acional da linguagem. No nível do gênero, a questão para o analista de discurso é como o texto “figura na ação e interação social e contribui para elas em eventos sociais”, especialmente no escopo das transformações associadas ao novo capitalismo (FAIRCLOUGH, 2003, p. 65).

De fato, o texto de Hunter exhibe um tipo de combinação no nível do gênero, indicativa de certos conflitos e reconfigurações por que passa o campo do trabalho e administração hoje.

Inserida na cultura da gestão em crescimento desde os anos 1980, a literatura popular nessa área vem transformando crenças, valores e ações nas organizações e o ideário sobre o trabalho, a empresa e os trabalhadores, por meio principalmente dos media. Esses ajudam a consolidar ideologias que convocam o sujeito a um constante autoexame e aperfeiçoamento de si mesmo e de sua prática. “Esse novo código de conduta visa à eficiência e ao sucesso, e molda a linguagem e atividades dos indivíduos e organizações” (WOOD JR; DE PAULA, 2006, p. 92).

Assim, a mídia, especialmente a mídia de negócios especializadas – no Brasil, Revista Empreendedor, Você S/A, Você RH, Exame, dentre outras, juntamente com a literatura especializada e programas populares – atrelada a outras práticas, auxiliam na popularização e alimentam um imaginário social que constrói um modelo de homem e de trabalhador, onde “o contexto, real ou imaginário, de turbulência e competição contribui para a geração de uma literatura voltada para as questões, ansiedade e dilemas profissionais da administração: a literatura *pop-management*” (WOOD JR; DE PAULA, 2006, p. 92).

De fato, a penetração da cultura popular na literatura gerencial não tem passado despercebida, suscitando questionamentos quanto ao seu impacto na teorização, no ensino e na prática da administração (WOOD JR; DE PAULA, 2006; REHN, 2008; HOUSE, 2009).

Estabelecendo uma tipologia para obras que costumam ocupar a mesma estante, pesquisa recente adverte sobre a insidiosa avalanche de livros de *pop-management* que mesclam esoterismo e autoajuda, confundindo alunos de administração quanto à sua validade científica (CARVALHO; CARVALHO; BEZERRA, 2010).

O livro de Hunter é assinalado como um desses artefatos produzidos pela atual cultura do gerencialismo, que divulga noções pasteurizadas sobre métodos administrativos, em linguagem prescritiva e ideologizada.

Adotando tal linguagem, *O Monge e o Executivo* apresenta-se como um manual de autoajuda pastoral-gerencial, que orienta mudanças no âmbito da gestão, especialmente no domínio dos Recursos Humanos. Como literatura de autoajuda, mantém as características consolidadas do gênero: mescla de concepções sobre o poder pessoal, orientação espiritual e religiosidade, aconselhamento psicológico e tecnologias de modificação de comportamento, entre outras. Embora o livro não se destine exclusivamente a um público empresarial, sua ênfase é a administração de pessoas em esferas de interação profissional. No livro, o gênero de autoajuda se articula ao treinamento de gerentes, tendo como horizonte mais amplo a reconfiguração flexível do trabalho e os grandes problemas impostos ao gestor - ou melhor, ao “líder” - para promover a produtividade nos dias de hoje.

A modelação discursiva do gerente em líder e mais ainda, em líder servidor, opera no atravessamento de linguagens dos campos econômico, religioso e psicoterápico (especialmente das psicologias humanistas) e com base na privatização de relações antes concebidas como essencialmente públicas. Esse modo de “praticar” a linguagem gerencial produz novos efeitos de sentido no domínio das relações de trabalho contemporâneas e, associada a um conjunto de outras práticas discursivas e não discursivas, tem poder substancial de modificar a cultura organizacional e os modos de subjetivação do trabalhador. Com efeito, as práticas comunicativas nas organizações têm recebido bastante atenção recentemente, assinalando como mudanças em processos laborais são em parte alcançadas por usos estratégicos de repertórios e narrativas (PHILLIPS; SEWEL; JAYNES, 2008; PRASAD; PRASAD; MIR, 2010; WODAK; KWON; CLARKE, 2011; FENTON; LANGLEY, 2011).

Com a valorização do empreendedorismo, da flexibilidade e autorregulação, a atual configuração produtiva apresenta novas formas de organização laboral e gerenciamento pessoal, bem como novos léxicos e práticas discursivas. Se as relações de trabalho antes se configuravam em termos de práticas e linguagens do “mundo externo” – econômico e político – agora são marcadas cada vez mais por uma significação íntima e interiorizada. É possível pensar e atuar profissionalmente com base no “amor”, na “espiritualidade”, na “doação” e “sacrifício” pessoal.

Nesse sentido, o conjunto de práticas sociais e discursivas em que se insere o texto de Hunter (2004) pode ser compreendido em relação a um movimento mais abrangente que articula espiritualidade e desenvolvimento de gestão e que se apresenta especialmente sob a forma de seminários, workshops e cursos de treinamento voltados para a autodescoberta e crescimento pessoal em relação ao trabalho gerencial. *O Monge e o Executivo* é tributário do movimento de desenvolvimento da gestão espiritual (*spiritual management development* ou SMD, em inglês), termo que reúne o conjunto de tais práticas e tendências. Recorrendo a várias tradições religiosas, tais como cristianismo, budismo e judaísmo, mas também a saberes científicos popularizados, a gerência espiritual pretende dispor a autodescoberta e a elevação espiritual a serviço do incremento dos negócios (BELL; TAYLOR, 2004).

Para Bell e Taylor (2004, p. 441), suas principais premissas são de que o “reconhecimento e realização dos recursos internos de um indivíduo fornecem um meio de melhorar o desempenho organizacional” e de que “o potencial humano pode ser aproveitado para servir a propósitos específicos de uma organização”.

Na argumentação de Simeão-Hunter, os problemas e as soluções da liderança são atribuídos fundamentalmente ao âmbito das relações interpessoais. Distanciando-se, portanto, dos mecanismos estruturais que condicionam os problemas do trabalho hoje, a proposta reduz-se ao estabelecimento de relações “saudáveis” entre líderes e subordinados. A empreitada dos ocupantes de cargos gerenciais implica por sua vez uma jornada espiritual, o escrutínio da interioridade e a busca de um sentido moral para a tarefa de lidar com seres humanos sob sua responsabilidade. O líder deve servir seus subalternos em suas necessidades legítimas (e não necessariamente atender às suas vontades), influenciando-os a lhe seguir voluntariamente. As mudanças de atitudes e comportamentos dos líderes, ao final da travessia de autoaprendizagem, devem se tornar inconscientes como um hábito incorporado.

A liderança é construída no texto como um conjunto de qualidades tais como respeito, paciência, honestidade, perdão, atitude positiva, que se traduzem no “amor ágape”. Ser um líder, um líder “eficiente”, pode ser alcançado a partir da mudança do comportamento que leva ao cultivo desse tipo de amor. Com isso, Hunter (2004, p. 127) apresenta o ‘como fazer’ para ser líder: “os quatro estágios

necessários para adquirir novos hábitos ou habilidades”, ressaltando que “eles se aplicam totalmente ao aprendizado de novas habilidades de liderança”.

Apresentando uma teoria do comportamento, Hunter (2004) explica o passo a passo da construção de um hábito ou habilidade. No primeiro estágio, a pessoa ignora o comportamento e o hábito estando “inconsciente” ou desinteressado em aprender a prática; no estágio seguinte a pessoa começa a tomar consciência de um novo comportamento, mas ainda não desenvolveu a prática, sendo este o início de um comportamento; no estágio três, a pessoa vai se tornando mais confortável com o comportamento ou prática, tornando-se mais experiente e, no quarto e último estágio é quando a pessoa já incorporou e automatizou os hábitos adquiridos.

Segundo Hunter (2004, p. 128):

É o estágio em que os líderes conseguiram incorporar seu comportamento aos hábitos e à sua verdadeira natureza. Estes são os líderes que não precisam tentar ser bons líderes, porque são bons líderes. O líder neste estágio não tem que tentar ser uma boa pessoa, pois ele é uma boa pessoa.

Ao mesmo tempo em que hábitos e comportamentos podem ser adquiridos, os mesmos transformam-se em algo inato. A mudança que se faz no homem após o aprendizado das habilidades necessárias para ser um líder eficiente, não é apenas um mero comportamento, mas uma mudança existencial, onde o sujeito não precisa se questionar, pois já se tornou uma boa pessoa.

Uma ilustração do investimento ideológico do gênero de autoajuda pastoral-gerencial e seu discurso da liderança servidora é o tratamento dado à questão sindical no texto. O principal motivo para o narrador empreender o retiro-treinamento foi justamente o episódio de uma reivindicação trabalhista em que, após os empregados insatisfeitos recorrerem ao sindicato, sua competência gerencial foi questionada. Discutindo a diferença entre poder e autoridade, o guru Simeão explica a inquietação dos trabalhadores como reação a formas ou estilos de interação coercitivos, não “saudáveis”.

Para Hunter (2004, p. 30-31):

[...] – Exatamente, Kim, porque o poder corrói os relacionamentos. [...] O fenômeno que ocorre frequentemente com os adolescentes, que chamamos rebeldia, é muitas vezes uma reação ao poder que os dominou dentro de casa por muito tempo. A mesma coisa acontece com os negócios. A inquietação de um empregado é muitas vezes uma “rebeldia” disfarçada.

De repente senti náuseas ao pensar no comportamento de meu filho e no movimento sindicalista lá na fábrica.

A associação entre reivindicação dos trabalhadores e rebeldia adolescente não é arbitrária. Nos trechos abaixo, as relações interpessoais saudáveis e o papel individual do líder em promovê-las são ratificados, configurando em termos “micro” os conflitos macroestruturais entre capital e trabalho:

Famílias saudáveis, equipes saudáveis, igrejas saudáveis, negócios saudáveis e até vidas saudáveis falam de relacionamentos saudáveis. Os líderes verdadeiramente grandes têm essa capacidade de construir relacionamentos saudáveis.

Isso mesmo, John [...] o mesmo princípio se aplica aos empregados. Agitação, transferências, greves, baixo moral, baixa confiança e baixo compromisso são meros sintomas de um problema de relacionamento. As necessidades legítimas dos empregados não estão sendo satisfeitas. (HUNTER, 2004, p. 38).

Negociando o significado do que é importante nas organizações como questão de “relacionar-se saudavelmente”, o texto de Hunter suprime efetivamente a dinâmica do poder, isto é, oculta o fato de que o exercício das atividades profissionais, seja em posições de mando ou subalternas, envolvem a dependência de recursos e facilidades que estão desigualmente distribuídos entre os atores sociais. O discurso da liderança servidora reduz tal desigualdade entre os atores sociais por meio de vários mecanismos. Primeiro, recontextualizando a distinção weberiana entre poder e autoridade que é supostamente “parafraseada” do sociólogo.

Segundo Hunter (2004, p. 29), deslocando a noção reconstruída de poder – “a faculdade de forçar ou coagir alguém a fazer sua vontade, por causa de sua posição ou força, mesmo que a pessoa preferisse não o fazer” – para as relações entre superiores e subordinados, isto é, especialmente para relações face a face. Terceiro, exaltando a noção reconstruída de “autoridade” – “habilidade de levar as pessoas a fazerem de boa vontade o que você quer por causa de sua influência pessoal” – contra o exercício óbvio do poder (isto é, a exibição de força dos chefes sobre empregados). Quarto, sugerindo a inversão do modelo piramidal de administração (em que o chefe-líder deve servir os subordinados) e mostrando que esse modelo renovado pode ser aprendido por gestores a partir da escolha pessoal.

Por fim, colocando entre parênteses a natureza e origem das “necessidades legítimas” dos empregados que devem ser objeto de atenção dos gestores. Nesse

ponto, é interessante notar como as necessidades de empregados, donos da empresa e acionistas são iguallados na ideologia das “relações saudáveis”: “Os acionistas têm uma necessidade legítima de obter o retorno justo do seu investimento – e, se não estivermos preenchendo essa necessidade, nosso relacionamento com os acionistas não estará bom” (HUNTER, 2004, p. 38-39).

A partir dos modos gerais de operação da ideologia, segundo Thompson (1995), podemos identificar no texto de Hunter (2004) algumas estratégias de construção simbólica para legitimar relações de dominação.

Na legitimação, relações de dominação são estabelecidas e sustentadas ao serem representadas como justas e dignas. No texto de Hunter (2004), a legitimação apresenta-se, dentre outras formas, no conceito de amor ágape (caracterizado não pelo sentimento de amor, mas pelo comportamento e pela escolha) que sustenta a noção de liderança servidora, alternativa à injustificável liderança autoritária. O amor ágape legitima as novas formas de manejo de recursos humanos, uma vez que atua em nome da doação aos outros, do atendimento das suas necessidades e de valores como paciência, bondade, humildade, respeito, abnegação, perdão, honestidade e compromisso.

Assim, espiritualidade e trabalho formam uma mesma equação na construção do líder proposta por Hunter (2004, p. 140):

Estou convencido de que nosso objetivo aqui não é necessariamente ser felizes ou nos satisfazer pessoalmente. Nosso objetivo aqui como seres humanos é evoluir para a maturidade espiritual e psicológica. Isto é o que agrada a Deus. Amar, servir e doar-nos pelos outros nos forçam a sair do egocentrismo. Amar aos outros nos faz sair de nós mesmos. Amar aos outros nos força a crescer.

Todas essas características são apresentadas como comportamentos que podem ser aprendidos, controlados e incorporados, “Nem sempre posso controlar o que sinto a respeito de outra pessoa, mas posso controlar como me comporto em relação a outras pessoas” (HUNTER, 2004, p. 80).

O texto prega determinados valores, supostamente universais, sem considerar o contexto de poder e desigualdade em que se desenvolvem os conflitos na esfera do trabalho e na vida em geral. O efeito dessa construção argumentativa é tornar as situações e problemas do trabalho e da vida como questões fundamentalmente de escolha e atitude pessoal. Com base na universalização como estratégia de construção simbólica, o texto veicula representações particulares como

se fossem de interesse geral e essenciais para o bom relacionamento entre líder e liderados e para o desenvolvimento da empresa.

Para Hunter (2004, p. 96-97):

Ninguém jamais disse que seria fácil. Quando optamos por amar e nos doar aos outros, estamos aceitando ser pacientes, bons, humildes, respeitosos, abnegados, generosos, honestos e comprometidos. Esses comportamentos exigirão que nos coloquemos a serviço dos outros e nos sacrifiquemos por eles. Talvez tenhamos que sacrificar nosso ego ou até sufocar nosso mau humor em determinados momentos. Talvez tenhamos que sacrificar nosso desejo de explodir com alguém em troca de ser apenas firmes. Talvez tenhamos que nos sacrificar para amar e nos doar a pessoas que nem mesmo apreciemos

Com base nessas estratégias, o discurso veicula que a boa vontade de gestores arejados e a aprendizagem de uma atitude mais humanizada e espiritualizada não somente trazem recompensas para a eficácia empresarial, como também em termos pessoais e existenciais. Contudo, o discurso acaba suprimindo o fato de que a adoção de tais atitudes não é suficiente para compreender as relações de poder mais amplas resultantes da nova ordem capitalista que se transmutam em crise financeira, desemprego, baixos salários, precariedade laboral e outras razões para a “inquietação” dos empregados. Nesse sentido, a narrativa ilustra a crescente tendência na cultura empresarial de representar o espaço laboral como “grande família” e, com isso, “diluir os limites simbólicos entre o capital e o trabalho e tornar invisíveis os conflitos de classe sob a figura de uma totalidade harmônica (a empresa que tem alguns problemas, mas não grandes contradições)” (STECHEER, 2011, p. 219). Em suma, focalizada na esfera microssocial das relações laborais, é a agência pessoal que se aciona para resolver os dilemas do mundo em mudança.

Entre os pressupostos existenciais embutidos no texto, está o do progresso (e legitimidade) da atual configuração produtiva do capital com sua exigência de novas formas de organização laboral e gerenciamento de pessoal, bem como novos léxicos e práticas discursivas. Desse modo, “sócios” e “parceiros” substituem “empregados” e “patrões”, assim como a “liderança” descarta a “gerência”. O texto de Hunter está atento a tais modificações semânticas e pragmáticas a ponto de abordá-las doutrinariamente.

Podemos argumentar que o texto segue a tendência do gênero, favorecendo a inculcação do que Boltanski e Chiapello (2009) chamam de “novo espírito do capitalismo”. O “espírito do capitalismo” é uma ideologia que varia nas

diferentes formas de desenvolvimento do capitalismo – o capitalismo burguês do fim do século XIX, o industrial e o pós-industrial – e que justifica e motiva o compromisso das pessoas com esse modo de produção. Desde os anos 80 do século XX um “novo espírito” ou ordem de discurso se apresenta na vida social, novos argumentos e valores acerca do estímulo, justiça e segurança que o capitalismo pode oferecer. O estímulo refere-se a como o sistema pode ajudar alguém a se desenvolver e como pode gerar entusiasmo em quem adere a ele (geralmente em termos de “liberação”). A justiça ou equidade refere-se a como o capitalismo é coerente com uma noção de justiça, servindo ao bem comum. Por fim, a segurança refere-se às formas de segurança pessoal e social que o sistema pode fornecer. Para vincular as pessoas ao capitalismo de forma bem sucedida, portanto, a ideologia precisa responder essas três questões: “o que é estimulante no capitalismo? Como fornece segurança? Como assegura justiça?” (CHIAPELLO; FAIRCLOUGH, 2002, p. 188).

O “novo espírito do capitalismo”, na atual fase de acumulação flexível e de redes articuladas de firmas, é tributário da crítica artística e da contracultura da década de 1960, respondendo às suas críticas, mas também as aproveitando para novas formas de controle (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

As reivindicações desses movimentos por maior autonomia, a busca de autenticidade e autogerenciamento e também o repúdio às hierarquias passaram a ser usados para promover as novas formas de regulação capitalista em substituição ao modelo disciplinar pós-fordista. Esse novo espírito vem inculcando, na dimensão do estímulo, o fim da chefia autoritária, a inovação, a criatividade e a mudança permanente. Na dimensão da justiça, vem defendendo uma nova forma de meritocracia, valorizando mobilidade, habilidade de manter uma rede e de se envolver constantemente em novos projetos. Na dimensão da segurança, no lugar dos planejamentos de longo prazo, das carreiras e do sistema de bem estar social, são defendidos os recursos de autoajuda para os trabalhadores adaptáveis que sabem cuidar de si (CHIAPELLO; FAIRCLOUGH, 2002).

Focalizando a dimensão da justiça, os autores argumentam que um regime justificatório “conexionista” ou “orientado para o projeto” vem emergindo especialmente desde a década de 1990, com grande poder de influência. O regime justificatório ou *Cité* nos termos de BOLTANSKI; CHIAPELLO (2009) conexionista dissemina certos princípios e valores, desbancando modos de legitimação próprios de outras configurações do capitalismo.

Por exemplo, entre os elementos do novo regime estaria um “estado de grandeza” atribuído a modos de agir e ser atualmente, envolvendo “adaptabilidade, flexibilidade, polivalência, sinceridade nos encontros face a face, habilidade para espalhar os benefícios de conexões sociais, para gerar entusiasmo e aumentar a empregabilidade dos membros da equipe. “Em contraste, um estado de “pequenez” envolveria exatamente o oposto: “inabilidade de se envolver, de confiar nos outros, de comunicar-se; mentalidade fechada, intolerância, estabilidade, apego demasiado às próprias raízes e rigidez” (CHIAPELLO; FAIRCLOUGH, 2002, p. 191).

Segundo Chiapello e Fairclough (2002, p. 192):

Na *Cité Orientada para o Projeto*, “alguém grande” deve ser adaptável e flexível. Mas essas qualidades por si mesmas não bastam para definir o estado de “ser grande” porque elas poderiam ser implementadas de forma oportunista, para seguir um curso estritamente egoísta em direção ao sucesso. Ao contrário, uma pessoa “grande” aproveitará suas qualidades para contribuir para o bem comum. Na *Cité Orientada para o Projeto*, alguém “grande”, portanto, também gera um sentimento de confiança. Ele/ela não lidera de forma autoritária, como fez o chefe hierárquico, mas administra a equipe ouvindo os outros com tolerância e respeitando suas diferenças.

Ora, *O Monge e o Executivo* dissemina alegoricamente esse regime justificatório e seus critérios de grandeza, encarnados na defesa da liderança servidora. Como noutros textos de moda gerencial, o texto adota o claro contraste entre o “grande” que serve de exemplo e o “pequeno” tratado depreciativamente, assim, distanciando-se dos discursos acadêmicos, práticos e políticos na área da administração. Simeão não apenas prega o respeito, a confiança, a escuta atenta e encorajadora, mas exemplifica tais atitudes nas diversas situações em que um consenso é necessário entre os membros do retiro-treinamento.

As afirmações abaixo revelam exemplos da inscrição do texto de Hunter (2004) na ordem discursiva do capitalismo de acumulação e administração flexíveis:

O tratamento digno e respeitoso, a capacidade de contribuir para o sucesso da organização e o sentimento de participação sempre apareceram acima do dinheiro (p. 39).

Desafiar os velhos caminhos requer muito esforço, mas acomodar-se nos paradigmas ultrapassados, também. O mundo está mudando tão rapidamente que podemos ficar paralisados se não desafirmos nossas crenças e paradigmas (p. 47).

A autoridade sempre se estabelece ao servir os outros e sacrificar-se por eles (p. 70).

Liderança e amor são questões ligadas ao caráter [...] Paciência, bondade, humildade, abnegação, respeito, perdão, honestidade, compromisso. Estas são as qualidades construtoras do caráter, são os hábitos que precisamos desenvolver e amadurecer se quisermos nos tornar líderes de sucesso, que vencem no teste do tempo (p. 129).

De modo geral, a metáfora do “líder a serviço” no texto de Hunter ofusca o aspecto injustificável de uma gerência voltada ao sucesso da empresa a qualquer custo ou exclusivamente ao lucro. Também procura estabelecer sua distância de valores e práticas que fundam o modelo de empresa e gerência industrial em declínio. Assim, o regime justificatório subjacente pode não apenas produzir consenso, mas fundamentalmente rebater as críticas que ameaçam a fidelidade ao capitalismo em sua face atual, comprometendo a sua eficácia e permanência histórica.

No entanto, o discurso de *O Monge e o Executivo* constrói esse mesmo sujeito como impotente frente às condições instauradas pelo novo modelo capitalista, ao difundir ideologias dominantes (de como deve ser hoje o trabalho, o trabalhador, o gerente, a empresa) e proferir um discurso de não questionamento e crítica. Os imperativos trazidos pela nova ordem econômica global não são postos em questão, mas naturalizados; estão “aí”, exigindo adaptação e obediência.

Em momento algum o texto trata de exploração, desigualdade e opressão, dispondo o mundo do trabalho como uma simples equação onde temos o trabalhador, o capitalista e o gerente-líder partilhando interesses comuns. Nesse cenário, o líder servidor usa a autoridade (e não o poder) para administrar e sabe, mais do que os próprios trabalhadores, quais as suas necessidades legítimas e essenciais. O texto silencia sobre o capitalismo como sistema, sobre as políticas neoliberais e o contexto de desigualdades e exclusão que atingem o trabalhador atualmente. A igualdade e a justiça são colocadas no texto como algo implícito ao mundo do trabalho e ao relacionamento líder – liderados. E certas formas de desigualdade são legitimadas e até mesmo desejáveis, com, por exemplo, quando as desigualdades materiais são justificadas porque oferecem incentivos econômicos que geram produção eficiente.

Deste modo, centrais na visão do mundo laboral de *O monge* são as atitudes, os comportamentos do líder e dos comandados em interação pessoal e no âmbito local. Torna-se importante assim a exploração da “essência” subjetiva, a personalidade, o caráter de cada parte:

A real capacidade de liderança não fala da personalidade do líder, de suas poses ou carisma, mas fala muito de quem ele é como pessoa. Eu achava

que liderança era estilo, mas agora sei que liderança é essência, isto é, caráter (HUNTER, 2004, p. 128-129).

De fato, em sua proposta de líder servidor, Hunter (2004) propõe não apenas um conjunto de comportamentos e hábitos, ou seja, não apenas decisões sobre modos de agir, mas coloca ao homem também decisões que envolvem sobre quem ser. O texto ajuda a criar um “estilo de vida”, prescrevendo maneiras de se portar, se relacionar e determinadas rotinas a seguir, que envolvem, assim, não apenas escolhas de consumo, mas escolhas existenciais que contribuem para a constituição das novas subjetividades (GIDDENS, 2002).

Pois estas escolhas que se iniciam no âmbito do trabalho se expandem e englobam a vida do homem como um todo, constituindo assim um estilo de vida com um “conjunto de hábitos e orientações e, assim, tem uma certa unidade – importante para uma sensação da continuidade da segurança ontológica – que liga as opções num padrão mais ou menos ordenado” (GIDDENS, 2002, p. 80).

O texto de Hunter, como outros de gerência espiritual e similares, oscila paradoxalmente entre, de um lado, fornecer métodos para conduzir os negócios com lucratividade, e por outro, justificar tais métodos e valores. Entre a acumulação e a legitimação, esses textos criam possibilidades de apropriação convencional ou criativa por seus leitores. Nesta pesquisa focalizamos como o discurso de Hunter é ideologicamente investido, potencialmente contribuindo para a reprodução de identidades, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença dominantes.

Nesse sentido, o texto de Hunter, ao definir a gerência em termos de autodesenvolvimento moral e espiritual e ao limitar-se à esfera das relações interpessoais, parece reforçar as ideologias individualistas, que tendem a responsabilizar os indivíduos por mudanças em nível pessoal e coletivo. O aspecto potencialmente emancipador de seu discurso pode, assim, dar lugar à hegemonia e à opressão.

Ao analisarmos o livro *O Monge e o Executivo* observamos que o mesmo ilustra o modo como as transformações pós-fordianas da esfera produtiva são significadas numa nova ordem de discurso global que cria novos valores culturais sobre o trabalho e a gerência, e dissemina um modelo de homem e de trabalhador que privilegia o autogoverno, as habilidades relacionais, o empreendedorismo de si mesmo e uma valorização da subjetividade. Essas ideologias não se restringem ao

campo do trabalho, pelo contrário, elas colonizam diversas áreas da vida social, com consequências morais e existenciais profundas.

4.2 O discurso do autogoverno e da responsabilidade individual em *Seja líder de si mesmo*

Considerando a linguagem como parte irredutível do social e tendo em vista seus efeitos práticos, como ensina Fairclough (2003), ao analisarmos o texto *Seja líder de si mesmo: o maior desafio do ser humano* (Cury, 2004), buscamos observar possíveis efeitos ideológicos de seu discurso na manutenção ou instauração de relações de dominação. De acordo com a ADC, a linguagem é prática social, sendo importante, para esta perspectiva crítica, os investimentos ideológicos dos textos e seus efeitos sobre relações sociais, ações e interações, conhecimentos, crenças, atitudes, valores e identidades.

Augusto Cury é um dos principais autores de autoajuda do país, tendo sido publicado em mais de 60 países. Com 30 títulos publicados e mais de 18 milhões de livros vendidos somente no Brasil, ele se firma como um dos autores que mais vendem no território nacional, tendo sido considerado pela Folha de São Paulo o autor brasileiro mais lido da década. Entre seus *best-sellers* estão *Pais brilhantes, professores fascinantes* (2003), *Nunca desista de seus sonhos* (2004) e *Você é insubstituível* (2002), entre dezenas de outros que exploram os temas espirituais e motivacionais. Médico, psiquiatra, psicólogo e escritor, Cury alega ter desenvolvido uma teoria sobre o funcionamento da mente, a teoria da inteligência multifocal, que focaliza o “processo de construção do pensamento e formação de pensadores” e aborda a “natureza, a construção e a dinâmica da emoção e dos pensamentos” (CURY, *on line*).

Como afirma o autor em entrevistas, o estudo dessas temáticas e a carreira de escritor iniciaram após uma crise depressiva, ainda na juventude, quando então “usou a dor” para se “construir”. Sua compulsão de escrever estaria, assim, relacionada ao enfrentamento da depressão (TEIXEIRA, 2006).

Recusando o título de autor de autoajuda, Cury reivindica o reconhecimento público como cientista e teórico, o que tem gerado controvérsias e menosprezo da crítica acadêmica. Para a crítica, o livro *Inteligência Multifocal* (1998) não passa de uma impostura científica, uma coleção de ideias selecionadas de

outros cientistas, como o neurologista António Damásio, porém em versão empobrecida (TEIXEIRA, 2006).

De qualquer modo, a partir das ideias exploradas nessa e noutras obras, Cury criou uma escola e uma academia da inteligência, além de uma empresa que realiza palestras, cursos e treinamentos sobre o desenvolvimento da inteligência e da saúde emocional, além de propor técnicas para resgatar a qualidade de vida (CURY, *on line*, a).

Imodesto, Cury acredita que sua “teoria” tem escopo universal (e até mesmo qualidade “revolucionária”) para explicar fenômenos psíquicos e psicossociais. Acredita que, a partir da aplicação de suas formulações, os campos da Psicologia, Psiquiatria, Educação e Sociologia terão condições e ferramentas para compreender alguns “pilares” da história intrapsíquica arquivada na memória, da natureza dos pensamentos, do caos e da reorganização da energia psíquica, da formação do eu, da formação dos paradigmas culturais, da construção das relações sociais, da psicopedagogia da aprendizagem e da psicopatologia da hiperatividade, do autismo, da depressão, da síndrome do pânico, do Transtorno Obsessivo Compulsivo (TOC), das psicoses funcionais (CURY, *on line*, a).

Em seu livro *Seja líder de si mesmo* (2004), Cury explora a metáfora do teatro para tratar dos temas do autoconhecimento, do controle das emoções e autogoverno. Baseando-se em suas ideias sobre a mente, Cury defende a noção de liderança de si, apresentando técnicas para desenvolver a capacidade de governar nosso próprio mundo psíquico e, conseqüentemente, nos tornarmos pessoas felizes e de sucesso. O texto é retoricamente modelado a partir da polarização entre sujeito ativo (o ator principal) e o sujeito passivo (a plateia).

Numa edição de bolso com pouco mais de cem páginas, dividido em oito capítulos, além do prefácio e das considerações finais, e com uma linguagem simples e superficial, Cury cunha um discurso moralista, sustentando o autogoverno e a responsabilidade por si.

Apesar de defender o mundo psíquico como o meio e o fim de toda a constituição do homem - como a mais importante instância humana, a ser desenvolvida e aprimorada-, Cury enfatiza que sua teoria e suas técnicas não têm nada haver com as conhecidas mensagens de “pensamento positivo”. Seu objetivo é “fortalecer a liderança do ‘eu’, tirar o ser humano da condição de vítima de seu estresse, ansiedade ou angústia” e ajudá-lo a se tornar líder de si mesmo, isto é,

“forte na sua decisão, livre na sua emoção e sem traumas na sua memória” (DIAS, *on line*).

Nessa tarefa, propõe, entre outras, a técnica do duvidar, criticar, determinar (DCD) para “reeditar a memória” e “resgatar a liderança de nossos sentimentos” (Cury, 2004).

Enfatizando a importância de trabalhar e desenvolver a interioridade, Cury (2004, p. 8) defende que, para sermos pessoas realizadas, felizes, saudáveis e de sucesso, devemos nos tornar primeiramente “líderes do teatro de nossa mente”: “precisamos subir no palco e sermos os autores principais da nossa história”. Somente depois, podemos ser líderes no mundo exterior. Essa será a premissa a partir da qual o autor desenvolve todo o texto de *Seja líder de si mesmo*.

Cury (2004, p. 21) define o que seria o líder de si mesmo: “Ser ator principal significa refazer caminhos, reconhecer erros e aprender a deixar de ser aprisionado pelos pensamentos e emoções doentias”, ressaltando, assim, a ideologia do homem flexível e adaptável, que se refaz constantemente de acordo com as demandas da vida e da sociedade, sem deixar de ser humilde. Ser o protagonista da sua vida, ser ativo e autônomo é algo que pode ser adquirido, treinado.

E, mais uma vez enfatiza a importância da mente e sua superioridade em relação aos outros aspectos que nos constituem, numa relação de causa e efeito, onde quem se faz autor de sua própria história não é atingido e/ou influenciado pelo físico e social (“carga genética” e “ambiente”), pois,

Quando isso acontece, os que têm pais deprimidos poderão ser deprimidos. Os que foram traumatizados na infância serão adultos frustrados. Os obsessivos e os fóbicos não construirão vitórias. Os ansiosos, irritados, impulsivos e tímidos perpetuarão essas características (CURY, 2004, p. 23).

Assim, o autor argumenta como causas do sujeito passivo o não saber lidar com suas emoções e pensamentos, não conseguir administrar o mundo psíquico de forma correta. Ter um destino infeliz, doente, sem sucesso e ser submisso é consequência da falta de treinamento e conhecimento do mundo interior do homem. Por isso, os homens segundo Cury (2004, p. 30) “precisam ser treinados para ter proteção emocional, virar a mesa na sua mente e escrever sua própria história. Este livro objetiva contribuir para esse treinamento.” Segundo o autor, se houvesse esse treinamento na escola desde cedo não teríamos adultos frustrados, doentes, pacientes.

Usando a metáfora do teatro, constrói a polaridade sujeito ativo versus sujeito passivo, espectador versus protagonista, entre aquele que se torna o dono da própria vida e àquele que se deixa levar, não tendo controle da mesma. Descreve o modelo do protagonista/líder de si mesmo, Cury (2004, p. 36):

Era capaz de se colocar no lugar dos outros e perceber seus sentimentos e necessidades ocultos. Os amigos amavam estar na sua presença, os parentes gostavam de colocá-lo no centro das atenções. Ao mesmo tempo em que era afetivo e sensível, vivia a vida com aventura, era ousado, tinha grandes metas e grandes sonhos.

O discurso de Cury difunde que os grandes problemas e mazelas do mundo se deram pela falta de pró-atividade do homem, por ele não se colocar como o ator principal de sua vida, ser passivo diante da vida. Segundo Cury (2004, p. 65) “a humanidade gerou imensas plateias e poucos atores principais. Por isso, guerras foram deflagradas, sofrimentos perpetrados”. Explica então como a mente funciona a partir da sua teoria da Inteligência Multifocal e traz ensinamentos e técnicas para treinar a mente para tornar-se líder de si mesmo.

Colocando que a construção do pensamento é multifocal, Cury (2004) em sua teoria apresenta três instâncias ou “fenômenos inconscientes”, como ele mesmo argumenta, responsáveis pela criação do pensamento. Para o autor:

Não é apenas o *eu* que constrói cadeias de pensamento. Vimos que pensar é inevitável, pois há três outros fenômenos inconscientes que leem a memória e produzem milhares de pensamentos. São eles: o Gatilho da Memória, a Janela da Memória e o Autofluxo (CURY, 2004, p. 70).

Esses três fenômenos inconsciente – os atores coadjuvantes da mente-dominam nosso pensamento se nós não tivermos o controle e não governarmos nossa mente. Nesse caso a pessoa deixou de ser ator principal e passou a ser passivo diante dos atores coadjuvantes. Segundo Cury (2004), os pensamentos das crianças são produzidos por esses atores coadjuvantes, pois o *eu* da criança ainda não está formado e, conseqüentemente prepara o alicerce para que o eu amadureça e se torne o ator principal.

Aproximando e envolvendo o leitor, o discurso de *Seja líder de si mesmo* o interpela, questiona e o convoca a enfrentar as limitações que sua mente ansiosa e passiva lhe imputa. Incita o leitor a responsabilizar-se por sua mudança, a ser alcançada com o domínio de si. Um exemplo é quando o narrador pede que o leitor

imagine ser vítima de um assalto violento em que, posteriormente, descobre que o ladrão é frágil e sua arma é falsa.

Segundo Cury (2004, p. 27):

A maioria não reage ao ver sua preciosa tranquilidade e segurança espancadas, roubadas, machucadas. Tem um *eu* tímido e frágil. Infelizmente, aprendemos a ser submissos em nossa mente. Milhões de crianças e adultos adoecem psiquicamente por causa disso. Se os ensinamentos deste livro estivessem na pauta das escolas, creio que muitos psiquiatras iriam tornar-se poetas e músicos. Não teriam pacientes. *Você se considera uma pessoa submissa ou um líder?*

A alegoria ajuda o leitor a identificar as situações de angústia cotidianas em que se encontra e a ver no texto uma fonte de amparo psíquico. Como livro de autoajuda, o texto têm o objetivo de auxiliar seu leitor a lidar com as dificuldades diárias, a amenizar o sofrimento e estimular a resiliência frente aos obstáculos. As perguntas dirigidas ao leitor, a predileção pelo discurso indireto livre, a exploração de metáforas, alegorias e outras figuras de linguagem funcionam como estratégias retóricas para aproximar e persuadir o leitor, personalizando um texto cujo conteúdo de base é genérico e descontextualizado. E Cury (2004, p.57), diz:

Você tinha prometido a si mesmo que seria mais tranquilo, não levaria problemas para casa, teria mais sonhos, veria mais flores, abraçaria mais, faria da vida uma festa. Mas não cumpriu suas promessas. Por isso concluiu que não poderia culpar ninguém por suas falhas. Tinha de assumi-las com honestidade. Também concluiu que não adiantava se remoer de culpa, tinha de compreender as suas limitações e aprender a corrigir suas rotas. Mas como fazer isto? Será que não era melhor ficar na plateia do que falhar no palco? Será que vale a pena correr riscos? Você tinha adiado muitas decisões na sua vida. Chegara a hora de decidir! Mas que atitudes tomar?

Com efeito, como afirma Bertuolo (2011, p. 86):

As estratégias se constituem em recursos linguísticos importantes no envolvimento do leitor à medida que geram sentidos, o autor indica, mas cabe ao leitor atribuir significados. Essas operações e movimentos linguísticos fazem o leitor tornar-se ativo no processo de comunicação à medida que o texto fala para ele e com ele e cabe ao sujeito leitor conferir vida ao texto a partir destas estratégias presentes no texto.

Os ensinamentos do texto não se dirigem a pessoas distantes e anônimas em sentido estrito, mas almejam a criação de afinidade, intimidade e confiança. O discurso tem o efeito de conversa ou aconselhamento pessoal, onde o autor parece atender as necessidades daquele leitor em particular, referido quase sempre como

“você”. Desta forma, o texto quebra a formalidade e a distância entre autor e leitor e segue estreitando os laços entre ambos.

A criação de uma relação de confiança e confiança entre autor e leitor também é buscada quando o autor se coloca no próprio texto, trazendo exemplos de sua vida e/ou sua própria história: “Neste livro, gostaria de compartilhar com vocês as respostas que encontrei como psiquiatra e pesquisador da psicologia para as perguntas sobre o teatro da mente humana” (CURY, 2004, p. 8).

Afinal, os livros de autoajuda visam fornecer orientações e conselhos convenientes aos leitores de forma que possam apropriar-se desses como verdades e balizas para sua vida. De fato, a leitura destes livros configura “o estabelecimento de um contrato para a construção de novo jeito de agir, pensar e atuar. Uma vez que o leitor de autoajuda está em busca de socorro, o texto lido desperta uma nova postura no “terreno” social” (BERTUOLO, 2011, p. 89).

O texto de Cury em análise apresenta uma estratégia textual muito presente nos manuais de autoajuda e que é destacada por Bertuolo (2011, p. 87): “Dizer ao leitor que ele tem uma força maior que qualquer obstáculo”. O livro de autoajuda fornece o modelo de ação e seu modo de execução, pedagogicamente apresentando exemplos bem sucedidos para ser um líder, educar bem os filhos, curar um câncer, conseguir um marido rico etc.

Para que tais metas sejam alcançadas - nas condições e contextos de leitores diferentes - é o próprio leitor que deve assumir a responsabilidade de interpretar e aplicar as prescrições desses manuais. No texto de Cury, como noutros livros de autoajuda, apelar para a autorresponsabilidade do leitor na interpretação dos ensinamentos é dispô-lo como “autor de sua história”.

O texto de Cury corrobora com a ideologia moderna do homem como centro do mundo e protagonista de sua história. Valores como a autonomia, a compreensão de que o homem é livre e senhor de si mesmo e capaz de mudar sua própria história – um dos pilares do projeto civilizatório moderno – são resignificados e investidos ideologicamente nas atuais práticas discursivas que sustentam a nova ordem social.

No cotidiano, nos programas de TV, nos manuais de autoajuda e outros dispositivos pedagógicos dissemina-se que a autoria da própria vida é, em última instância, fruto da ação individual, de força de vontade da pessoa e de sua disposição para enfrentamento dos obstáculos, especialmente aqueles próprios à sua psique. Tais

crenças e valores são popularizados como verdades inquestionáveis e tornam-se metas biográficas. Servem de exemplo de vida, portanto, os resilientes e bem-sucedidos jovens gênios da informática, com seus impérios bilionários, líderes religiosos, grandes empreendedores, “gurus” da autoajuda, em geral, pessoas que saíram de uma condição adversa e “mudaram” sua história. O empreendedorismo de si mesmo e o autoconhecimento passam a sustentar os discursos que mediam a constituição do sujeito contemporâneo.

Reconhecido como protagonista de sua vida, o sujeito hoje é convocado a construir-se, a escolher entre alternativas biográficas, apropriar-se de certos conhecimentos e adotar certos estilos e discursos. O projeto reflexivo do eu (GIDDENS, 2002) emerge no seio de práticas sociais e discursivas que ajudam a reproduzir falsas noções de autonomia, liberdade e individualidade. Ao contrário, na vida contemporânea, vemos expandirem-se os espaços de heteronomia, sujeição e hiperindividualismo. Não por acaso, o autogoverno apresenta-se como das ideologias disseminadas na cultura contemporânea, fazendo parte de uma grande indústria da autoajuda que engloba os livros aqui analisados.

O discurso do “líder de si mesmo”, explorado no texto de Cury (2004), mas também noutros manuais de autoajuda, propaga o sujeito da sociedade atual como protagonista de sua biografia, como ser ativo, “sensível”, espiritual, sempre pronto para mudar os rumos de sua história. Longe dos moldes nietzschianos, o discurso do líder de si cria um “super-homem” que tem poder de se fazer e tornar-se quem desejar através do domínio de sua própria mente e do aprimoramento da sua interioridade.

Pensar sobre nossa vida e sobre nós mesmos, fazer escolhas e tomar decisões com base em nossos pensamentos e concepções, ou seja, ter uma experiência subjetiva de agência pessoal para nós é muito natural, chegando a ser quase impossível não imaginar que existe uma esfera da realidade que é só nossa, que nos torne únicos e singulares. Mas, esse pensamento nem sempre foi a regra e a experiência de sermos sujeitos portadores de uma interioridade profunda, e capazes de decisões privadas só se desenvolve numa determinada conjuntura social e histórica. Ademais, é só a partir da experiência da subjetividade privatizada e de sua crise que o interesse em conhecer o psicológico passa a existir (FIGUEIREDO, 2002, FIGUEIREDO; SANTI, 2010).

O campo fértil para que surja a “subjetividade privada” começa a se configurar na passagem da pré-modernidade para a modernidade, criando um ambiente onde o homem passa a se questionar sobre o que seria certo ou errado e a recorrer aos seus sentimentos para tomar decisões por si mesmo sem o apoio da sociedade. E, esse movimento de interiorização vai se intensificando e se tornando comum em toda a sociedade, podendo ser observado nas manifestações populares, no campo das artes e com expressões cada vez mais individualizadas na pintura, com o surgimento do gênero “tragédia”, e da poesia lírica onde o poeta expressa desejos e sentimentos particulares (FIGUEIREDO; SANTI, 2010).

Quando as pessoas percebem que não são tão livres e singulares quanto imaginavam, a experiência subjetiva entra em crise. Junto com os questionamentos existenciais que a experiência subjetiva individualizada traz, e com a necessidade de saber quem somos e porque agimos de um forma ou de outra, surge também a necessidade de a sociedade produzir meios para ajudar a produzir sujeitos adaptados ao autogoverno e à responsabilização de si.

Segundo Figueiredo e Santi (2010, p. 50-51):

Em todas essas questões se expressa um reconhecimento de que existe um sujeito individual e a esperança de que é possível padronizá-lo segundo uma disciplina, normalizá-lo, colocá-lo enfim, a serviço da ordem social. Surge desse modo a demanda por uma psicologia aplicada, principalmente nos campos da educação e do trabalho.

E, a partir de uma demanda social por uma ciência do comportamento humano, da alma, surge não só a ciência psicológica, mas diversos outros saberes e discursos que vão se autorizar a falar da psique humana. E, com isso, surgem também práticas e instrumentos para intervir psicologicamente, abrindo com isso um espaço e um campo fértil onde o discurso híbrido encontrado nos livros de autoajuda vai se assentar.

Esse tipo de livro propõe então auxiliar a pessoa nas mais diversas problemáticas do seu cotidiano: saúde, amor, espiritualidade, vida financeira. Pois, ao se tornar um indivíduo que pode e deve dizer de si mesmo a partir de referências internas, surge também a necessidade de se criar modos, meios e instrumentos para controlar, desenvolver e aperfeiçoar essa interioridade a partir das demandas sociais.

Sempre ressaltando sua posição de profissional especializado nas questões humanas – e não apenas um autor do segmento da autoajuda - e promovendo sua

“teoria” como conhecimento científico inédito e de grande alcance, Cury (2004) prescreve a figura do líder de si mesmo (metaforicamente, o “ator principal”) como a postura “correta” do ser humano diante da vida. Com isso, o autogoverno é prescrito como modo de ser legítimo e apropriado às atuais demandas e desafios da vida em sociedade.

Conhecer-se e saber seu potencial, ter espírito empreendedor, ser capaz de farejar oportunidades, ser hábil para criar e manter relacionamentos, saber se vender, são alguns dos grandes pilares do mundo do trabalho atual, que exigem o monitoramento de certas inclinações, qualidades e limitações pessoais, aliás, temas centrais da autoajuda. Basta entrar na internet e procurar sobre mercado de trabalho e empreendedorismo para surgirem dezenas de sites, oportunidades de cursos, palestras e produtos como livros, CDs e DVDs prontos a lhe auxiliar na difícil tarefa de acompanhar o atual cenário profissional. Mais que isso, em lhe auxiliar a tocar sua vida, a viver os desafios do trabalho e da esfera privada de uma maneira mais correta e saudável. Ideias estas que são amparadas por um discurso pseudo-psicológico e pseudo-científico.

O sistema capitalista trouxe consigo a exigência de determinados hábitos, costumes, ideias e atitudes para sua manutenção que criam certo modelo de indivíduo e de subjetividade adequado às normas e organização desse modo de produção. O ser humano passa a ser regido pelas leis do mercado e por um conjunto de ideologias favoráveis ao modo capitalista que funcionam como aparatos de regulação e dominação.

Nesse sentido, tais aparatos, ao tornarem o ser humano mais funcional, técnico e psicologizado servem às demandas do trabalho assalariado e à reprodução da ordem capitalista. Mais especificamente, a prescrição atual para o trabalhador tornar-se responsável por sua própria empregabilidade e sucesso profissional é parte integrante do novo espírito do capitalismo e convém à sustentação da nova ordem social. De fato, as novas formas de trabalho no atual estágio do capitalismo associam-se a novas formas de subjetivação, exigindo modos renovados de agir e de ser.

A regulação do trabalhador às novas tecnologias e organização do trabalho, às transformações das políticas trabalhistas, aos novos ritmos de trabalho, estruturas e modelos laborais, favorecem a produção de certo tipo de sujeito e trabalhador, em particular, inspirado pelo modelo do empresário. Com isso, “El

trabajo se convierte, así, en un asunto estrictamente personal, en una actividad empresarial, en la que el trabajador se transforma, paradójicamente, en empresario: un empresario de sí mismo” (CRESPO; SERRANO, 2011, p. 248).

Aprender a ser empresário de si mesmo, o “líder de si mesmo”, torna-se essencial numa sociedade e, principalmente, num modelo de produção capitalista que passa a ser investido subjetivamente. O discurso do “líder de si mesmo” coincide com uma tendência crescente de reforçar a responsabilidade do sujeito sobre si mesmo, na qual cada pessoa teria que organizar de forma autônoma seu próprio projeto de vida e atuar por si mesma.

Como o texto de Cury (2004) ensina, ter uma posição ativa perante a vida e ser o protagonista de sua história “só depende de você”. Definindo e censurando o sujeito passivo mediante a metáfora teatral, o espectador (ou seja, o indivíduo que ocupa apenas a plateia) é retratado como aquele que deixou de ser criativo, perseverante e sonhador, parou de aproveitar as pequenas coisas da vida, de cultivar as amizades e passou a imputar a outros e às circunstâncias externas seus problemas e erros.

Esse personagem fictício é caricaturalmente construído como alguém que sempre reclama, está cansado e não agradece a Deus pelo “espetáculo da vida”. A retórica textual leva à culpabilização do próprio sujeito e ao apelo para que esse (e também o leitor) deixe essa posição passiva. O sujeito é, então, convocado a transformar seu interior e modificar sua postura.

Olhou em torno tentando procurar outros culpados. Culpou seus íntimos, a incompreensão das pessoas, a economia do país. Mas, no fundo, você sabia que seus argumentos eram desculpas. Você sabia que se tornara submisso às suas decepções e problemas emocionais e sociais. Projetava nos outros suas falhas (CURY, 2004, p. 53).

Se você deseja ser apaixonado pela sua vida, faça-lhe um grande favor: não seja mais tímido e passivo diante dos seus próprios ataques de raiva, irritabilidade, de seus pensamentos negativos. Peça desculpa se errou. Não brigue com os outros, não os culpe, não discuta. Nossa luta real é interior e silenciosa: no anfiteatro da nossa mente (CURY, 2004, p. 109).

Ser líder de si mesmo é abordado no texto de Cury (2004) como algo da ordem da natureza, algo que faz parte de nossa essência, mas que vamos perdendo ao longo da socialização, dando lugar ao nocivo hábito da passividade. O autor vem então ensinar a como recuperar a agência e autonomia perdidas no meio do caminho e faz isso a partir de uma teoria de funcionamento da mente e de técnicas mentais

que levariam o sujeito a recuperar o domínio sobre a própria vida. Através da repetição e do compromisso com as técnicas e a teoria difundidas, o leitor é solicitado a criar novos hábitos que levam à autoconfiança, ao domínio dos medos e ao protagonismo. Esse modelo de homem que enfrenta a danosa passividade adquirida serve não apenas para o mundo do trabalho, mas para toda a sua vida.

A tendência de transformar questões sociais em realidades pessoais de foro privado tem-se intensificado, tornando-se uma característica fundamental na sociedade contemporânea e no novo modo de produção capitalista. Crespo e Serrano (2011) nomeiam esse processo de psicologização, considerando-o uma tecnologia social orientada para a produção de subjetividades, por meio da qual problemas sociais são transformados em problemas pessoais mediante conceitos e explicações de matiz psicológico individual.

Com isso, o sujeito passa a ser o objeto de intervenção não só do sistema capitalista, mas das políticas públicas em geral. Isso se reforça na medida em que a nova moralidade não se fundamenta mais na autoridade divina, como nas sociedades tradicionais, mas sim, nas ciências, especialmente nas ciências sociais que se tornam fonte de discursos morais. Essas adotam um discurso psicológico de viés individualista que propaga que o sujeito pode e deve intervir sobre si mesmo. Segundo Crespo e Serrano (2011, p. 250):

En el caso de la psicologización, las explicaciones de las situaciones y la atribución de responsabilidades se desplaza de las instituciones (mercado, Estado, etc.) a las personas individuales, recurriendo a un discurso de corte psicológico o, para ser más exactos, pseudo-psicológico, ya que la psicología no es necesariamente una ciencia individualista. La doxa psicologizante se caracteriza por el recurso a un modelo de sujeto individualista y por una configuración como tecnología moral y política, como una tecnología de interpelación, productora de sujetos, de auto-demandas y de atribución de responsabilidades.

Neste cenário, onde a lógica passa a ser a lógica interior, o discurso psicológico (ou pseudo-psicológico) invade todas as relações do sujeito, transformando realidades de ordem coletiva, institucional, econômica e política em questões da ordem do psiquismo. Tal lógica também difunde que os problemas humanos devem ser fundamentalmente enfrentados e resolvidos pela via da subjetividade. É o autogoverno tornando-se a resposta soberana para todas as nossas questões.

De fato, como o discurso de autoajuda de Cury enfatiza, ser sujeito, ser cidadão é ser o “protagonista de sua história”, por isso, o maior desafio do homem não é conquistar o mundo exterior, mas sim, o mundo interior, ser o senhor de si mesmo. Nesse discurso, colocar a culpa na falta de condições e políticas sociais ou no modo como se estrutura a sociedade ou o mercado é não assumir sua própria história, é ser passivo diante da vida. Essa estratégia discursiva implica silenciar sobre aspectos importantes, especialmente de ordem econômica e política, que condicionam os sucessos e fracassos nas biografias.

Diversas tecnologias surgem recentemente para estabelecer a obrigação do governo de si mesmo. Para Crespo e Serrano (2011), a passividade passa a ser condenada, chegando a ser considerada uma “patologia moral”. Deste modo, a ênfase recai no imperativo do autogoverno, onde o sujeito toma a si próprio como objeto de intervenção e cuidado.

Segundo Crespo e Serrano (2011, p. 250):

La psicologización implica no sólo un modelo de sujeto sino una práctica discursiva que lo constituye y lo legitima. La práctica discursiva que va conformando un proceso de disciplinamiento moral está construida como um sistema de explicaciones, cuyo centro es la atribución de causalidad por los acontecimientos que se viven o se padecen, y que conforma un saber no cuestionado.

No mundo do trabalho, a psicologização torna-se fundamental para sua organização e estruturação. Atreladas à construção de um tipo de trabalhador flexível e polivalente, sempre disposto a se qualificar e desenvolver habilidades tidas como adequadas às mudanças de interesses do capital, várias estratégias de individualização emergem, fazendo com o que o sujeito se torne cada vez mais isolado e vulnerável.

Cria-se então a ideia do homem ativo, do empreendedor de si mesmo, que Cury (2004) vai denominar de “líder de si mesmo”: é o indivíduo apto às rápidas mudanças que se processam no mundo, especialmente no âmbito de um mundo de trabalho intensamente afetado pela lógica da flexibilização produtiva.

Imersas na instabilidade característica das novas formas flexíveis de emprego e guiadas por políticas neoliberais, as trajetórias profissionais - antes lineares, estruturadas em cargos e carreiras e com direitos bem definidos que sinalizavam o futuro no longo prazo - tornam-se empreendimentos imprevisíveis e

arriscados: risco de perder o emprego, de não possuir qualificações exigidas, de perder o poder de consumo, etc.

Desse modo, não é de se admirar que a figura do empreendedor de si mesmo esteja baseada na ideia de responsabilização dos trabalhadores. Mas, essa ideia não se restringe ao âmbito do trabalho, ela se prolonga para toda a vida do sujeito, sendo comum a construção de discursos educativos, sociais, científicos e culturais que a sustentam. É assim que a responsabilidade recai sobre os bem sucedidos e sobre os fracassados.

De um lado, exalta-se a pessoa que vence um contexto difícil e cuja história superou as expectativas criadas por suas condições sociais, atribuindo essa superação à sua própria capacidade e esforço. Esse se torna exemplo de alguém ativo, que mudou sua vida, modelo de “sucesso” a imitar.

De outro lado, também se responsabiliza a pessoa cuja história não teve final semelhante e cujos sinais de “fracasso” são incomodamente visíveis: desemprego, trabalho temporário e precário, pessoas sem teto, mendigos... Esses também tendem a ser responsabilizados por seu destino desfavorável: passivos diante da vida, inflexíveis, incapazes de adaptar-se às novas demandas, de tornarem-se autores de sua própria história, de mudarem o jogo.

Como Bauman (2007, p. 17) afirma, ser indivíduo hoje significa ser responsável por seus próprios méritos e fracassos e,

para se livrar do embaraço de ser deixado para trás, de ficar preso a algo com o qual ninguém mais quer ser visto, de ser pego cochilando e de perder o trem do progresso em vez de viajar nele, você deve ter em mente que é da natureza das coisas exigir vigilância, não lealdade.

Assim, no bojo das novas regras impostas pelo mercado de trabalho, especialmente a partir da última década do século XX, é do sujeito a responsabilidade por sua condição de vida, sua empregabilidade, seu poder de consumo, sua permanência ou não no emprego, sua situação material.

As ideias de responsabilidade do sujeito e do autogoverno podem ser entendidas como parte de uma mesma construção discursiva que tenta se impor como solução ao quadro atual de incerteza e insegurança social oriundo da reestruturação produtiva do capital. No cerne dessa construção discursiva está o projeto de um novo indivíduo, polivalente, flexível, adaptável diante das constantes mudanças, com

liberdade de escolha e que se perceba como o único responsável por sua existência, o “líder de si mesmo”.

Assim, as atitudes do trabalhador, em particular quanto à sua autonomia e pró-atividade, passam a ser objeto de intervenção, tornando-se o próprio sujeito o problema e/ou causa do problema (de sua situação de miséria, desemprego, exclusão social, etc.): “El nuevo objeto de intervención pasa a ser el sujeto inactivo, convertido discursivamente en pasivo y el problema a combatir, el riesgo de dependência” (CRESPO; SERRANO, 2011, p. 259).

A capacidade de relacionamento interpessoal e de comunicação e, conseqüentemente de trabalhar em equipe, tida na sociedade atual como característica essencial para o sujeito e, principalmente para o trabalhador, aparecem no discurso de Cury (2004) como fundamentais na construção do líder de si mesmo. As emoções e relações, assim como a motivação e a autoestima devem ser monitoradas e desenvolvidas, de modo a amparar os processos de autogestão, empreendedorismo e da nova gerência mais humanizada.

Para Crespo e Pascual (2012, p. 44):

Este tipo de discurso es hegemónico en el campo del management, y está sustentado en conceptos de origen psicológico. En el caso de las políticas sociales orientadas, en principio, a la protección de los trabajadores ante la eventualidad del desempleo, se ha producido un deslizamiento desde un discurso fundado en la noción de derechos a otro basado en la idea de obligación moral, pero esta obligación toma sentido como discurso de la realización psicológica, en el que la actividad es el bien y, sobre todo, la pasividad es el mal absoluto.

O discurso do “líder de si mesmo” no texto de Cury se assemelha ao modelo de trabalhador que passa a ser exigido a partir da reestruturação produtiva do capitalismo e na organização toyotista: a valorização do conhecimento emocional e não apenas técnico, a flexibilidade, a criatividade, a capacidade para relacionar-se e manter conexões. Com um discurso que pretende ser inovador e inédito, Cury, na verdade, autentica a ideologia defendida pelo capitalismo pós-industrial de acumulação flexível, sem que o texto trate diretamente do mundo do trabalho.

De fato, o movimento crescente em direção ao autogoverno (para o qual contribuem os manuais de autoajuda) atribui ao indivíduo a resolução de problemas sociais antes assumidos pelo Estado. No Estado que substitui o Bem Estar Social, emergem novas formas de controle dos indivíduos e populações, que promovem a autorregulação.

A forma como as pessoas se deixam conduzir pelas emoções, sua inabilidade nos relacionamentos, sua negligência dos próprios sentimentos, a baixa autoestima, enfim, a falta de cuidado e cultivo da vida interior são abordadas como a problemática central do homem atual e uma barreira para a “liderança” de si.

Assim, o texto de Cury propõe capacitar os leitores a conhecer e enfrentar os empecilhos resultantes de um funcionamento inadequado da mente e das emoções, mediante técnicas de treinamento de si: “O *eu* tem que ser treinado para ter um papel de líder na construção da nossa personalidade. Se não aprendermos a ser líderes, o que ocorrerá? Podemos ser vítimas do ambiente, dos nossos conflitos e da carga genética”. (CURY, 2004, p. 22).

Nesse sentido, a retórica de *Seja líder de si mesmo* afina-se com a de outros manuais de autoajuda em seu tom prescritivo, moralizante e simplista. Por meio de exemplos pueris, ensina o que é importante e o que é certo, quais valores devem ser abraçados e que estilos de vida devem ser seguidos. Admirar cantores e celebridades é censurado como algo vazio, que não fornece modelos dignificantes e que pode ter efeitos danosos para a autoestima: “Supervalorizar uma minoria de intelectuais, artistas, políticos e empresários pode ser tão traumático quanto discriminar. Quando discriminamos os outros, nós os diminuimos. Quando os supervalorizamos, diminuimos a nós mesmos” (CURY, 2004, p. 15).

Ironicamente, o próprio Cury ocupa um lugar de celebridade supervalorizada, como “guru” de autoajuda que leva centenas de pessoas a comprarem seus livros e assistirem suas palestras de motivação.

Como é usual em discursos de autoajuda, Cury insiste nas teses igualitárias e universais acerca das capacidades intelectuais e da “grandeza” de todos os seres humanos. Rejeitando o mundo segregado da fama e status social e as diferenças socialmente estabelecidas, afirma que, para a ciência, todos somos “igualmente complexos e dignos” (CURY, 2004, p. 13).

Seu texto assume a tese de neutralidade da ciência e oculta seus vieses e parcialidades, na tentativa de igualar todas as pessoas na dimensão cognitiva. Com isso, impõe a igualdade entre homens como uma verdade naturalizada, num discurso reducionista e simplista sobre os problemas sociais e políticos que fundamentam grande parte dos dilemas pessoais.

Cury (2004) dispõe o mundo psíquico como a parte mais importante do humano, caindo num dualismo mente-corpo próximo ao de Descartes, ao falar do

indivíduo de forma repartida e ao valorizar o intelecto em detrimento do homem total. Recusando valores materiais a favor do aperfeiçoamento espiritual e do controle emocional, defende que a equação ricos/pobres pode ser refeita uma vez que esses obtenham domínio de si.

Para o autor, é no mundo psíquico que os homens se igualam, onde os pobres podem ser mais ricos do que os efetivamente ricos e onde os subjugados podem ser mais poderosos:

Há muitos miseráveis no território da emoção andando em carros luxuosos, usando joias caras, roupas de marca e saindo nas colunas sociais. Os verdadeiramente ricos fazem muito do pouco, extraem prazer das coisas simples. Os ricos não são os que têm posses, mas o que alargam as fronteiras da sua emoção e têm autocontrole (CURY, 2004, p. 17).

Num discurso acrítico que ignora as questões sociais e o contexto de luta e poder dos assuntos humanos, o texto de Cury pode contribuir para o conformismo e a submissão, apesar de insistir na autonomia e no potencial transformador de cada um. Ao centrar a transformação no plano pessoal e da interioridade - no poder da mente como aquilo que importa e que precisa ser buscado (pois o resto vem com isso) – desloca a reflexão do leitor para longe do contexto econômico e político do capitalismo global e dos seus efeitos nefastos na vida cotidiana e na própria subjetividade.

O texto emudece sobre as articulações macrossociais e trata simplistamente da cultura do individualismo moderno (como algo que resulta de escolhas individuais). Cercando o leitor na busca de capturá-lo, a opção são as fórmulas breves e eficientes: “a felicidade não se compra” e “o que importa da vida é o que você é”. E também as polarizações “certo/errado”: “Uma emoção doente é instável, mal-humorada, negativista, desprotegida e ansiosa. [...] Uma emoção saudável é estável, motivada, protegida, alegre, tranquila e capaz de superar os inevitáveis períodos de ansiedade” (CURY, 2004, p. 18).

No último capítulo de seu livro, Cury (2004, p. 98) focaliza duas técnicas, o duvidar, criticar, determinar (DCD) e a “mesa-redonda do eu”, que supostamente alicerçam a capacidade de gerenciar pensamentos e emoções para sermos “líderes do palco da nossa mente”.

Ambas são anunciadas como ferramentas para o autogoverno. Para fins de criação de um eu mais autônomo e automotivado, Cury dá a receita e avalia: “Após

seis meses de prática dessa técnica, a qualidade de vida dá um salto, e nos tornamos mais alegres, simples, tranquilos, seguros, autoconfiantes” (CURY, 2004, p. 105).

Entendendo o discurso como parte da maneira como representamos, agimos, interagimos e identificamos aspectos do mundo, dos outros e de nós mesmos, a ADC se preocupa com os efeitos ideológicos que os textos podem ter sobre os conhecimentos, identidades, relações sociais, ações e interações.

O texto tem implicações ideológicas ao criar a necessidade e obrigatoriedade do sujeito governar seu mundo interior para ser um homem feliz, sábio, saudável e bem sucedido. Com esse discurso, o texto de Cury representa a vida como um conjunto de escolhas do homem, como um mundo feito pelo homem- cada um constrói a história de sua vida, a partir do personagem que escolhe interpretar no teatro da vida.

Em termos do significado acional, na perspectiva da ADC, o texto de Cury configura-se como uma mescla de gêneros textuais – psicológico, espiritual-religioso – que contribui para naturalizar e legitimar suas afirmações como verdades universais.

A ideologia do autogoverno torna-se um aliado poderoso na internalização das metas e objetivos da empresa, ao mesmo tempo em que aumenta as exigências sobre o homem trabalhador. Como Nardi (2006, p. 65) afirma:

O novo modelo propõe a troca da segurança pelo risco, com o benefício da autonomia no trabalho, entretanto, ele não se sustenta através do compromisso dos trabalhadores com a empresa, mas sim pela via do medo do desemprego e da precarização.

Com uma linguagem superficial e sem embasamento teórico consistente, o texto de Cury não se configura e nem pretende ser crítico e, muito menos, suscita a reflexividade de seus leitores. Disseminando certas representações do mundo como verdadeiras e prescrevendo certos estilos de vida, contribui, assim, para sustentar desigualdades e manter relações de dominação.

Como ensinam Ramalho e Resende (2011, p. 26), “os sentidos veiculados em textos são classificados como ideológicos apenas se servem à universalização de interesses particulares projetados para estabelecer e sustentar relações de dominação”.

Com base na abordagem crítica de ideologia de Thompson (1995), onde se sugerem cinco modos gerais de operação da ideologia, a saber, legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação.

Identificamos no texto de Cury principalmente dois modos preferenciais: a legitimação, que “consiste em um modo de representar relações de dominação como sendo justas e dignas de apoio” e a universalização, que “diz respeito à estratégia de difundir, disseminar representações particulares como se fosse de interesse geral, universal” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 28-29).

Esses modos configuram-se estratégias de construção simbólica, estruturando a ideologia do “líder de si mesmo” proposta pelo autor.

Na universalização, segundo Thompson (1995, p. 83) “acordos institucionais que servem aos interesses de alguns indivíduos são apresentados como servindo aos interesses de todos”. O texto de Cury adota essa estratégia, institucionalizando um tipo de sujeito como sendo o ideal - o líder de si mesmo.

O título do livro já resume toda a argumentação e objetivo do mesmo sem precisar lê-lo. E, ao fazê-lo você não encontrará argumentação maior do que o próprio imperativo que nomeia o livro: “seja líder de si mesmo”. Com metáforas, exemplos, depoimentos do próprio autor e diversas técnicas funcionais, o livro se propõe a trazer um conhecimento novo, que superaria o que a psiquiatria e psicologia já fizeram até hoje. E o que seria esse conhecimento maior e fundamental para a vida até então desconhecido e/ou pouco explorado? “A falta de conhecimento sobre o teatro da mente humana é gritante. Por isso, apesar de vivermos em sociedades livres, há mais escravos hoje do que no passado. Só que o cárcere é interior” (CURY, 2004, p. 123).

Outro modo de operação da ideologia encontrado no texto de Cury é a dissimulação, onde

relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas pelo fato de serem ocultadas, negadas ou obscurecidas, ou pelo fato de serem representadas de uma maneira que desvia nossa atenção, ou passa por cima de relações e processos existentes (THOMPSON, 1995, p. 83).

Esses efeitos são obtidos principalmente com recorrendo-se à construção simbólica do tropo, “o uso figurativo da linguagem”, especificamente mediante a metáfora teatral que permeia todo o livro (THOMPSON, 1995, p. 84). Como dito

antes, é a metáfora teatral que ampara sua teoria de funcionamento e do controle da mente:

A metáfora implica a aplicação de um termo ou frase a um objeto ou ação à qual ele, literalmente, não pode ser aplicado. Expressões metafóricas levantam uma tensão dentro de uma sentença, através da combinação de termos extraídos de campos semânticos diferentes, tensão essa que, se bem sucedida, gera um sentido novo e duradouro. A metáfora pode dissimular relações sociais através de sua representação, ou da representação de indivíduos e grupos nelas implicados, como possuidores de características que elas, literalmente, não possuem, acentuando, com isso, certas características às custas de outras e impondo sobre elas um sentido positivo ou negativo (THOMPSON, 1995, p. 85).

Com a linguagem figurativa, Cury (2004, p. 47-49) cria dois modelos antagônicos de sujeito, o autor e o telespectador, descrevendo e exemplificando o que é próprio de cada um, e conclamando esforços na direção do “autor”. O modelo do espectador, o modelo a ser rejeitado, é apresentado como “um personagem intolerante, que ficava irritado por tolices, perdia a paciência com facilidade” que “nunca tinha feito um seguro emocional, nunca tinha pensado que deveria proteger e acariciar a sua própria emoção”.

Já o modelo do protagonista, que ilustra o caminho que deve ser seguido, exhibe alguém que “mostrava gentileza com as crianças, amabilidade com os idosos e sensibilidade com os amigos”, “ao mesmo tempo em que era afetivo e sensível, vivia a vida com aventura, era ousado, tinha grandes metas e grandes sonhos” (CURY, 2004, p. 35-36).

Todo texto é construído particularmente a partir e com influências de outros textos. Fairclough (2008, p. 134) chama de intertextualidade justamente essa característica: “como os textos e os enunciados são moldados por textos anteriores aos quais eles estão ‘respondendo’ e por textos subsequentes que eles ‘antecipam’”.

A intertextualidade, portanto, implica na inserção da sociedade e do passado em um texto. Assim, todo texto possui, mesmo que implicitamente, relação com o passado, presente e futuro, criando relações de proximidade e/ou afastamento com determinados discursos, construindo relações de poder e moldando estruturas e práticas sociais.

O texto de Cury faz conexões com diversas áreas – psiquiatria, psicologia, espiritualismo - e, mesmo que apenas superficialmente trabalhados, essas matrizes discursivas servem para costurar e formatar suas ideias, compondo a

intertextualidade do texto. Embora não claramente, o texto de Cury dialoga com a teoria da inteligência emocional de Daniel Goleman (1996) que formula o conceito da inteligência emocional como relacionada a habilidades tais como motivar a si mesmo, persistir mediante frustrações, controlar impulsos, motivar pessoas.

Cury mescla seu discurso com vários outros discursos, inclusive de outras obras suas- a bibliografia do livro é composta apenas por obras de sua autoria-, criando, performaticamente, uma representação de sua teoria da liderança de si. Uma forma de intertextualidade utilizada no texto é a representação do discurso, “na qual partes de outros textos são incorporadas a um texto e explicitamente marcadas como tal, com recursos, como aspas e orações relatadas” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 139-140).

No texto, um exemplo pode ser observado quando o autor traz um testemunho de uma leitora: “Disse com convicção: ‘Descobri, com a leitura dos seus livros, que todos temos problemas, uns mais, outros menos, mas só não muda sua história quem está morto [...]’” (CURY, 2004, p. 117).

O discurso direto serve assim como evidência de que suas teorias e técnicas funcionam. Por vezes ele próprio faz esta afirmação, ao se colocar na posição de especialista e validar o próprio discurso como um conhecimento novo e que ultrapassa as ciências já existentes.

Os modos gerais de operação da ideologia e suas estratégias de construção simbólica assinalam caminhos para a investigação de representações dos eventos e atores sociais que se apresentam nos manuais de autoajuda, tais como *Seja líder de si mesmo*, aqui analisado. Representando versões ideologicamente investidas do mundo psíquico e social, o discurso de Cury ilustra como certos discursos dominantes (em voga no atual estágio do capitalismo e nas condições incertas de trabalho e vida) encontram espaço para se reproduzirem, encarnando-se nas subjetividades contemporâneas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O homem é uma corda estendida entre o animal e o Super-homem: uma corda sobre um abismo; perigosa travessia, perigoso caminhar; perigoso olhar para trás, perigoso tremer e parar. O que é de grande valor no homem é ele ser uma ponte e não um fim; o que se pode amar no homem é ele ser uma passagem e um acaso (Nietzsche, Assim falou Zaratustra).

A ideia inicial desta pesquisa foi se formando e se desenvolvendo em mim a partir da minha prática como psicóloga e da minha inquietação como pessoa e leitora de Nietzsche. Estando no início da minha carreira profissional, em muitas ocasiões pude observar os efeitos das pressões do mundo contemporâneo na escuta de meus clientes, nos afetos que me chegavam na clínica e no trabalho que exercia no serviço público. As pressões da vida atual, objeto de queixa dessas pessoas, chegavam a mim como sentimentos de incerteza e impotência que as impediam de viver suas vidas plenamente. Esses questionamentos, impulsionados por minhas próprias interrogações e afetos pessoais frente aos imperativos sociais – como ser mulher, psicóloga, cidadã - tornaram-se cada vez mais inquietantes, levando-me a construir essa pesquisa.

A proposta inicial era falar sobre esse sentimento de incerteza e impotência que parece ser compartilhado por muitos, e que não parecia se restringir apenas ao grupo de pessoas que atendia, ou às conversas com amigos e colegas. Parecia ser algo comum, algo construído pelo tipo de vida e de sociedade em que estávamos inseridos. Quem não se sente pressionado diante dos prazos que precisa cumprir? Ou das exigências impostas por modelos sociais sobre o profissional que você precisa ser, sobre o papel de mulher, mãe ou cidadã que precisa exercer? Quem não sente a velocidade com que o mundo passa, que as coisas tornam-se velhas, que você mesmo torna-se obsoleto? Isso é algo sentido e discutido por todos; a ideia de um mundo rápido e veloz, caracterizado pelo risco e pelo estresse é imagem que já se faz presente no nosso senso comum.

Ter um destino para construir e uma identidade pessoal para desenvolver tornou-se, em nosso tempo, uma grande força que nos move. A narrativa de si mesmo deve ser constituída, transformada e reflexivamente sustentada em relação a circunstâncias da vida social que mudam rapidamente, numa escala local e global. O

indivíduo precisa elaborar assim uma narrativa coerente que se sustente e possa projetar um futuro.

O amadurecimento das ideias, os estudos e a atenção da minha orientadora me levaram a refinar minhas ideias e a transformar minhas inquietações e afetos em um objeto de pesquisa possível, por assim dizer, que pudesse contribuir para a reflexão sobre o sujeito contemporâneo e seu desamparo, que sempre foi meu maior objetivo. E, assim, por caminhos que poderiam ter sido outros, essa pesquisa se fez.

Das fragilidades do sujeito contemporâneo, de seus dilemas existenciais, cheguei aos instrumentos que lhe servem de consolo e que pretendem ampará-lo. Assim, a pesquisa ganhou novo foco, centrando-se no fenômeno da literatura de autoajuda e no modo como produz certos discursos sobre o mundo e sobre o “eu” que levam à constituição (ou reprodução) de novas subjetividades.

Para analisar a produção discursiva dos textos de autoajuda e seus potenciais efeitos de subjetivação, relacionei a nova configuração do trabalho com a produção e consumo de livros autoajuda, entendendo que esses livros ajudam a inculcar novos modos de ser, agir e interagir que se adequam às novas realidades laborais e à nova ordem capitalista.

Desta forma, procurei abordar o trabalho para além dos temas relacionados à gestão e aos processos de estruturação e organização da produção capitalista, trazendo uma discussão dos impactos subjetivos ocasionados pela reestruturação produtiva.

Inspirada na perspectiva da Análise de Discurso Crítica, optei por identificar os investimentos ideológicos de dois *best-sellers* do gênero: *O monge e o executivo*, de James Hunter, e *Seja líder de si mesmo*, de Augusto Cury. O primeiro descreve os novos imperativos do mercado e as novas condições precárias de trabalho (e, portanto, de vida), ensinando o leitor a liderar a si e a seus subordinados na direção da lucratividade e felicidade. O segundo focaliza a liderança de si mesmo, prescrevendo o controle da própria mente como fundamento para a resolução dos medos, ansiedades e angústias cotidianas- patologias que, a meu ver, estão relacionadas à debilidade do novo trabalho e, em última instância, ao que Boltanski e Chiapello (2009) chamam de novo espírito do capitalismo. Atravessando os dois textos, mostram-se indícios de que um novo trabalhador, um novo sujeito – flexível, conectado, autocentrado, autogerido, desenraizado – está em modelação na sociedade contemporânea. E nessa modelação tem papel importante os livros de autoajuda.

De fato, a leitura desses textos parece iluminar a relação entre o sentimento de incerteza difusa que percebo hoje e as atuais condições de trabalho flexível. O trabalho é imprescindível à reprodução da vida material e social, é parte fundamental da construção da identidade do homem. Portanto, é necessário que se dê atenção às transformações da vida laboral e ao tipo de homem e trabalhador que se constroem nesses novos tempos.

É importante uma reflexão crítica acerca do trabalho, como categoria fundamental da existência humana e estruturante da sociedade, e em particular, sobre as relações da Psicologia com o mundo do trabalho. Por vezes, a teoria e a prática em Psicologia silenciam sobre seu papel na dominação, exploração e alienação do trabalho, deixando muito a desejar em termos de emancipação e justiça.

Como os textos de autoajuda mostram, os saberes *psi*, reelaborados e apropriados para o consumo das massas, configuram mais um instrumento de padronização, controle e dominação de corpos e almas. À medida que prescrevem certas verdades e excluem certos discursos alternativos, esses saberes podem se afastar cada vez mais daquilo que efetivamente é necessário para transformar as complexas relações do trabalho da sociedade contemporânea.

Os impactos subjetivos nas transformações operadas na esfera produtiva, sobretudo a partir das novas tecnologias, têm sido enormes. Diversos autores, como Sennett (2011), Alves (2005) e Nardi (2006), demonstram como o impacto das transformações do mundo no trabalho interfere nas dinâmicas de nossas configurações subjetivas. Estamos diante de uma nova era de universalização do capitalismo como modo de produção e processo civilizatório. São novas tecnologias da informática e das comunicações, novos modos de produção e organização flexível do trabalho, fragmentação crescente do mercado, proliferação de mercadorias, novos padrões de gestão, reestruturação das relações, interconexões globais, precarização do trabalho, produzindo um impacto na produção e organização industriais que extrapolam o âmbito econômico. Essas mudanças criam novas ideologias e ordens de discurso que interpelam fortemente as subjetividades, pois a globalização constitui-se como um processo que comporta dimensões econômicas, sociais, culturais e políticas.

Portanto, pensar o sujeito contemporâneo e a forma como lida com seu contexto sociocultural e constitui sua subjetividade, é pensar no trabalho e nos efeitos do modo de produção e da organização capitalista. Assim, penso que a

Psicologia precisa dar resposta a essas inquietações e contribuir criticamente para a compreensão dessa problemática, considerando que, em uma sociedade capitalista (mesmo em seu estágio “desorganizado”), o trabalho ainda mantém a condição de centralidade na organização da vida.

Esta pesquisa assume que os modos de subjetivação são históricos e mantêm relação com um contexto específico. Assim buscamos, no espírito de criticidade aqui defendido, elucidar como a globalização (com todos os seus efeitos) vem afetando as pessoas e fomentando certos modos de constituição subjetiva. O discurso da autoajuda, nesse contexto, atende às novas demandas e exigências da ordem capitalista: de pessoas empenhadas no constante autoexame e autorregulação e dispostas a se reorganizarem diante da incerteza e do risco que fazem parte de sua vida.

Mas para que serve um sujeito que se autoexamina, autogoverna e se responsabiliza por si mesmo? Em parte esse sujeito prescinde de controles externos para produzir cada vez mais lucro, em parte deixa de exigir as garantias asseguradas pelo antigo Estado de Bem Estar Social e de lutar coletivamente por elas.

Mancebo (1996) nos fornece algumas pistas, ao argumentar que atualmente ocorre uma inversão da noção de sociedade de cidadãos com direitos, que negociam e lutam por seus interesses coletivos e pela democratização da vida econômica e social, em favor da imagem de uma sociedade de consumidores em competição. Na sociedade dos consumidores, os sujeitos passam a serem idealizados dentro de um perfil cuja autonomia é escassa para a compreensão e intervenção críticas no mundo social e a solução de suas questões aflitivas é deslocada do espaço público, social e político para o âmbito da iniciativa individual e intimista.

Na sociedade dos consumidores em competição, a vida recebe uma roupagem mercadológica, criando assim cada vez mais condições para uma sociedade individual, voltada para o consumo e despolitizada. Tornamo-nos mais acrílicos em relação ao social, econômico e cultural; a crítica agora é destinada quase que exclusivamente para o pessoal. O sujeito passa a ser o objeto de crítica. Não se criticam mais sistemas, organizações, instituições, a estruturação social ou econômica, critica-se a postura do homem individual perante a vida – se é ativa ou passiva -, seu modo de ser, seu modo de viver a vida, suas habilidades, comportamentos e seus valores.

A crítica, assim como os problemas e questões sociais, saem do âmbito macroestrutural e vão para o micro. Tornam-se agora problemas pessoais, uma questão subjetiva da qual o próprio sujeito precisa dar conta, obrigando-o a voltar-se para si mesmo e intervir em suas próprias atitudes, sentimentos e condutas para gerar mudança.

Esse discurso é construído nos livros aqui analisados: tanto Hunter (2004) quanto Cury (2004) deslocam as questões e problemas sociais para a dimensão da subjetividade, da interioridade, propondo teorias sobre o funcionamento da mente e técnicas de intervenção para o desenvolvimento e mudança de comportamentos e hábitos. Com isso, conferem ao sujeito, especificamente à sua subjetividade, a total responsabilidade sobre sua vida, sucesso e felicidade.

Como procurei apresentar nessa pesquisa, a análise crítica das práticas de autoajuda nos leva a questionar sobre as formas de sociabilidade e subjetividade contemporâneas e os dispositivos que participam de sua construção. Faz-nos pensar ainda em como a Psicologia se posiciona diante dessa realidade, ajudando a reproduzir ou transformar sistemas de conhecimento e crença, relações, identidades e práticas sociais. Com efeito, a Psicologia, juntamente com a Economia, tem desempenhado papel importante na produção discursiva sobre os problemas sociais, incluindo aqueles da área do trabalho.

Como afirmam Crespo e Serrano (2011, p. 252):

La autoridad de la economía está contribuyendo a un proceso de naturalización del trabajo, proceso al que se ha incorporado más recientemente la psicología (o un modo de hacer psicología) que ha inducido procesos de individualización en el ámbito de las políticas de empleo.

Nesse sentido, tanto a Psicologia “psicologizante” legitimada no campo científico, de que tratam Crespo e Serrano (2011), quanto a pseudo-psicologia difundida nos manuais de autoajuda veiculam ideologias que ajudam a sustentar relações de dominação no campo econômico. Partilham ideologias que responsabilizam o indivíduo por sua empregabilidade e adotam vieses intimistas e subjetivistas na abordagem das questões laborais num discurso que encontra eco no campo econômico. Essas psicologias pensam a subjetividade a partir de conceitos próprios da Psicologia Clínica, “convertendo o indivíduo em centro de exigência moral” (p. 253). Com isso, servem ao sistema produtivo reestruturado que incorpora

a subjetividade como seu principal produto, embalada em conceitos psicológicos e ideologias de psicologização.

Como lembra Mancebo (1996, p. 20), esta nova economia das subjetividades

implica a reestruturação de ações, comportamentos, afetos e sentimentos. Atravessa e envolve os sujeitos e as consciências de uma forma muito mais sutil, através da valorização da noção de intimidade e da preocupação com o "eu" enquanto algo precioso, um tesouro a ser conservado, recolhido e ampliado através da competição. A outra face desta dinâmica é uma profunda indiferença e desinteresse do homem pelo mundo público e pela construção coletiva.

A partir de dois manuais ilustrativos, pudemos associar dimensões do texto, da prática discursiva e da prática social da autoajuda e refletir como as representações aí construídas estão articuladas com tendências mais amplas na produção discursiva da sociedade contemporânea.

Os modos de representação do líder e líder de si mesmo, bem como o modelo de homem e de trabalhador apresentados nos textos aqui analisados não são criações isoladas e individuais de determinados autores, eles materializam discursos socialmente disponíveis e modos relativamente estáveis de representação, que são, nos textos, postos em funcionamento. Uma vez postos em funcionamento e apropriados na esfera da recepção, podem exercer efeitos práticos. Como ensina a ADC com seu modelo tridimensional de discurso, a relação entre texto, prática discursiva e prática social é dialética, portanto, cada discurso é simultaneamente produto e produtor de realidades sociais.

Essa reflexão nos leva a insistir sobre o compromisso da Psicologia com um pensar e fazer crítico, agora que os psicólogos veem ampliadas suas oportunidades de emprego, sendo convocados a ocupar espaços no sistema público de atendimento à população brasileira. Como chamam a atenção muitos autores como Yamamoto (1986); Figueiredo (2002); Bock (2009), esse compromisso deveria ser principalmente com a própria natureza do conhecimento com que se trabalha, para além dos métodos e das técnicas de pesquisa, diagnóstico e intervenção, usualmente centrados na solução dos problemas individuais.

Nesse sentido, a Psicologia não está imune às transformações desencadeadas no campo produtivo, tendo sua atividade, suas competências, conhecimentos e habilidades regulados por discursos e práticas muitas vezes

naturalizados em seu próprio campo. A Psicologia, assim como outras ciências e setores da sociedade, acompanha essas mudanças e participa, voluntária ou involuntariamente, refletida ou irrefletidamente do que se faz em seu nome.

Considerando os imperativos e limites que são imputados ao psicólogo por sua posição nesta nova ordem social do trabalho, nosso maior desafio é o exercício crítico de nosso próprio saber e fazer. Neste caminho, não podemos converter nossa prática em mais um instrumento do sistema capitalista, dos sistemas de dominação e exclusão, aceitando as demandas do livre mercado e reproduzindo ideologias dominantes sem contestação.

Como Ian Parker (1989 apud CUÉLLAR, 2011) defende, é preciso ir além e realizar uma psicologia social crítica, que questiona e critica a própria psicologia – a psicologia angloamericana tradicional, individualista, positivista, cognitiva, quantitativa e experimental - e a cultura de nosso tempo. Essa proposta envolve desconstruir a psicologia social, buscando uma compreensão política e um comprometimento da pesquisa com a mudança. Isso implica criar uma psicologia social que deverá ser politicamente comprometida e subversiva: trabalhando dentro, mas também contra a psicologia.

É com esse olhar para dentro, mas também voltado para a crítica que podemos construir uma prática que não pare no tempo e nem se deixe levar pelos caminhos e propostas impostas sem questionamento ou reflexão. É preciso ter um compromisso social com a nossa realidade, não com os conceitos ou as realidades construídas no papel.

Pois, não se pode realizar uma reflexão da psicologia e de sua prática e nem sua crítica a partir da própria lógica mercadológica na qual nos insere o sistema capitalista. Esta reflexão tem que ultrapassar as exigências e o referencial do mercado e do capital. É preciso desconstruir o discurso capitalista vigente, estabelecido como único possível e natural, mas esse desafio depende de nos desvincularmos do discurso individualista e arriscarmos construir novas formas de subjetividade.

No entanto, é preciso não se fechar numa crítica unilateral, a de que aquilo que serve ao trabalhador não serve ao capital ou o que serve ao capital não serve ao trabalhador: essa é uma visão diminuta de algo muito mais complexo e profundo.

O importante é criarmos condições para outras possibilidades e para uma nova forma de viver que não seja o estilo globalizado que nos é imposto e que

permita manter ou articular um discernimento crítico sobre o presente. Pois é bem verdade que se o risco, a incerteza, a flexibilidade e a mobilidade podem manter padrões e formas de dominação, também podem produzir existências mais livres e criativas.

Ao longo da realização desta pesquisa, ideias foram sendo construídas enquanto outras desconstruídas, novos autores foram surgindo, escolhas sendo feitas, dúvidas aparecendo, certezas se perdendo, caminhos ficaram sem saída e estradas infinitas surgiram para me confundir, me desiludir, me inspirar e por fim, como no início, me afetar. Pois, assim como uma planta precisa de adubo, água e sol para crescer, uma pesquisa só surge do afeto, de algo que mexa com você, que lhe cause inquietação, lhe tire da segurança em que você se encontra e o leve ao desconforto que o faz a mudar, questionar e se questionar. Mas, não se engane achando que irá encontrar respostas e certezas ao final; o máximo que encontramos e podemos fazer são considerações finais sobre uma problemática que é um recorte de um contexto maior, e que foi olhada por um determinado viés, num determinado tempo e a partir de determinada metodologia, sendo assim, parcial, temporal e mutável. Por isso, essa pesquisa não se esgota aqui, ela, na verdade, abre espaço para diversas possibilidades, para outros aspectos que aqui não foram privilegiados.

REFERÊNCIAS

- ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. Coleção Mundo do Trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- _____. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 9. ed. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILLI, P.; FRIGOTTO, G. (org.). **A cidadania negada**: políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paulo: Cortez, 2001. Cap. 2, p. 35-48.
- ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- _____. **O mal-estar da pós-modernidade**. Tradução de Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. **Vida líquida**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- BECK, U. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: 34, 2010.
- BELL, E.; TAYLOR, S. From outward bound to inward bound: the prophetic voices and discursive practices of spiritual management development. **Human Relations**, v.57, n.4, p. 439-466, 2004.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido**: a orientação do homem moderno. Tradução de Edgar Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- BERTUOLO, C. Literatura de autoajuda: aproprio-me, logo existo! **Revista Momento**, v. 2, n. 1, jan.-jun, p. 77-94, 2011.
- BOCK, A. M. B. (org.) **Psicologia e compromisso social**. São Paulo: Cortez, 2009.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo**. Tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BOSCO, A. M. **Sucessos que não ocorrem por acaso**: literaturas de auto-ajuda. 2001. 94f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual de

Campinas/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2001.

BRUNELLI, A. F. Ilusão à venda. **Discutindo Língua Portuguesa**, São Paulo, v. 3, n. 13, p. 34-41, 2008.

BYRNE, R. **O Segredo**. Tradução de Alexandre Martins, Alice Xavier e Marcos José da Cunha. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

CARVALHO, J. L. F., CARVALHO, F. A. A.; BEZERRA, C. O monge, o executivo e o estudante ludibriado: uma análise empírica sobre leitura eficaz entre alunos de administração. **Cadernos Ebape.br**, v.8, n.3, p. 535-549, 2010.

CHAGAS, A. **A ilusão no discurso da autoajuda e o sintoma social**. Ijuí, RS: UNIJUÍ, 2001.

_____. **O sujeito imaginário no discurso de auto-ajuda**. Ijuí, RS: UNIJUÍ, 2002.

CHIAPELLO, E.; FAIRCLOUGH, N. Understanding the new management ideology: a transdisciplinary contribution from critical discourse analysis and new sociology of capitalism. **Discourse society**, v.13, n.2, p. 185-208, mar.2002.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity**: rethinking critical discourse analysis. Edinbourg: Edinbourg University, 1999.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM SEGURIDADE SOCIAL. **Trabalhar sob estresse afeta a vida familiar, diz especialista**. São Paulo (SP), 2012. Disponível em: <<http://www.cntssc.org.br/destaque-central/1777/trabalhar-sob-estresse-afeta-a-vida-familiar-diz-especialista>>. Acesso em: 11 fev. 2013.

CRESPO, E. ; PASCUAL, M. A. S. La psicologización del trabajo: la desregulación del trabajo y el gobierno de las voluntades. **Teoría y crítica de la psicología** 2, p. 33-48, 2012.

CRESPO, E.; SERRANO, A. Regulación del trabajo y el gobierno de la subjetividad: la psicologización política del trabajo. In: OVEJERO, A.; RAMOS, J. (Eds). **Psicología social crítica**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2011, p. 246- 263.

CUÉLLAR, P. D. La psicología crítica de Ian Parker: análisis de discurso, marxismo trotskista y psicoanálisis lacaniano. **Teoría y crítica de la psicología**, p. 56-82, 2011.

CURY, A. **Dez leis para ser feliz**: ferramentas para se apaixonar pela vida. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

_____. **Inteligência Multifocal**. Brasil: Site Augusto Cury, [s.d.] a. Disponível em: <<http://www.augustocury.com.br/#/inteligencia+multifocal>>. Acesso em 25 jan. 2013b.

_____. **O autor**. Brasil: Site Augusto Cury, [s.d.]. Disponível em:

<<http://www.augustocury.com.br/#/o+autor>>. Acesso em 25 jan. 2013a.

_____. **Seja líder de si mesmo: o maior desafio do ser humano.** Tradução de Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

DIAS, A. **Um bate-papo com Augusto Cury.** Disponível em: <<http://www.esextante.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=604&sid=7>>. Acesso em: 25 jan. 2013.

EKER, T. H. **Os segredos da mente milionária.** Tradução Pedro Jorgensen Junior. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse; textual analysis for social research.** London: Routledge, 2003.

_____. **Discurso e mudança social.** Tradução de Isabel Magalhães. Brasília: UNB, 2008.

FENTON, C.; LANGLEY, A. Strategy as practice and the narrative turn. **Organization Studies**, v.32, n.9, p. 1171–1196, 2011.

FIGUEIREDO, L. C. M. **A invenção do psicológico: quatro séculos de subjetivação (1500-1900).** 6. ed. São Paulo: Escuta, 2002.

FIGUEIREDO, L. C. M.; SANTI, P. L. R. **Psicologia, uma (nova) introdução: uma visão histórica da psicologia como ciência.** 3. ed. São Paulo: EDUC, 2010.

FONSECA, J. G. T. O cultivo de si e o individualismo. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, UERJ, RJ, v.9, n. 2, p. 328-344, 2009.

FONSECA, T. M. G. Trabalho, gestão e subjetividade. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 55, n. 1, p. 2-11, 2003.

FONSECA, T. M. G.; NEVES, J. M.; AMADOR, F. S.; KIRST, P. G. Dos modos de existência das tecnologias: um trabalho sem fim. **Fractal: Revista de Psicologia**, v.20, n. 2, p. 503-518, jul./dez. 2008.

FRY, L.; KRIGER, M. Towards a theory of being-centered leadership: Multiple levels of being as context for effective leadership. **Human Relations**, v.62, n.11, p. 1667-1696, 2009.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade.** Tradução de Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991.

_____. **Modernidade e identidade.** Tradução Plínio Dentzien. de Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

HEUSINKVELD, S.; BENDER, J. On sedimentation in management fashion: an institutional Perspective. **Journal of organizational change management**, v.25, n.1, p. 121-142, 2012.

HOUSE, R. Change agents and systems thinking: the non-revolution in management rhetoric. **IEEE International Professional Communication Conference**, Waikiki, Hawaii, p. 1-6, 2009.

HUNTER, J. **O monge e o executivo**: uma história sobre a essência da liderança. Tradução de Maria da Conceição Fornos de Magalhães. 10. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

JAMESHUNTER.COM. Disponível em: <[http:// WWW.jameshunter.com](http://WWW.jameshunter.com)>. Acesso em: 11 fev. 2013.

KLEIN, N. **Cercas e janelas**: na linha de frente do debate sobre globalização. Rio de Janeiro: Record, 2003.

LACERDA, A. P.; VIALLI, A. Auto-ajuda invade os escritórios. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 7 nov. 2005.

LECCARDI, C. Por um novo significado do futuro: mudança social, jovens e tempo. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, v. 17, n. 2, p. 35-57, 2005.

LIMA, I. Literatura de massa dentro da perspectiva da função da literatura e sua influência na vida social dos leitores. **II Colóquio da Pós-Graduação em Letras**, UNESP, p. 554-566, 2010.

LÓPEZ-RUIZ, O. J. **Os executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo**: capital humano e empreendedorismo como valores sociais. Rio de Janeiro: Azougue, 2007.

MAGALHAES, I. Introdução: a análise de discurso crítica. **Delta**, São Paulo, v.21, n. esp., p.1-9, 2005.

MANCEBO, D. Estratégias discursivas neoliberais: uma contribuição para a análise de seus repercussões na educação e na universidade. **Revista do Departamento de Psicologia**, Universidade Federal Fluminense, v.8, n.1, p. 11-21, jan./abr. 1996.

MARTHE, M. O auto-astral da auto-ajuda. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, ano 35, n. 45, p. 114-124, nov. 2002.

NARDI, H. C. **Ética, trabalho e subjetividade**: trajetórias de vida no contexto das transformações do capitalismo contemporâneo. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

NEGRI, A. **Cinco lições sobre Império**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PARKER, I. **The Crisis in Modern Social Psychology – and how to end it**. London: Routledge, 1989.

PHILLIPS, N.; SEWEL, G.; JAYNES, S. Applying critical discourse analysis in strategic management research. **Organizational research methods**, v.11, n.4, p. 770-789, 2008.

PRASAD, A.; PRASAD, P.; MIR, R. One mirror in another: managing diversity and the discourse of fashion. **Human Relations**, v. 64, n.5, p. 703–724, 2010.

RAMALHO, V. Diálogos teórico-metodológicos: análise de discurso crítica e realismo crítico. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 8, p. 78-104, 2007.

RAMALHO, V.; RESENDE, V. M. **Análise de discurso (para a) crítica**: o texto como material de pesquisa. Campinas, SP: Pontes, Coleção Linguagem e Sociedade. 2011.

REHN, A. Pop (culture) goes the organization: on lowbrow, highbrow and hybrids in studying popular culture within organizational studies. **Organization**, v.15, n.5, p. 765-783, 2008.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2009.

ROSE, N. Governando a alma: a formação do eu privado. In: SILVA, T. T. da (Org.). **Liberdades reguladas**. Petrópolis: Vozes, 1988, p.30-45.

RÜDIGER, F. **Literatura de auto-ajuda e Individualismo**: contribuição ao estudo da subjetividade na cultura de massa contemporânea. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

SELIGMAN, M.E.P.; CSIKSZENTMIHÁLYI, M. Positive Psychology: An introduction. **American Psychologist**, 55, p. 5-14, 2000.

SENNETT, R. **A cultura do novo capitalismo**. Tradução de Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record, 2008.

_____. **A corrosão do caráter**: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Tradução de Marcos Santarrita. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SODRÉ, M. **Best-seller**: a literatura de mercado. Rio de Janeiro: Ática, 1988.

STECHEER, A. Transformaciones del trabajo y procesos identitarios em el “nuevo” capitalismo. Notas para uma discusión em el contexto latino-americano. In: MEDRARO, B.; GALINDO, W. (Orgs.), **Psicologia social e seus movimentos**: 30 anos de ABRAPSO. Recife: ABRAPSO: UFPE, 2011, p.207-232.

TEIXEIRA, J. Um mestre da imodéstia: com suas frases simplórias e doidices “científicas”, o psiquiatra Augusto Cury tornou-se um Best-seller da autoajuda. Revista Veja on-line, Edição 1938. 11 de janeiro de 2006. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/110106/p_106.html>.

TEN BOS, R.; HEUSINKVELD, S. The guru’s gusto: management fashion, performance and taste. **Journal of organizational change management**, v.20, n.3, p. 304-325, 2007.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos

meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

TURMINA, A. C. Literatura de autoajuda: um olhar sobre as relações de trabalho. **Contrapontos**. Itajaí, v. 9 n.3, p.94-109, set./dez. 2009.

WODAK, R. Do que trata a ACD: um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 4, n.esp, p. 223-243, 2004.

WODAK, R.; KWON, W.; CLARKE, I. Getting people on board: discursive leadership for consensus building in team meetings. **Discourse society**, v.22, n.5, p. 592 -644, 2011.

WOOD JR, T.; DE PAULA, A. P. P. A mídia especializada e a cultura do management. **Organização & Sociedade**, v.13, n.38, p. 91-105, 2006.

WOODSTOCK, L. Think about it: the misbegotten promise of positive thinking discourse. **Journal of Communication Inquiry**, v.31, n.2, p. 166-189, 2007.

YAMAMOTO, O. H. **A crise e as alternativas da Psicologia**. São Paulo: EDICON, 1986.